Abrir portas onde se erguem muros
Director: David Pontes **Quarta-feira, 26 de Junho de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.473 • Diário • Ed. Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**

NUNO FERREIRA SANTOS

António Costa no Conselho Europeu
O fazedor de "geringonças" chega ao cargo na Hora H

Destaque, 2 a 5 e Editorial

Só metade dos pedidos de estatuto de cuidador informal teve luz verde

Em quatro anos, foram investidos cerca de 27 milhões de euros. Apoio médio foi de 309 euros

A Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do Estatuto do Cuidador Informal, que olhou para a evolução deste processo desde 2020, revela que a tendência tem sido sempre crescente: entre 2020 e o final de 2023, não pararam de aumentar os requerimentos para obtenção do estatuto e os pedidos para o subsídio de apoio a esta actividade. Ao mesmo tempo, reduziram-se os tempos de resposta a ambos os casos. Porém, o número de recusas por parte da Segurança Social é elevado **Sociedade, 12/13**

Acordo judicial
Julian Assange livre da prisão 14 anos depois da *WikiLeaks*

O australiano, que enfrentava 175 anos de cadeia, declarou-se culpado de uma acusação de espionagem **Mundo, 18/19**

Parlamento
Governo entregou seis propostas de lei desde a posse

Luís Montenegro, que hoje comparece na AR para debate quinzenal, tem produzido vários anúncios e poucas leis desde Abril **Política, 10**

Processo *Tutti-Frutti*
Vereadora do PS na Câmara de Lisboa também é arguida

Depois de Ângelo Pereira e Diogo Moura, do PSD, Inês Drummond foi constituída arguida em caso de troca de favores políticos **Sociedade, 14**

ISSN-0872-1548

António Costa será o próximo presidente do Conselho Europeu

Negociadores das famílias políticas europeias já fecharam acordo para a distribuição dos cargos de topo da União Europeia. A nomeação do ex-primeiro-ministro está garantida

Rita Siza, Bruxelas

O ex-primeiro-ministro, António Costa, já tem garantida a nomeação para o cargo de presidente do Conselho Europeu, na cimeira dos líderes europeus de amanhã e sexta-feira, em Bruxelas, avançou a imprensa alemã e confirmou o PÚBLICO junto de fontes europeias.

Segundo adiantaram o diário *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, e a agência de notícias DPA, os negociadores das três maiores famílias políticas europeias já fecharam acordo para a distribuição dos cargos de topo das instituições da União Europeia na próxima legislatura, sem mexer na repartição dos lugares entre o Partido Popular Europeu, os socialistas europeus e o grupo dos liberais, nem mudar o trio de nomes que esteve em cima da mesa na discussão dos líderes num jantar informal em Bruxelas, há uma semana.

A proposta em "pacote" que será amanhã submetida à aprovação dos líderes do Conselho Europeu é exactamente a mesma, e tem como base a nomeação da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que foi a cabeça de lista do PPE (centro-direita) para um segundo mandato à frente do executivo comunitário. O socialista António Costa é o nome avançado para dirigir o Conselho Europeu. A primeira-ministra da Estónia, Kaja Kallas, líder do Partido Reformista (liberal), é a escolha para se tornar a próxima alta representante para a Política Externa e de Segurança da União Europeia.

O acordo foi selado entre os chefes de Estado e governo que encabeçaram as negociações partidárias: os primeiros-ministros da Polónia, Donald Tusk, e da Grécia, Kyriakos Mitsotakis, pelo PPE; o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, e o presidente do Governo de Espanha, Pedro Sánchez, pelos socialistas; e o Presidente de França, Emmanuel Macron, e o primeiro-ministro dos Países Baixos, Mark Rutte, pelos liberais.

Segundo o PÚBLICO apurou, os seis fecharam os termos do acordo final numa reunião que decorreu por videoconferência na segunda-feira à noite: tendo em conta a instabilidade política em França, e a ameaça permanente da guerra de agressão lançada pela Rússia contra a Ucrânia, os líderes querem fazer passar uma mensagem de unidade e determinação da UE, e evitar abrir um novo foco de crise interna. As máquinas partidárias já estão a carburar para garantir que o processo fica encerrado, sem novas reviravoltas ou surpresas de última hora, no final desta semana.

As conversações entre as famílias políticas que formam a coligação pró-europeísta, largamente maioritária no Parlamento Europeu, tinham arrancado formalmente à margem do jantar informal de líderes promovido pelo presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, na passada segunda-feira, em Bruxelas.

Depois de cerca de três horas de negociações, não foi possível, nessa altura, encontrar um consenso para levar a composição da nova equipa de líderes da UE à votação dos restantes membros do Conselho Europeu. A eleição exige uma maioria qualificada de pelo menos 15 dos 27 Estados-membros, representando pelo menos 65% da população da UE.

As três famílias políticas envolvidas no acordo garantem 23 dos 27 votos: resta saber se os "não-alinhados" quererão manifestar a sua discordância, abstendo-se ou votando contra esta distribuição dos cargos de topo ou contra os nomes propostos. A primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, ainda não se pronunciou. Na semana passada, o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, disse não ter problemas com a escolha de Costa e de Kallas, mas prometeu opor-se à reeleição de Von der Leyen.

Com um pré-acordo desenhado antes mesmo de os europeus votarem para o Parlamento Europeu, os líderes do PPE tentaram subir a parada à entrada para a reunião informal do Conselho Europeu. Com o argumento de que os resultados eleitorais confirmaram a sua primazia sobre as restantes forças políticas, os democratas-cristãos pediram que a "situação jurídica" de António Costa fosse clarificada, e avançaram uma proposta de repartição do mandato do Conselho Europeu a meio da legislatura, à semelhança do que acontece no Parlamento Europeu.

A ideia foi rejeitada pelos negociadores socialistas, que mantiveram a sua aposta em António Costa. Como o segundo maior grupo no Parlamento Europeu, os socialistas reclamavam a presidência do Conselho Europeu, o único cargo que nunca ocuparam. Desde a sua criação, com o Tratado de Lisboa, esteve nas mãos de dois políticos do centro-direita (o belga Herman Von Rompuy e o polaco Donald Tusk), e um liberal (o actual presidente, Charles Michel). Todos eram primeiros-ministros à data da sua nomeação para a presidência do Conselho Europeu.

Segundo o artigo 15.º do Tratado da União Europeia, "o Conselho Europeu elege o seu presidente por maioria qualificada, por um mandato de dois anos e meio, renovável uma vez". O acordo que garante a nomeação de António Costa para o cargo terá uma referência à prática seguida até agora de recondução do presidente do Con-

RUI GAUDÊNCIO

Conselho Europeu deverá confirmar nomeações de António Costa e Ursula von der Leyen

selho Europeu a meio da legislatura, o que significa que o PPE deixou cair a sua intenção de apresentar um candidato em 2026.

Dois mandatos

Assim, a eventual renovação do mandato de António Costa após os primeiros dois anos e meio dependerá exclusivamente da sua vontade de se manter no cargo. Como lembrou ao PÚBLICO uma fonte europeia, "as reeleições nunca foram um problema" para o ex-primeiro-ministro, que se revelou sempre capaz de consolidar a sua posição de liderança, apesar dos desafios e riscos políticos – que vão ser acrescidos, em Bruxelas, se a União Nacional de Marine Le Pen vencer as eleições francesas.

De fora deste "pacote" está a presidência do Parlamento Europeu, uma vez que essa eleição compete exclusivamente aos eurodeputados. A actual presidente, Roberta Metsola, do grupo do PPE, já confirmou que vai recandidatar-se ao cargo quando arrancar a próxima sessão legislativa, a 16 de Julho, em Estrasburgo.

A expectativa é que a reeleição da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, também possa acontecer durante a sessão constitutiva do novo Parlamento Europeu, mas a data ainda não está confirmada. Recorde-se que a alemã precisará de recolher o apoio de uma maioria absoluta de 50% mais um dos eurodeputados, ou seja, 361 votos no hemiciclo. Em conjunto, os três blocos europeístas que formam a chamada grande coligação no Parlamento Europeu têm 399 votos: em teoria, mais do que suficientes para aprovar a recondução de Von der Leyen de forma confortável. Porém, há receios de que a margem de segurança de apenas 38 votos seja demasiado curta para acomodar os "trânsfugas" destes três grupos políticos.

Com os socialistas e liberais a traçarem uma linha vermelha a uma potencial aliança com os representantes dos partidos pró-UE, pró-Ucrânia e pró-Estado de direito que se sentam na bancada dos Conservadores e Reformistas Europeus, os negociadores deram carta-branca a Von der Leyen para "conversar" com Giorgia Meloni, cujo partido Irmãos de Itália tem 24 votos no PE.

Mas como escreve o *FAZ*, essas conversas servirão para perceber quais são as expectativas da líder italiana em termos do trabalho da Comissão Europeia nos próximos cinco anos, e não para negociar qualquer aliança no PE. Segundo o diário alemão, "isto significa que Von der Leyen deve falar com Meloni sobre a futura pasta italiana na Comissão Europeia" – e Roma já fez saber que a sua ambição passa por obter um *portfolio* económico, e uma vice-presidência.

O Parlamento Europeu terá igualmente de aprovar a nomeação de Kaja Kallas como alta representante para a Política Externa e de Segurança da UE e vice-presidente da Comissão Europeia. Depois de concluído o processo de audições dos comissários indigitados, os eurodeputados decidem, por uma maioria dos votos expressos, se apoiam o programa de trabalho e o colégio de comissários (no seu conjunto) propostos pela presidente da Comissão Europeia.

Reacções políticas

Marcelo diz que será "muito bom para a Europa e Portugal"

Ana Bacelar Begonha

O Presidente da República saudou ontem o acordo a que as três maiores famílias políticas europeias chegaram para a nomeação de António Costa como presidente do Conselho Europeu. "É uma alegria, é muito bom para a Europa e para Portugal, se se confirmar", afirmou Marcelo Rebelo de Sousa. A posição é, de uma forma geral, partilhada pelas várias forças políticas, com a excepção de Chega, PCP e Bloco de Esquerda.

O chefe de Estado disse ainda que o acordo "parece muito bem encaminhado" e que "é uma óptima notícia". Mas evitou tecer mais comentários perante os jornalistas, explicando que "a equipa negociadora chegou a acordo e vai apresentar a proposta depois de amanhã [amanhã]", sendo que "só depois de amanhã é que é formalmente apreciada pelo Conselho [Europeu]".

Quem também reagiu à notícia foi o presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, que defendeu que "devemos estar satisfeitos por esse consenso existir". "Quando o interesse nacional de ter alguém num cargo europeu se pode conciliar, é importante. Portugal precisa de consensos", argumentou.

Sem destoar, o presidente do governo da Madeira, Miguel Albuquerque, classificou como "positivo para Portugal" o entendimento prévio para a nomeação de Costa. "Acho que ele tem condições para fazer um bom trabalho", disse.

O secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, por sua vez, defendeu que "António Costa é o político mais bem preparado para assumir a presidência do Conselho Europeu e para dar ao cargo o peso político que precisa". "São boas notícias para a Europa, para Portugal e para os socialistas", afirmou na rede social X.

Em sentido contrário, o presidente do Chega, André Ventura, sublinhou que o ex-líder do Governo "está sob suspeita da justiça portuguesa", numa alusão à *Operação Influencer*, tendo assegurado que nunca apoiará António Costa para a presidência do Conselho Europeu.

Também a coordenadora do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua, criticou o PS nas redes sociais. Mas por ter feito um "acordo para que [Ursula] von der Leyen volte a ser presidente da Comissão Europeia", "depois de uma campanha inteira a criticar Von der Leyen e as suas concessões à extrema-direita".

Igualmente crítico do acordo é o PCP, que sustenta que esta nomeação é "feita em função do consenso que junta liberais, PPE e socialistas nas políticas da União Europeia que têm aprofundado a sua natureza neoliberal, federalista e militarista". "É uma ilusão pensar que a escolha de António Costa vai contrariar esse rumo que tem prejudicado os povos", diz o eurodeputado João Oliveira, numa resposta escrita ao PÚBLICO.

Pelo Livre, o co-porta-voz Rui Tavares considerou, na SIC Notícias, que "António Costa é uma escolha bastante evidente para o Conselho [Europeu]", nomeadamente "do ponto de vista do interesse interno" desse órgão, por ser um "veterano" e porque os líderes europeus "precisam de ter alguém em quem confiem".

NUNO FERREIRA SANTOS
Marcelo Rebelo de Sousa aplaudiu indicação de Costa

Longa caminhada

O fazedor de "geringonças" chega ao seu destino

As negociações que conduziram à "geringonça" vão agora ser úteis, numa Europa onde não se sabe o que vai acontecer na França e na Alemanha

Perfil

Ana Sá Lopes

O fazedor de "geringonças" vai agora ocupar o cargo onde vai pôr à prova o seu currículo de promover consensos difíceis – se não considerados mesmo impossíveis.

Se na Câmara de Lisboa António Costa se aliou a Helena Roseta, eleita pelo grupo "Cidadãos por Lisboa", em 2015 foi tudo mais complexo. Fazer uma aliança parlamentar com PCP, Bloco de Esquerda e Os Verdes, totalmente inesperada, foi o seu momento alto na busca de consensos.

Ninguém acreditou que o que António Costa tinha dito no congresso de 2014, quando se consagrou secretário-geral do PS, podia ser verdade. Na altura (Outubro de 2014), desafiou Bloco de Esquerda e PCP: "Não contarão com a ajuda do PS para ficarem na oposição e não virem trabalhar para a solução". Costa disse isto um ano antes de formar Governo com o apoio do PCP e Bloco mas, num discurso em que recusou o enorme empastelamento" do Bloco Central e pediu a maioria absoluta, a coisa passou despercebida.

As difíceis negociações que conduziram aos acordos da chamada "geringonça" vão agora ser muito úteis para o seu novo papel enquanto presidente do Conselho Europeu, numa Europa onde não se sabe o que vai acontecer à França (com Macron a ameaçar com uma "guerra civil", depois de ter convocado eleições) e a Alemanha em crise, depois do SPD, o partido social-democrata do primeiro-ministro Olaf Schölz, ter ficado atrás da Alternativa para a Alemanha, o partido de extrema-direita populista e radical.

Se os motores da Europa – França e Alemanha – estão no estado em que estão, precisam de um homem capaz de pôr as vacas a voar.

Era uma boa metáfora se não fosse verdade: a 19 de Maio de 2016, seis meses depois de se ter tornado primeiro-ministro, António Costa entregou uma vaca voadora à então ministra da Presidência, Maria Manuel Leitão Marques. A piada já vinha dos tempos em que Costa era ministro da Administração Interna – impossível só vacas a voar. Mas Costa quis entregar uma vaca voadora à ministra exactamente para mostrar que não havia impossíveis. "Um dia, no aeroporto de Londres, encontrei um objecto que adquiri, que mantive cuidadosamente ao longo destes 10 anos e que vou hoje oferecer à senhora ministra da Presidência. Demonstra que mesmo aquilo que é mais improvável, como as vacas voarem, pode não ser verdade. Até as vacas podem voar".

Afinal, a carreira política de António Costa é, em parte, a confirmação da tese. Saiu "a tempo" do Governo Sócrates para se candidatar à Câmara de Lisboa, obteve maioria absoluta depois da geringonça municipal, foi entronizado líder do PS depois de uma vitória de António José Seguro – que teve nas eleições europeias de 2014 uma percentagem similar à que o PS obteve agora –, conseguiu perder espantosamente para a coligação PSD/CDS, que governou o país em tempos de *troika* mas saiu, do processo, primeiro-ministro.

O pior e o melhor momento

E, agora, o pior momento da sua vida – as buscas em São Bento e o parágrafo da Procuradoria-geral da República que o transformava vagamente em suspeito – abre-lhe, espectacularmente, a possibilidade de cumprir o sonho de ascender ao cargo de presidente do Conselho Europeu que o discurso de Marcelo Rebelo de Sousa, na tomada de posse de 2022, tinha fechado a sete chaves quando o amarrou à cadeira de primeiro-ministro sob a ameaça de eleições antecipadas.

Numa entrevista que deu ao Clube de Jornalistas, em Abril de 2022, António Costa falou sobre o assunto, para descartar a hipótese de vir a ser candidato ao Conselho Europeu, mas afirmando que Durão Barroso "fez bem" em trocar a chefia do governo para aceitar ser candidato à Comissão Europeia.

"Foi útil a Portugal que ele tivesse assumido a presidência da Comissão", afirmou, lembrando o seu próprio papel na eleição (era eurodeputado na época). "Votei favoravelmente a candidatura de Durão Barroso, ajudei a mobilizar a delegação socialista portuguesa e todo o grupo socialista europeu a votar em Durão Barroso e sempre disse que Durão Barroso fez bem".

Quando confrontado com a hipótese, caso os socialistas vencessem em 2024, de ser

António Costa, com o então presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, na primeira vez que foi a

NUNO FERREIRA SANTOS

António Costa, no momento em que apresentou a sua demissão, no dia 7 de Novembro de 2023

YVES HERMAN/REUTERS

o Conselho Europeu, em 2015

presidente da Comissão, recusou liminarmente: “Ser presidente da Comissão exige uma energia executiva que quem está em funções executivas desde 1995 não terá para iniciar um ciclo de mais cinco anos em 2024”.

O Conselho Europeu “seria uma possibilidade”, mas não existia naquele 20 de Abril de 2022. “Houve uma dissolução da Assembleia da República. Houve eleições. Apresentei a candidatura a primeiro-ministro. Disse que considerava essencial que houvesse estabilidade. Em 2024, não estarei disponível”.

Em jeito de graça disse a uma jornalista: “Levou 20 anos a perguntar-me quando é que me candidataria a secretário-geral do PS. Levou 20 anos a acertar. Agora não temos mais 20 anos para acertar”. Os impossíveis acontecem, assim como voam as vacas.

António Costa foi um grande crítico da forma como a União geriu a crise das dívidas soberanas. Chegou a manifestar-se contra o Tratado Orçamental, aprovado pelo PS durante a liderança de António José Seguro (embora tenha afirmado que, naquele momento, já não haveria nada a fazer senão aprovar) e foi um dos maiores entusiastas da revisão das regras de governação económica.

Na conferência de imprensa com que encerrou a presidência portuguesa em 2021, Costa disse que “não se podiam repetir os erros” da crise financeira e se as regras estavam erradas, tinham que mudar.

Em entrevista ao PÚBLICO em 2019, defendeu que “o euro foi o maior bónus que a Europa ofereceu à Alemanha”, lembrando que houve “uma ilusão” de Mitterrand que “não percebeu que o euro foi o maior bónus à competitividade da economia alemã que a Europa lhe poderia ter oferecido”. António Costa também reclamou a sua “geringonça” como prova de que eram possíveis alternativas dentro da União Europeia, ao contrário do que era costume dizer-se durante a crise financeira (TINA, *There is no Alternative*, slogan da crise do euro).

Na mesma entrevista a Teresa de Sousa, António Costa diz: “A forma como a União geriu a mudança de política em Portugal em 2016 acabou por revelar que era impossível impor essa mudança contra aquilo que era o discurso oficial de Dombrovski [comissário letão para o euro], de Schäuble [antigo ministro das Finanças da Alemanha, já falecido] ou Dijsselbloem”, o antigo presidente do Eurogrupo.

Bruxelas desconfiou do primeiro Orçamento Costa e das perspectivas para a redução do défice. Numa carta assinada por Dombvroski e por Pierre Moscovici (comissário dos Assuntos Económicos à época), a Comissão diz ao Governo que acha insuficiente a descida para 1,1% do défice estrutural. A oposição é muito crítica, mas Costa desvaloriza e diz que a Comissão “quer apenas esclarecimentos técnicos”. É nesse dia que começam as famosas cativações de Mário Centeno que acabam no excedente orçamental. As famosas “contas certas”, um antigo slogan da direita, que o PS, sob a liderança de Costa, institui como seu património.

Decano do Conselho Europeu até à sua demissão (só Órban é mais antigo), António Costa conseguiu ter excelentes relações com quase todos, para lá da família socialista: com Ursula von der Leyen, com Angela Merkel, com Emmanuel Macron e também com Viktor Órban, que defendeu no caso das sanções que envolviam a exclusão de fundos europeus. Há uma famosa fotografia de Costa a ver um jogo de futebol com Órban indicativa que, por muito longe que politicamente estejam, Costa faz todos os consensos estratégicos e tácticos necessários a cada momento. Na realidade, é um excelente currículo para o cargo de presidente do Conselho.

MIGUEL MADEIRA

A vaca voadora que Costa deu à sua então ministra da Presidência

Votei favoravelmente a candidatura de Durão Barroso. Ajudei a mobilizar a delegação socialista portuguesa e todo o grupo socialista europeu. Sempre disse que Durão Barroso fez bem

A 20 de Abril de 2022, sobre o antigo presidente da Comissão Europeia

O euro foi o maior bónus que a Europa ofereceu à Alemanha

A 24 de Março de 2019 em entrevista ao PÚBLICO

Mesmo aquilo que é mais improvável, como as vacas voarem, pode não ser verdade. Até as vacas podem voar

A 19 de Maio de 2015, sobre a formação de um governo com o apoio de PCP, BE e Os Verdes

Espaço público

Boa sorte, António Costa!

Editorial

David Pontes

Luís Montenegro fez muito bem em apoiá-lo, não por ele ser português, mas porque é um dos políticos europeus mais bem preparados para o cargo

Agora que está mesmo de abalada para um dos postos políticos mais importantes do mundo, António Costa não desprezará a sorte que tantas vezes o tem bafejado ao longo da sua carreira pública. Muitos dirão e, com toda a razão, que a sorte se faz e que ele, sendo certamente o político português mais hábil da sua geração, soube sempre fazer por ela.

Teve a sorte ou o engenho de se afastar a tempo do Governo de José Sócrates, com uma ida para a Câmara de Lisboa que conseguiu transformar numa aliança com as esquerdas. Teve a oportunidade de derrubar sem grande dificuldade o seu adversário interno, António José Seguro, quando uma vitória socialista nas eleições europeias lhe soube a "poucochinho". Quando parecia que tinha perdido as eleições legislativas para Pedro Passos Coelho, viu os astros alinharem-se para uma inédita "geringonça", que alterou o panorama político português. Geriu com habilidade os constrangimentos orçamentais, mascarando a austeridade ao ponto de obter uma inesperada maioria absoluta. E mesmo o duro golpe que foi o caso *Influencer* acabou por ter o condão de voltar a colocar no seu rumo o cargo europeu, que há muito almejava.

Todo este percurso reflecte a panóplia de recursos que António Costa tem e que, com sorte ou sem ela, faz dele uma excelente escolha para presidente do Conselho Europeu. Luís Montenegro fez muito bem em apoiá-lo, não por ele ser português, mas porque é um dos políticos europeus mais bem preparados para o cargo.

À experiência que possui de três décadas como político nacional, junta-se-lhe a experiência, primeiro como ministro da Administração Interna e depois como primeiro-ministro, nos palcos europeus. A flexibilidade que sempre demonstrou é essencial para o jogo de entendimentos políticos que se exige a quem tem de orquestrar as posições de 27 governos. Some-se-lhe a sua enorme capacidade de diálogo, que o leva a conseguir construir pontes, mesmo quando do outro lado está um adversário ideológico, como Viktor Órbán ou Jerónimo de Sousa.

Uma Europa com uma guerra às suas portas, ensanduichada entre uns Estados Unidos cada vez mais inconstantes e uma China cada vez mais voraz, e onde crescem os partidos soberanistas que podem pôr em causa a própria União, precisa mesmo muito de todo o talento político de António Costa. E já agora, se não for pedir muito, também de um bocadinho da sua sorte.

CARTAS AO DIRECTOR

O caso das gémeas

O caso das gémeas, que parece reconduzir-se a um caso de solidariedade em que, em substância, não terão sido feridas regras de precedência e de nacionalidade, atingiu já um ponto de saturação irritante. É a novela política do nosso presente. Mais ainda: tornou-se o objecto abjecto do jogo político de certos partidos, como o Chega, lamentavelmente seguido por outros. Como sempre, o que aquele procura é aproveitar todas as oportunidades que vêm à tona para fazer os seus números de circo e brilhar nos ecrãs para a turba.

O que lhe interessa, neste como noutros casos, não é descobrir a verdade, mas criar agitação, fazer demagogia e atingir o coração das instituições democráticas. Aqui, os alvos, como já se percebeu, são o Presidente da República e o ex-primeiro-ministro. Não importa quem possa atropelar no seu caminho, instrumentalizando as pessoas para os seus fins, mesmo que estas se encontrem em situação de fragilidade, como aconteceu com a mãe das gémeas, cujo interrogatório, convertido em espectáculo televisivo, roçou a crueldade e a desumanidade.

António Costa,
Porto

As guerras

As guerras, quando são desencadeadas por exércitos que combatem uns contra os outros, acarretam enormes perdas de vidas e de bens privados ou públicos. Mas, neste preciso momento, o mundo dos cidadãos observa com estupefacção duas guerras que aparentemente fogem da definição de guerra. Não há exércitos a combaterem uns contra os outros, não há estratégia militar de vitória, não há leis que possam legitimar a destruição e morte provocadas pelo presidente Putin, da Rússia, e pelo primeiro-ministro Netanyahu, de Israel, declarantes destas guerras, há um esmagamento de dois povos provocado pela supremacia do seu armamento. Mas, subjacente às causas desses conflitos, talvez não seja estultícia pensarmos que a indústria de material de guerra, com necessidade de escoar armamento quase obsoleto e de criação de armas novas, esteja por detrás destas guerras, tanto dos declarantes como de todas as outras nações que apoiam ambos os lados, os atacantes e os defensores. É o mundo cão do capitalismo.

Duarte Dias da Silva,
Foz do Arelho

Escolhas para a manchete

Ao comprar o jornal PÚBLICO do dia 19 de Junho, eu fiquei surpreso ao olhar para a manchete. Lá estava com grande destaque a vitória (muito sofrida) da nossa selecção de futebol no jogo contra a República Checa. Assisti atentamente ao jogo como muitos e muitas assistiram e fiquei feliz com a vitória da nossa selecção. Mas houve um feito inédito na natação que me deixou muito mais feliz. No dia 18 de Junho a nadadora Camila Rebelo foi campeã europeia nos 200 metros costas, ganhando a medalha de ouro nos Europeus em Belgrado. Nunca tal tinha acontecido na natação em Portugal. A minha surpresa foi que na manchete do dia 19 não havia qualquer referência a este grande feito. Camila Rebelo foi colocada no PÚBLICO numa pequena coluna na página 39, enquanto a selecção portuguesa de futebol teve um enorme destaque na vossa primeira página e no jornal desse dia, apenas porque ganhou o primeiro jogo do Campeonato da Europa.

Duarte Figueira,
Oeiras

A Ética em duas histórias

A Ética não é um código de acção, é um referencial de comportamento decente. Vem isto a propósito de duas histórias reais.

Num jardim público com um lago rodeado por um relvado florido, observei um acto decente. Uma pequena tartaruga caiu do murete do lago para o ajardinado. Fica de patas para o ar. Em perigo. Uma jovem acorre, pisa a relva e flores, mas coloca a tartaruga no lago para ela continuar a viver. Aplausos de quem viu. A autoridade do jardim não teve a coragem de actuar. A outra história é conhecida. Uma mãe com filhas em perigo e deputados, representantes do povo. Não merece os meus aplausos, mas merece que se recorde uma máxima ética: "Agir numa pessoa nunca como um meio, mas como um fim." Vale sempre recordar a Ética e saber manifestar compaixão.

A. Betâmio de Almeida,
Carnaxide

PÚBLICO ERROU

Na notícia "O Trengo está de volta e quer pôr a mulher no mapa circense", publicada na edição de ontem, o PÚBLICO errou no nome de Julieta Guimarães. Pedimos desculpa à visada.

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

A opinião publicada no jornal respeita
a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

O tempo das verdades plurais acabou. Vivemos no tempo da mentira universal. Nunca se mentiu tanto. Vivemos na mentira, todos os dias
José Saramago

O NÚMERO

81

A Rússia retaliou contra uma decisão da UE e proibiu 81 *media* europeus. Há quatro portugueses, incluindo o PÚBLICO

O polegar de pistacheiro

Ainda ontem

Miguel Esteves Cardoso

A enfermeira que me atende foi candidata do Bloco de Esquerda. Já me safou várias vezes, mas tal é a minha sorte que, quando a apanho, as minhas queixas são flagrantemente burguesas, como cortar-me numa fiambreira ou cair de uma bicicleta eléctrica.

Desta vez, foi pior ainda: aleijei o polegar de tanto descascar pistachos. Entra no capítulo das lesões repetitivas e, por isso, teria direito a figurar na medicina do trabalho.

Mas não há dignidade laboral em descascar pistachos à frente da televisão. Nem ajuda nada eu explicar que são irresistíveis, porque vêm de uma ilha grega cujo nome eu prefiro não divulgar.

No sorriso dela, mais amarelo do que um girassol à beira de ser colhido para fazer óleo alimentar, leio as seguintes palavras: “Ainda não percebeste que estás a ser castigado pelo carácter absolutamente inútil das tuas actividades?”

Enquanto aplico o velho Voltaren – que já merecia um Dia Internacional – lembro-me de outras lesões profissionais. Havia o calo de poeta – “ou de guarda-livros”, precisava sempre o meu pai – que era provocado pelas esferográficas hexagonais. A versão menos poética, que afectava os dedos todos – e que nunca passa completamente – era a mão de matraquilhos.

Há o cotovelo de ténis e o cotovelo de golfe, ambas actividades proletárias, destinadas a ser tratadas com especial carinho no Serviço Nacional de Saúde. O joelho de *jogger* – que é mais irritante se for pronunciado à francesa – também não comove ninguém, porque só *jogga* quem quer. Mas a maleita mais desgraçada de todas, porque tenta esconder uma coisa nojenta sob uma capa de nobreza olímpica, é o pé-de-atleta.

Imagine-se que eu aproveitava a consulta do polegar de pistacheiro para mostrar um toque de fungo galopante que se tivesse apoderado das unhas dos meus pés.

A luta de classes não é nada ajudada por estes achaques identificáveis que alongam as filas e criam ressentimento. Deveríamos ser obrigados a ir tratá-los aos privados.

ZOOM UCRÂNIA

UKRAINIAN ARMED FORCES/REUTERS

Um militar da 24.ª Brigada Mecanizada das Forças Armadas ucranianas toca piano num edifício danificado por um ataque da Rússia na cidade fronteiriça de Chasiv Yar, na região de Donetsk

P

publico.pt

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Maio **18.733 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Entre duas frentes: a nacional e a popular

O Mundo às Avessas

Nuno Severiano Teixeira

Nas últimas eleições europeias o terramoto político veio de França. A extrema-direita de Le Pen teve mais do dobro dos votos (31,4%) da aliança centrista de Emmanuel Macron (14,6). A surpresa, porém, não foram os resultados eleitorais, mas a súbita decisão de dissolução da Assembleia Nacional e a convocação de eleições legislativas antecipadas. A jogada política do Presidente é de alto risco. Se tiver sucesso, será considerada de génio político. Mas se falhar, como todas as sondagens apontam, terá sido um *harakiri* político e arrisca-se a deixar uma pesada herança para a França e para a Europa.

Macron achou que uma coisa era o voto de protesto sem consequências directas nas europeias e outra a ameaça real da extrema-direita nas legislativas. E que um *flavour* da ameaça real da extrema-direita na política interna poderia mobilizar os franceses em defesa do centro moderado e da democracia liberal. Apostou na divisão da esquerda e na bipolarização com a direita. Enganou-se. Acabou por favorecer a erosão do centro e o reforço dos extremos, à esquerda e à direita. E ficou entre duas frentes: a nacional e a popular. Pensou que as "esquerdas irreconciliáveis" nunca se reconciliariam. E reconciliaram. Pelo menos, para este objectivo imediato, reactualizaram o espírito da Frente Popular de 1936. E nunca pensou que na direita conservadora o líder dos Republicanos, Éric Ciotti, rompesse com 40 anos de tradição política do seu partido e se dispusesse a fazer um pacto com a extrema-direita. Sinal claro de que acabaram as "linhas vermelhas" e o velho consenso político entre os partidos *mainstream* para manter a extrema-direita fora do poder.

Os blocos estão, agora, definidos e as sondagens são expressivas. Estão em confronto três campos políticos: a União Nacional, à direita e extrema-direita, a Nova Frente Popular, à esquerda, e o Renascimento de Macron, ao centro. A extrema-direita rondará os 34%, a esquerda os 30% e o centro não chegará aos 20%. E a diferença é tal que nem os cerca de 7% da direita conservadora, dividida entre os Republicanos e o apoio à União Nacional, servirão para a anular. Num sistema eleitoral a duas voltas, Macron jogava tudo na segunda volta e no voto útil contra a extrema-direita. Não previu a divisão da direita, nem a unidade da esquerda. E o feitiço pode, agora, virar-se contra o feiticeiro.

Teoricamente, dizem os especialistas, são três ou quatro os cenários possíveis para o futuro político de França. Primeiro, uma maioria relativa da aliança de Macron, com alguns elementos realistas de centro-direita e centro-esquerda. Dada a conjuntura política e as sondagens disponíveis, parece mais que improvável. Segundo, uma maioria de extrema-direita ou de esquerda, mais provável à direita e uma nova coabitação. Nada de novo. A França tem uma larga experiência de coabitações, mas esta seria particularmente hostil. E o Presidente poderia ver-se confrontado com as coligações negativas das oposições e as fugas do seu próprio campo em vista das eleições de 2027. Terceiro, um parlamento sem maioria de qualquer partido ou coligação, politicamente fragmentado e o país praticamente ingovernável. Perante o impasse, um quarto cenário seria possível: a nomeação de um governo técnico encarregado da gestão corrente da coisa pública até que democracia voltasse a funcionar. Mas, para isso, era preciso encontrar um Mario Draghi francês que reunisse o consenso. Ora, se não é fácil encontrar um Mario Draghi, mais difícil seria reunir o consenso.

Emmanuel Macron postou na divisão da esquerda francesa e na bipolarização com a direita. Enganou-se

Nenhum dos cenários é famoso e crescem os receios das suas consequências. A Europa receia pelo bloqueio das instituições e apoio à Ucrânia, os mercados receiam pelo despesismo e o equilíbrio das contas públicas e a França pela estabilidade do próprio regime. Em 2017, com o seu movimento centrista, *En Marche*, que "não era nem de esquerda nem de direita", Macron já tinha destruído o sistema de partidos da V República: arrasado o Partido Socialista, reduzido à irrelevância política a velha direita gaullista e acabado com a alternância política tradicional. Agora, ao jogar alto com o papel político do Presidente no sistema semipresidencial francês, arrisca-se a destruir a própria V República.

Professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa e director do Instituto Português de Relações Internacionais. Escreve quinzenalmente à quarta-feira

A França como modelo do que pode acontecer?

Manuel Loff

Os franceses votam nos dois próximos domingos em duas voltas das eleições legislativas. O sistema maioritário (em vez de representação proporcional, como em Portugal, só será eleito o candidato ganhador em cada uma das 577 circunscrições em que se divide o país) favorece artificialmente o vencedor e pode permitir maiorias absolutas com pouco mais de um terço dos votos, como pode acontecer desta vez. Basta para tal que o partido ou coligação vencedor ganhe num grande número de circunscrições por pequenas diferenças de votos relativamente aos segundos classificados, cujo partido/coligação não elege ninguém. É por isto que podemos acordar no dia 8 de julho com uma maioria absoluta do bloco de extrema-direita que reúne a ex-Frente Nacional e os restos da velha direita gaullista. Macron e os seus liberais de cassetete em casa e tropas para a Ucrânia já perderam as eleições: a merecidíssima rejeição maciça dos franceses vai eliminar a grande maioria deles logo à 1.ª volta.

A nova versão da antiga Frente Nacional "não é a de um partido de extrema-direita que se acalmou, mas de um partido com um projeto neofascista que se adaptou a um novo contexto" (Ugo Palheta, sociólogo, 18/6/2024). Como o resto da extrema-direita do nosso século. A única força que pode barrar o caminho do poder à versão 2024 do neofascismo francês é a coligação que a esquerda montou corajosamente em pouco tempo e a que deu o nome de Nova Frente Popular, juntando França Insubmissa e PCF com PS e verdes. Face ao fascismo, uma reação antifascista – exatamente como aconteceu em 1936, quando o PCF propôs uma coligação a socialistas e radicais burgueses com quem tinham partilhado praticamente nada ao longo dos anos da Grande Depressão. O sistema eleitoral a isso obrigava – e ele hoje ainda é o mesmo. As evidentes divergências não os impediram de, face à ameaça fascista (a tentativa de golpe de 1934, Hitler e Mussolini no poder), se juntarem em torno de um programa de reformas sociais que mobilizaram os operários franceses no verão de 1936.

O contexto de hoje tem muito de semelhante. Os franceses (e os europeus em geral) levam 25 anos de perda de poder de compra, de empobrecimento (privatizações e cortes nos serviços públicos, congelamento dos salários, recurso compensatório ao crédito; agora inflação sem compensação em aumentos salariais). A UE transformou-se numa fábrica multiplicadora de desigualdade, com um modelo económico que vampiriza o trabalho precário migrante e, ao mesmo tempo, segrega racismo e alimenta "conspiranoias" por todas as partes: trata os migrantes como "inimigos"; atiça o desvario da "ameaça russa" para justificar a corrida aos armamentos (e procurar diretamente o confronto); dá curso legal à islamofobia num contexto de racismo praticamente institucionalizado, cujos *slogans* passaram das redes sociais neofascistas para a legislação, e que justifica, desde há muito, formas de securitarismo liberticida que Trump, Le Pen ou Meloni nem precisam de agravar quando chegam ao poder, limitando-se a herdá-las dos "liberais" que as impuseram antes delas.

Como é que chegámos até aqui? Tenho tentado responder a esta pergunta desde que escrevo no PÚBLICO, porque há mais de dez anos que o caminho que percorremos vem sempre dar ao mesmo lugar. Desde há 35 anos, quando a social-democracia se juntou ao consenso thatcherista das direitas (privatizar, desregular, precarizar, concentrar riqueza e dizer que a culpa é do "socialismo do passado"), que se quer convencer classes populares e médias empobrecidas que a culpa é delas porque a economia é isto mesmo. E desde então tem sido a caça aos bodes expiatórios. Aos de baixo. Na mesmíssima lógica dos fascismos de há cem anos: os "outros", as minorias, os migrantes. Os pobres, tratados como parasitas nos restos de um Estado de Bem-Estar que não existia em 1930.

Discutir como reverter este caminho não é (nunca foi) uma discussão académica. Como pergunta Ugo Palheta, "teremos de esperar por um movimento neofascista triunfante para levar a sério os processos de fascistização em curso e as organizações que promovem projetos fascistas e fascizantes?" (*La nouvelle internationale fasciste*, 2022) A resposta tem mesmo de ser dada. Já.

Historiador

Escutas, gémeas – e um incendiário desligamento

Maria João Marques

Nos últimos dias temos visto uma torrente imparável de desligamento por parte da classe política e (digamos assim) opinativa

Talvez seja dos inícios de século. O efeito psicológico dos inícios de século devia ser estudado. Cada vez mais me convenço que a visão circular do tempo dos orientais (*versus* fria conceção linear dos ocidentais) tem que se lhe diga.

Não escapam as semelhanças entre os inícios dos séculos XXI e XX. Guerras. Uma pandemia. O crescente apelo do fascismo. Gertrude Stein, em *Paris França*, escreveu o mesmo para o século XIX: “Penso que os séculos são como os homens, começam como as crianças começam, simples e cheios de esperança, e depois atravessam essa época a que o doutor Osler costumava chamar idade ingrata [...] e depois atravessam a fase em que se tornam civilizados e depois o século ganha mais ou menos juízo.”

Porventura é infantilidade do século, mas da minha parte gostaria de evitar cataclismos como os de meados do século XX. A extrema-direita é um perigo – fácil concordar neste diagnóstico. Conter o perigo é que levanta divergências, e eu não pretendo ter o monopólio das receitas eficazes. Porém, duas receitas parecem-me óbvias. A primeira é não exacerbar a extrema-direita, fazendo-a crescer enquanto se finge que se lhe opõe politicamente ou mediaticamente. A segunda – que me ocupa hoje, com casos concretos – é não alinhar num desligamento elitista face à maioria da população, embarcando num moralismo supostamente virtuoso onde o povo bárbaro existe para ser ensinado – e desdenhado.

Porquê combater esse desligamento? Porque nenhuma cidadã nem nenhum cidadão gosta de receber a mensagem “não contas, não quero saber o que pensas, és demasiado básico, devias ouvir os teus melhores para perceberes quais são, afinal, os teus interesses”. E, de seguida, vai apoiar politicamente quem os ouve e explora o ressentimento por não serem ouvidos. Ora, nos últimos dias temos visto uma torrente imparável de desligamento por parte da classe política e (digamos assim) opinativa.

Vamos primeiro ao caso das gémeas e ao espetáculo triste da audição da mãe das gémeas. Não vejo nenhuma necessidade de este caso de cunhas ser tratado em comissão de inquérito. Por mim estaria muito bem investigado pelo MP e pelos jornalistas (Sandra Felgueiras tem feito bom trabalho; continue). Achei indigno submeter-se a mãe de duas crianças doentes àquela hostilidade. Porém, consegue-me incomodar ainda mais o outro lado.

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

O grave nas escutas é um primeiro-ministro dando ordens para um despedimento político. Mas querem fazer-nos acreditar que grave, grave é a violação do segredo de justiça

Julgando o caso segundo o que sabemos, o filho do Presidente da República decidiu, para proveito próprio (nem que seja aumentar o prestígio na sociedade brasileira), ajudar as gémeas em questão a obter o medicamento Zolgensma. Marcelo Rebelo de Sousa reencaminhou o pedido do filho para o Governo, esperando receber o tratamento de favor que de facto recebeu. O filho continuou a mover influências. O Governo PS, sempre pronto a apaparicar o Presidente em troca de apoio político, garantiu que as gémeas chegavam ao Hospital de Santa Maria com aura de protegidas do secretário de Estado e Presidente da República. O que, sendo Portugal como é, garantiu todas as mordomias médicas (incluindo cadeiras especiais e caras que não foram usadas).

Perante isto, há muitas questões. Duas gémeas não residentes recebendo tratamentos milionários quando tantas crianças residentes doentes têm respostas médicas deficitárias. Os recursos públicos - escassos e finitos - com uma alocação vinda do favor; e quando pagam um tratamento deixam de pagar outro. Um Governo comprando apoio presidencial. Um filho que não foi ensinado a não abusar do privilégio. As dificuldades no SNS das mães e dos pais sem acesso ao filho do Presidente e ao secretário de Estado da Saúde.

E, no entanto, as elites sem problemas na vida, com seguros de saúde e, quiçá, também acesso a cunhas, quiseram convencer o povo (crédulo, supõem) que a única questão girava à volta de se dever tratar ou não aquelas crianças. Agora passaram à vitimização da mãe – afinal fez o que qualquer mãe faria e merecia respeito (tudo verdade).

A mesma esquerda que fez *bullying* a Nádia Piazza, mãe de uma das crianças que morreram no incêndio de Pedrógão, a destratou e diabolizou para ganhos nas tricas políticas, agora, trémula e imbuída de proteção maternal, queixa-se de falta de empatia por uma mãe. Enternecedor. Pena que não convincente, A esquerda que embarcou nos últimos anos no maior aproveitamento do ressentimento social contra quem tem dinheiro (é ver a retórica sobre baixar impostos aos remediados) quer convencer a (imbecil, acreditam) população a condoer-se com as dores de uma mãe endinheirada e bem relacionada que passou à frente de outras mães utentes do SNS. E, para cúmulo, esboçam indignação porque Ventura faz tal qual o que os próprios são useiros e vezeiros.

O segundo caso: as escutas de Costa sobre o despedimento político de Christine Ourmières. Nada que não fosse evidente. Eram precisas limitações cognitivas para acreditar que a ex-chefe da TAP havia sido despedida por motivos jurídicos. A divulgação das escutas (legalmente obtidas e mantidas) teve claro interesse jornalístico, desde logo para avaliar a governação de Costa e, também, a personalidade do político.

O grave naquelas escutas é um primeiro-ministro dando ordens para um despedimento político. Mas querem fazer-nos acreditar que grave, grave é a violação do segredo de justiça– figura que a maioria dos países civilizados não tem na extensão absurda que existe em Portugal. (Com objetivo – não nos enganemos – de proteger a reputação dos investigados e a incompetência dos procuradores.) Devemos ignorar a qualidade da atuação de Costa e, ao invés, bater no peito por um teórico dano à sua carreira.

Pelo que percebi das últimas semanas, o que inflama os populismos não é a prevaricação dos políticos, mas as notícias de maus comportamentos. Temos, portanto, de embarcar coletivamente na mentira da pureza dos políticos de esquerda e no encobrimento das suas más práticas, ou estaremos a dar munições à extrema-direita. Devemos relevar cunhas se nestas estiver envolvido o PS. A população ignara tem de se convencer que os seus interesses são estes, os da elite política, não ter um país funcional, bem gerido, bons serviços públicos.

Pela minha parte, não, obrigada. Desde logo: julgo que a benevolência generalizada com os atropelos à ética vindos da esquerda é combustível para a extrema-direita. Tratar os outros com papas e bolos como se fossem tolos, também.

Economista. Escreve à quarta-feira

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Luís Montenegro tomou posse como primeiro-ministro no dia 2 de Abril

Cinco pacotes de medidas depois, Governo só entregou seis leis na AR

Governa desde início de Abril e já apresentou cinco pacotes de medidas – anticorrupção, migrações, saúde, habitação e juventude –, mas ao Parlamento só apresentou seis propostas de lei

Joana Mesquita

Desde que tomou posse, o Governo só entregou seis iniciativas à Assembleia da República, sendo que três foram pedidos de autorização legislativa. Depois de ter perdido para o Partido Socialista a batalha do IRS – em que o projecto de lei do PS foi aprovado e a redução do IRS do executivo foi chumbada com votos contra dos socialistas, Bloco de Esquerda, PCP e Livre, e contou a abstenção do Chega –, o Governo da Aliança Democrática (AD) conseguiu, por agora, passar no Parlamento quatro propostas de lei. No total, o executivo já apresentou 154 medidas divididas por cinco pacotes – anticorrupção, migrações, saúde, juventude e habitação.

A 12 de Junho, a primeira medida do Governo encabeçado por Luís Montenegro foi aprovada na Assembleia da República. O executivo pediu autorização ao Parlamento, através da figura da autorização legislativa, para atribuir uma isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e de Imposto do Selo aos jovens até 35 anos na compra da primeira habitação e a oposição concedeu. A iniciativa, que faz parte do pacote de medidas para a juventude, precisou de ter a luz verde da Assembleia da República.

A votação, que ocorreu simultaneamente na generalidade, na especialidade e em final global, contou com os votos contra do PCP e do Livre e a abstenção do BE e do PS.

No mesmo dia, o Governo viu o Parlamento aprovar, na generalidade, na especialidade e na votação final global, o novo regime de incentivos fiscais para o mercado de capitais, que inclui o acesso aos PPR europeus, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A proposta de lei, aprovada com os votos contra do PCP, Livre e Bloco, e com a abstenção do Chega, era necessária para que o executivo recebesse as 3.ª e 4.ª parcelas do PPR, no valor de 733 milhões de euros, e para pedir o pagamento da 5.ª, fixada nos 1800 milhões de euros.

Seguiu-se outro pedido de autorização legislativa, aprovado no dia 21 de Junho, com votos contra dos partidos de esquerda: PS, PCP, BE e Livre. A intenção do executivo, já anunciada quando foi divulgado o pacote do Governo destinado à habitação, era revogar a contribuição extraordinária sobre o alojamento local, medida do plano Mais Habitação do anterior executivo socialista.

A esta alteração, somaram-se outras duas: a revogação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos afectos à actividade de alojamento local para efeitos da liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a revogação da extensão do regime de arrendamento forçado às habitações devolutas.

O Governo da Aliança Democrática deu ainda entrada nos serviços da Assembleia da República a um terceiro pedido de autorização legislativa, de forma a poder alterar o IRS Jovem para uma taxa máxima de 15%, para jovens até aos 35 anos, uma medida que também faz parte do pacote do executivo para a juventude, mas que ainda não foi votada.

A última das propostas de lei do Governo pretende aumentar de 0,5 para 1% o limite da consignação da receita do IRS pelos contribuintes singulares a uma lista de entidades sem fins lucrativos. O diploma baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública e já foi aprovado na generalidade. Faltam agora as votações na especialidade e final global, mas a iniciativa deve passar, depois de os partidos terem saudado o aumento.

Os restantes planos anunciados pelo Governo – o plano de acção para as migrações e o plano de emergência para a saúde – não passaram pela Assembleia da República.

Em matéria de migrações, o executivo acabou com as manifestações de interesse por decreto e a intenção foi promulgada pelo Presidente da República pouco tempo depois do lançamento do pacote de medidas, a 3 de Junho.

Também o plano de emergência para a saúde, anunciado a 29 de Maio, cujo objectivo é acabar, até ao final de 2025, com as listas de espera nos hospitais portugueses e atribuir um médico de família a todos os utentes, não passou pela Assembleia da República. Relativamente ao pacote anticorrupção, o último a ser anunciado, a 20 de Junho, e que conta com 32 medidas, ainda nada foi entregue ao Parlamento.

"Vamos continuar a ter Conselhos de Ministros durante o Verão, portanto, haverá aprovação de medidas já apresentadas, mas também nem todas as medidas têm de ir ao Parlamento. Estamos aqui para mais de quatro anos, portanto, não tem de ser já tudo, depende da prioridade temporal de cada uma", afirmou ao PÚBLICO fonte do Governo. **com Liliana Borges**

Audição à procuradora-geral agita partidos mas nenhum se opôs

Liliana Borges

PS e PSD remeteram-se ontem ao silêncio sobre requerimento do PAN para ouvir Lucília Gago que será hoje votado

O requerimento entregue pelo PAN para ouvir a procuradora-geral da República está a dividir os partidos. Se do lado do BE, PCP e Livre já foram dados sinais de que apoiarão a proposta de Inês de Sousa Real, os restantes estão mais reticentes. O Chega afirmou que não se irá opor, mas fala em "perseguição política aos órgãos de justiça". Também a Iniciativa Liberal afirma que não colocará entraves a um pedido de audição, caso este seja assente no acesso ao relatório bianual sobre execução da lei de política criminal. O requerimento é votado hoje, às 9h30, mas ontem nem PS nem PSD quiseram assumir o seu voto. Caso seja aprovado, a audição a Lucília Gago ficará agendada hoje.

Questionada sobre a posição da Iniciativa Liberal (IL) em relação a uma possível audição à procuradora-geral da República, a líder parlamentar da IL respondeu que é "fundamental garantir a separação entre o poder político e judicial" e que por isso, "apesar de a justiça não estar isenta de crítica, é preciso preservar sempre a sua total independência e não permitir que o poder político interfira e fragilize de acordo com as suas próprias conveniências". Por isso, em declarações ao PÚBLICO, a deputada liberal vincou que a posição do partido é que "em momento algum se devem aproveitar estas audições para abordar casos específicos com investigações em curso".

Horas antes, o presidente do Chega afirmou que a intenção de ouvir a procuradora-geral da República, Lucília Gago (que já tinha sido convidada pelo presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco), é uma "perseguição política aos órgãos de justiça". O líder do Chega disse que o "maior ataque de sempre à justiça tem o apoio de alguma comunicação social" e interrogou-se sobre as razões de António Costa ainda não ter sido confrontado com o teor dessas escutas, designadamente em relação ao processo de despedimento da anterior líder executiva da TAP.

Iniciativa Liberal e Chega criticam chamada de Lucília Gago a reboque do caso da escuta de António Costa

A procuradora-geral da República, Lucília Gago, foi nomeada em 2018

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

PSD e PS, cujo tamanho das bancadas parlamentares tem implicações no resultado da votação do requerimento, não anteciparam qual o seu sentido de voto. No domingo, o secretário-geral socialista, Pedro Nuno Santos, defendeu que a procuradora-geral da República deve explicações ao país sobre a "violação da lei" na divulgação de escutas envolvendo o antigo primeiro-ministro António Costa, considerando insuficiente a abertura de um inquérito.

O BE apresentou ontem um requerimento para que Lucília Gago seja ouvida com carácter de urgência sobre o relatório anual de actividade e para prestar "os esclarecimentos que se revelem necessários", argumentando que, desde 2019, a procuradora-geral nunca apresentou "quaisquer destes relatórios à Assembleia da República".

A bancada parlamentar do BE defende que "valorizar a importância deste relatório e promover o seu debate contribui para o fortalecimento da confiança da cidadania portuguesa na justiça".

Arsenal do Alfeite está "tecnicamente falido"

Ouvido no Parlamento, o ministro da Defesa anunciou que o Governo está a estudar construção de fábrica de munições

O ministro da Defesa Nacional afirmou ontem que recebeu o Arsenal do Alfeite "tecnicamente falido" e que contraiu empréstimos de cerca de dois milhões de euros para pagar salários e cumprir obrigações fiscais.

"Recebemos um Arsenal do Alfeite tecnicamente falido, com inúmeros navios retidos muito acima do prazo previsto para a sua manutenção, causando um dano grande para o cumprimento de missões, para a eficácia da Marinha Portuguesa, mas a que teremos de dar resposta", afirmou Nuno Melo, que foi ouvido no Parlamento numa audição regimental.

De acordo com o ministro, "alguma coisa tem de ser feita, porque neste momento há inclusivamente incapacidade de gerar receita suficiente para pagar salários e obrigações fiscais".

"Eu acabei de chegar ao ministério e a primeira medida que tivemos de tomar foi viabilizar, deferir, pedir um empréstimo de um milhão e quatrocentos mil euros para pagar salários e obrigações fiscais. Há uma semana tivemos de deferir um outro de 936 mil euros. Nenhum arsenal sobrevive nestas condições", alertou, acrescentando que o equipamento no Alfeite "é obsoleto, inapropriado para a Marinha do presente".

Na audição, o ministro da Defesa anunciou que o Governo está a estudar a construção de uma fábrica de munições e voltou a garantir que vai aumentar remunerações nas Forças Armadas, sem concretizar para já valores.

"É uma das áreas em que sabemos que a União Europeia toda, eu diria o mundo ocidental, é deficitária. A necessidade de se produzirem munições está identificada ao nível do Governo e muito em breve espero poder trazer a este Parlamento a concretização desta fábrica de munições", afirmou.

Nuno Melo salientou que esta construção "tem regras", como a avaliação dos investidores, do modelo empresarial, a localização, a participação do Estado, e também uma perspectiva de lucro, defendendo que a indústria de Defesa "pode ser lucrativa". "Identificámos já alguns parceiros e localizações, estamos a estudar modelos de negócio possíveis e isso há-de ser concretizado a seu tempo", acrescentou.

Ex-ministra da Justiça recusa irregularidades na nacionalidade das gémeas luso-brasileiras

Joana Mesquita

Catarina Sarmento e Castro, ex-ministra da Justiça, afirmou que "não se encontra nenhum tipo de influência" para que o processo de obtenção de nacionalidade das duas crianças luso-brasileiras, tratadas com o medicamento Zolgensma no Hospital de Santa Maria, tenha sido mais célere do que outros do mesmo tipo. A antiga ministra da Justiça, que foi ouvida ontem na comissão parlamentar de inquérito (CPI) ao "caso das gémeas", referiu que tanto a idade das crianças como o facto de a mãe ter cidadania portuguesa aceleraram o procedimento.

"No dia 2 de Setembro de 2019, os processos destas bebés foram remetidos pelo consulado [de São Paulo] ao Instituto dos Registos e do Notariado (IRN)", explicou Catarina Sarmento e Castro, depois, "a integração dos assentos de nascimento dá-se a 16 de Setembro de 2019".

O processo durou, portanto, 14 dias, mas a antiga ministra considerou que este é um prazo "razoável", acrescentando que, "à época, outros processos tiveram igual celeridade", nomeadamente "outros três" que teriam sido ainda mais rápidos.

De acordo com o IRN, "naquele consulado a média [para a obtenção da nacionalidade] seria um mês", sublinhou.

Catarina Sarmento e Castro argumentou que para a celeridade do processo contribuiu o facto de as crianças serem ainda pequenas, uma vez que há etapas que podem ser ultrapassadas, como, por exemplo, as verificações de segurança, assim como o facto de a mãe ter nacionalidade portuguesa há mais de 10 anos.

Além da audição de Catarina Sarmento e Castro, a CPI ao "caso das gémeas" aprovou por unanimidade o requerimento, apresentado pelo PSD na semana passada, a solicitar um parecer ao Auditor Jurídico da Assembleia da República sobre a classificação do limite e a dimensão do conceito de segredo de justiça no âmbito de uma comissão de inquérito. António Rodrigues, do PSD, justificou o pedido argumentando que, num dia em que foi divulgado que Nuno Rebelo de Sousa está disponível para depor na CPI mas vai remeter-se ao silêncio na íntegra, é "importante que se saiba" a que questões o filho do Presidente da República pode responder, para que não se "limite a um absoluto silêncio".

Nuno Rebelo de Sousa, filho de Marcelo Rebelo de Sousa, vai ser ouvido no dia 3 de Julho

A audição está marcada para o dia 3 de Julho e, em carta aos deputados, o advogado de Nuno Rebelo de Sousa comunicou que, podendo realizar-se por videoconferência, este "naturalmente "confirma disponibilidade", sendo que "vai usar do seu direito ao silêncio, e que vai fazê-lo na íntegra".

Só 52% dos requerimentos do estatuto de cuidador informal foram aprovados

Em quatro anos, Estado investiu cerca de 27 milhões de euros. Apoio de 309 euros em média por mês chegou a 5652 pessoas

DANIEL ROCHA

Muitos não pedem o apoio porque processo é muito burocrático ou por desconhecerem a medida

Patrícia Carvalho

A tendência tem sido sempre crescente: entre 2020 e o final de 2023 não pararam de aumentar os requerimentos para obtenção do estatuto de cuidador informal (ECI) e os pedidos para o subsídio de apoio a esta actividade. Ao mesmo tempo, reduziram-se os tempos de resposta a ambos os casos. Porém, a Associação Nacional de Cuidadores Informais lembra que os números ainda estão a uma distância demasiado grande do que seria necessário para que este tipo de assistência seja, de facto, eficaz. E os deferimentos ainda são demasiado escassos, o que leva os profissionais do sector a defenderem que se aumentem "os critérios de elegibilidade" para o ECI e que o reconhecimento da pessoa cuidada deixe de estar "dependente da titularidade das prestações definidas legalmente".

Os dados constam do mais recente relatório da Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do Estatuto do Cuidador Informal, que olhou para a evolução deste processo entre o seu arranque, em 2020, e 31 de Dezembro de 2023. Nesse período, entraram 33.651 requerimentos de ECI e 88% já tinham sido alvo de uma decisão, com os deferimentos (17.623) a representarem pouco mais de metade (52%) de todos os processos. Havia 12.009 pedidos indeferidos (36%), enquanto 12% dos casos ainda estavam num "estado intermédio".

Dos quatro anos analisados, 2023 foi o que registou o maior número de requerimentos de ECI, 13.098, dos quais 5971 foram deferidos e 4298 tiveram resposta negativa. Os restantes, correspondendo a 2829 requerimentos, ainda aguardavam por uma decisão.

As razões para os indeferimentos não sofreram alterações em relação aos anos anteriores. O facto de a pessoa cuidada não ser titular de um dos subsídios legalmente exigidos pelo processo ou não estar transitoriamente acamada e a precisar de cuidados permanentes apareceram como causa de recusa em 3808 casos de 2023. A não existência do consentimento do reconhecimento do requerente como cuidador foi a razão para outros 930 indeferimentos, tendo ainda sido recusados 565 processos por o requerente do ECI não possuir as condições físicas e psicológicas adequadas. Houve ainda 304 casos em que, quando todo o processo ficou instruído, a pessoa que seria cuidada já tinha, entretanto, falecido.

Subsídio só para 27%

Acompanhando a tendência de crescimento do ECI, também os pedidos de subsídio de apoio a esta actividade cresceram. "Desde o início da medida foram requeridos 22.255" subsídios (10.423 em 2023), lê-se no relatório, mas só 27% dos processos foram deferidos, ficando a percentagem dos indeferimentos nos 64%. Em 2023, o número de casos indeferidos foi mais do dobro (5968) dos deferidos (2940), havendo ainda 1515 casos a aguardar uma decisão.

E porquê esta percentagem tão elevada de recusas? No ano passado, quase metade das recusas (2775) deveram-se ao facto de não ter sido reconhecido o estatuto de cuidador informal principal ao requerente (o que implica que este não aufira rendimentos de qualquer actividade profissional), enquanto em 1049 outros casos o indeferimento esteve directamente relacionado com o facto de o rendimento do agregado familiar ser superior ao que está previsto na lei para esta medida.

Recorde-se que a generalidade dos cuidadores informais não tem direito a subsídio, obtendo mesmo assim vantagem do reconhecimento do estatuto, nomeadamente porque passa a poder usufruir de apoio psicológico e domiciliário e a integrar grupos de auto-ajuda, entre outros apoios.

Feitas as contas, o Estado investiu nesta medida cerca de 27 milhões de euros, ao longo de quatro anos, beneficiando 5652 cuidadores. O valor médio mensal pago a cada um deles foi 309,33 euros.

Olhando para o universo de pessoas abrangidas por esta medida, o relatório diz-nos que permaneciam activos, no final de 2023, 13.520 cuidadores informais. Do lado das pessoas cuidadas, ao longo destes anos, 31.372 foram alvo de um requerimento, mas apenas 18.300 viram o seu caso deferido. No final de 2023 havia 13.820 pessoas a serem cuidadas por esta via.

Apesar do aumento de requerimentos, tanto do ECI como do subsídio correspondente, foi possível diminuir os tempos de resposta, que desceu de cerca de 63 dias, em 2022, para 50 no ano passado. Quando se olha apenas para os casos deferidos, a tendência é a mesma: de pouco mais de 48 dias a aguardar por uma resposta, os requerentes que viram os pedidos aprovados tiveram de esperar em média cerca de 33 dias, em 2023.

Generalidade dos cuidadores não tem direito a subsídio, mas uma das vantagens de obter o estatuto é que permite usufruir de apoio psicológico e domiciliário

Cuidadores em sobrecarga

Os dados, que parecem apontar para um maior acesso à medida, não entusiasmam a vice-presidente da Associação Nacional de Cuidadores Informais, Maria dos Anjos Catapirra. "Chegámos à conclusão que os pedidos são muito poucos e estamos constantemente a ver os orçamentos do Estado a não serem aplicados. Não há pedidos suficientes, atendendo a que o processo é muito burocrático e ao enorme desconhecimento da medida. Os poucos que a conhecem acham que a legislação não os vai ajudar e que não vale a pena o trabalho", diz.

Em linha com esta posição, a comissão (de que a associação faz parte) recomenda, por exemplo, que se aumentem "os critérios de elegibilidade" para o ECI e que o reconhecimento da pessoa cuidada deixe de estar "dependente da titularidade das prestações definidas legalmente". A necessidade de disponibilizar mais pessoal de apoio e de aumentar respostas integradas também é referida no relatório.

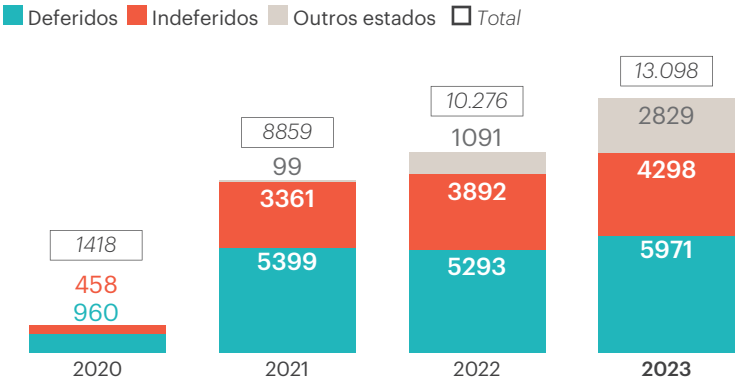
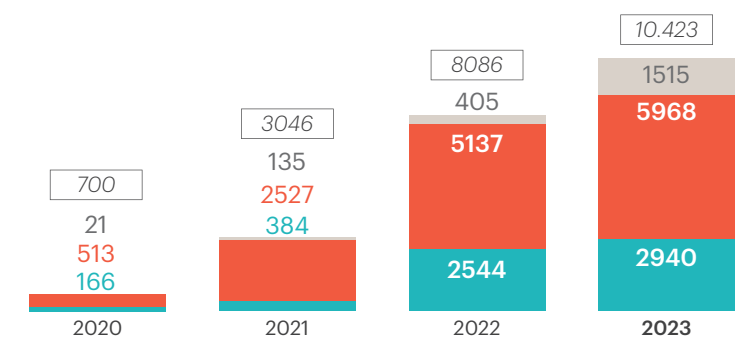
Sobre esta matéria, Maria dos Anjos Catapirra cita o acompanhamento que é suposto ser prestado ao cuidador informal, por parte do designado "pessoal de referência", das áreas da saúde e da segurança social. Apesar de o relatório apontar para um acompanhamento de 88% dos cuidadores informais activos, a responsável da associação diz que estes números "não são reais". "Há um profissional atribuído, que faz um relatório semestral e pronto. Só que o trabalho no terreno não se faz, porque há falta de quadros, não há apoio suficiente, não há psicólogos suficientes", afirma.

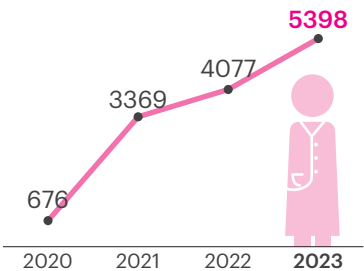
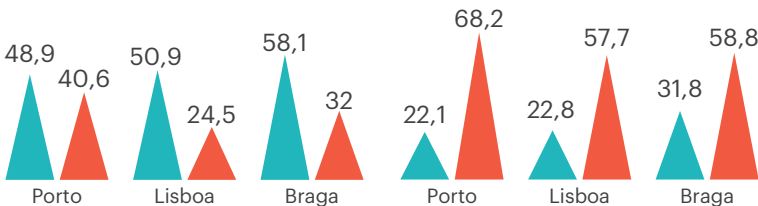
E este apoio, como se depreende da análise da sobrecarga dos cuidadores informais, é mais do que necessário. Segundo o relatório, dos 8194 cuidadores avaliados neste *item*, 64% tinham sobrecarga, sendo que 37% destes estavam sob "sobrecarga intensa".

Uma medida que podia ajudar é o direito ao descanso, mas o próprio relatório indica que ela tem sido pouco usada, indiciando que "carece de algum estímulo". Maria dos Anjos Catapirra não se mostra muito optimista. "As pessoas não pedem porque não há resposta. Onde estão as vagas [para deixar a pessoa cuidada]? O mais gravoso é não haver apoio domiciliário adequado. Porque ele não pode ser só ir levar as refeições ou fazer a higiene. Se o cuidador tivesse um mínimo de descanso de uma ou duas horas diárias, isso, sim, seria uma grande ajuda. Mas não há pessoal suficiente, não há capacidade de resposta", atira.

Aprovado em 2019, o ECI começou por ser aplicado em projectos-piloto, mas foi sendo alvo de alterações e foi alargado a todo o continente. Na Associação Nacional de Cuidadores Informais continua a percepção de que a medida chega a uma ínfima parte dos que dela poderiam beneficiar. Pretendem pedir uma reunião à secretaria de Estado da Inclusão para perceber o que é que esta pretende fazer para que esse alcance aumente.

Situação do cuidador informal até ao final de 2023

Total de requerimentos entrados, por estado

Requerimentos de subsídio de apoio ao cuidador informal

Número de cuidadores activos | **Número de pessoas cuidadas activas**

Os três distritos com mais pedidos de ECI
Em %

Os três distritos com mais pedidos de subsídios de apoio ao cuidador informal
Em %

Os três distritos com valor médio mensal de subsídio mais elevado

Fonte: Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do Estatuto do Cuidador Informal PÚBLICO

Retrato

Quem cuida, quem é cuidado e onde?

Patrícia Carvalho

São as mulheres quem mais cuida e também quem mais são cuidadas, no universo dos cuidadores informais. Os distritos mais populosos são também aqueles em que houve mais pedidos de reconhecimento do estatuto de cuidador informal (ECI) e dos subsídios de apoio a essa função. Mas não são os mais bem-sucedidos na aprovação desses subsídios e também não foi aí que o apoio atribuído ao cuidador foi mais elevado.

Olhando para o cenário global, entre 2020 e o final de 2023, o cuidador informal é, sobretudo, uma mulher (84,7%), com a idade média de 56 anos, estando a grande maioria na faixa etária entre os 50 e os 59 anos (4070 mulheres e 659 homens). Em 53% dos casos, o estatuto atribuído é de cuidador principal e em 95% das situações as pessoas têm a seu cargo apenas uma pessoa.

No que se refere às relações familiares, os cuidadores prestam apoio, antes de mais, a um dos seus progenitores (38,6%), seguindo-se os filhos 29,9%) e o cônjuge (13,3%).

Do outro lado da balança, são também as mulheres quem mais são cuidadas (54,9%) e o facto de haver pessoas a necessitar deste tipo de cuidados desde muito jovens faz com que a idade média da pessoa cuidada seja 62 anos. Contudo, não restam dúvidas que são aqueles com mais de 65 anos que mais representatividade têm neste grupo - eram 5362 mulheres e 2609 homens nessa faixa etária a serem cuidados, ou seja, 7971 pessoas, num universo global de 13.820.

Diferenças entre distritos

Numa altura em que o ECI já se aplica em todo o continente, é possível perceber que há diferenças acentuadas entre os diferentes distritos. No que diz respeito aos pedidos de ECI, o Porto surge destacado como o distrito com o valor mais elevado - foram 7942 -, seguido de Lisboa (5656) e Braga (3442).

Os mesmos distritos são também aqueles em que houve mais pedidos de subsídios de apoio aos cuidadores, com as percentagens de pedidos indeferidos a situarem-se entre os 68,2%, no Porto, e os 57,7%, em Lisboa. Contudo, o recorde negativo nesta matéria vai para Setúbal, onde, dos 2108 pedidos de subsídio entrados, 72,2% foram indeferidos.

Em sentido inverso, é em alguns dos distritos com menor número de pedidos de ECI que os processos mais são deferidos. Dos 902 pedidos feitos em Vila Real, 72,3% foram deferidos, e em Évora (620 pedidos) e Castelo Branco (525 pedidos), a taxa de deferimento chegou aos 70,1%. Bem mais baixa é a percentagem dos pedidos de subsídio aprovada - a melhor prestação é no distrito de Évora e não vai além dos 38,5%.

Já Faro é o distrito em que o valor médio mensal do subsídio atribuído foi mais elevado, chegando aos 328,62 euros. No extremo oposto surge Viana do Castelo, com 291,16 euros.

PAULO PIMENTA

Maioria das pessoas cuidadas são os pais

Inês Drummond, vereadora do PS em Lisboa, é arguida no processo *Tutti-Frutti*

Samuel Alemão

Garante que "em nenhum momento" é considerada suspeita do recebimento de vantagem. São agora três os vereadores arguidos

Inês Drummond, vereadora do PS na Câmara Municipal de Lisboa, foi constituída arguida no âmbito do processo *Tutti-Frutti*, que investiga uma alegada troca de favores políticos entre socialistas e sociais-democratas na preparação das listas de candidatos às eleições autárquicas de 2017 e o recebimento indevido de vantagens financeiras. A informação foi confirmada ao PÚBLICO pela autarca. "Sim, fui constituída arguida e disponibilizei-me de imediato para prestar declarações, o que fiz, entretanto", afirma, garantindo estar inocente.

"O Ministério Público estabelece imputações com base num pressuposto que configura um erro: uma pretensa amizade com outro suspeito, numa relação totalmente fantasiosa e que até esta semana desconhecia. Essa amizade é falsa", garante na nota escrita enviada ao PÚBLICO. "Estou muito tranquila com o desenrolar do processo, sabendo que nada de errado fiz e que isso ficará demonstrado em qualquer fase do processo. Em nenhum momento sou considerada suspeita do recebimento de qualquer vantagem", diz.

Drummond torna-se, assim, o terceiro vereador do executivo liderado por Carlos Moedas (Novos Tempos) a ser constituído arguido, em pouco mais de dois meses, depois de Diogo Moura (CDS-PP) e Ângelo Pereira (PSD), este último também no contexto da investigação da *Operação Tutti-Frutti*, no final de Maio.

Se Diogo Moura, acusado pelo Ministério Público de envolvimento num caso de fraude na realização de eleições internas dos centristas, suspendeu o mandato de vereador da Cultura e Economia a pedido de Moedas, já Ângelo Pereira mantém-se em funções, tutelando os pelouros da Higiene Urbana, Estrutura Verde, Segurança e Protecção Civil e Desporto. "Que eu saiba, o senhor vereador Ângelo Pereira não é acusado, mas a minha coerência será total. Um ponto é a pessoa estar a defender-se, estar como arguido, outra é estar acusado", disse Carlos Moedas, na altura, para justificar a continuidade em funções do seu vereador.

O processo *Tutti-Frutti* foi iniciado em 2016, quando a Polícia Judiciária (PJ) começou a investigar suspeitas de favorecimento de militantes do PS e do PSD, através da atribuição de avenças e de contratos públicos, com o suposto objectivo de garantir que algumas juntas de freguesia da capital seriam controladas pelos sociais-democratas. Em causa estarão os crimes de corrupção passiva ou tráfico de influência.

Inês Drummond tem assumido a liderança da vereação socialista

De acordo com a Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ, os serviços das referidas avenças não seriam realmente prestados, acabando o dinheiro desses contratos por ser canalizado para um "saco azul" em benefício de militantes sociais-democratas. Um esquema que contaria, alegadamente, com a cumplicidade de dirigentes socialistas. Em Junho de 2018, a Polícia Judiciária fez buscas que também visaram a autarquia lisboeta e o gabinete do então presidente, Fernando Medina. E voltou a fazer buscas na mesma autarquia em Janeiro de 2023.

No passado dia 21 de Junho, a Assembleia da República levantou a imunidade parlamentar a três deputados do PSD sob suspeita de envolvimento no caso, Luís Newton, Carlos Eduardo Reis e Margarida Saavedra, depois de tal ter sido solicitado pelo Ministério Público dois meses antes. Luís Newton, que é presidente da Junta de Freguesia da Estrela e líder da concelhia de Lisboa do PSD, e Carlos Eduardo Reis, antigo dirigente da JSD, foram mencionados como dois dos responsáveis pelo alegado esquema, numa reportagem da CNN de Maio do ano passado.

Inês Drummond tem assumido a liderança da vereação socialista no actual mandato (2021-2025), depois de eleita pela coligação Mais Lisboa (PS-Livre) nas eleições autárquicas de Setembro de 2021. Posição em que se tem destacado pela acutilância das suas intervenções críticas em relação à gestão autárquica de Carlos Moedas. São frequentes as acusações de incompetência e de desonestidade ao presidente da edilidade, tanto nas reuniões de vereação como nas suas contas nas redes sociais.

No mandato anterior, a partir de Fevereiro de 2020, Drummond foi assessora de Fernando Medina na presidência do município da capital, função que passou a desempenhar após abandonar o cargo de presidente da Junta de Freguesia de Benfica, que ocupava desde 2009.

Foi então substituída pelo seu número dois, Ricardo Marques, que passou a acumular com os pelouros do Espaço Público e Património, além dos da Cultura e da Educação que já tinha. Marques viria a ser confirmado como presidente da junta nas autárquicas de 2021.

Na altura da mudança de Benfica para o gabinete de Medina, Inês Drummond disse que passaria a acompanhar com especial atenção as relações da câmara com as juntas de freguesia, fruto da sua experiência de mais de uma década. "É uma saída tranquila e será um novo desafio", afirmou então ao PÚBLICO.

Governo declara "tolerância zero" à discriminação nas forças de segurança e deixa avisos sobre uso das redes sociais

Idálio Revez

As declarações de ódio, discriminação ou xenofobia não serão toleradas nas forças de segurança. "O Governo tem tolerância zero nesse tipo de manifestações", declarou ontem, em Faro, a ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, no final da apresentação do Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças de Segurança. A iniciativa encerra um conjunto de 22 acções de formação levadas a cabo pela Inspecção-Geral da Administração Interna (IGAI) em todas as regiões do país.

O objectivo é prevenir situações de eventuais actos criminosos e de indisciplina levados a cabo por agentes de autoridade no exercício da actividade ou nas redes sociais. "Quando tudo falha, temos de chegar à matéria disciplinar", advertiu a inspectora-geral da IGAI, Anabela Cabral Ferreira.

A ministra considerou "muito interessante" o plano que tem vindo a ser levado a cabo pela IGAI desde 2021, muito embora tenha sido neste último ano que o assunto mereceu especial atenção. Para que o trabalho possa ter efeitos práticos na criação de uma nova cultura das forças policiais, foi deixada a promessa de que o "plano vai continuar" tendo como destinatários, desta vez, os "operacionais de polícia".

Por outro lado, a ministra anunciou que, até ao final do ano, a IGAI irá apresentar um relatório dos casos relacionados com a saúde mental na PSP e GNR. Ao mesmo tempo, revelou que desde há cerca de um mês que os polícias têm direito a uma "via verde" no acesso às urgências hospitalares do Serviço Nacional de Saúde. A situação de prioridade, sublinhou Margarida Blasco, tem a ver com as "situações de stress" em que é exercida a actividade policial, chegando a casos de suicídio e diversos tipos de doenças mentais.

Questionada pelos jornalistas sobre a infiltração da extrema-direita nas forças de segurança, Margarida Blasco respondeu: "Exactamente para se poder trabalhar nestas áreas [discriminação], é necessário conhecê-las e conhecê-las profundamente, e o tipo de trabalho que se faz não é neste momento passível de ser publicitado."

Ministra revelou que até ao final do ano a IGAI irá apresentar um relatório sobre saúde mental na PSP e GNR

Durante a explicação do plano de prevenção, realizada no salão nobre da Câmara de Faro, a inspectora-geral da IGAI, Anabela Cabral Ferreira, deixou um aviso aos polícias: "Não vão para as redes sociais exercer a liberdade de expressão. As redes sociais são a praça pública dos dias de hoje."

A seguir, em declarações à imprensa, foi mais longe: "As redes sociais não são um instrumento que deve ser usado para despejar aquilo que lhes vai na alma. Lamento imenso se existirem nas forças de segurança elementos que são racistas, xenófobos, homofóbicos ou qualquer outra forma de discriminação."

No entender de Anabela Cabral Ferreira – que tem o poder de levantar processos disciplinares aos agentes das forças de segurança –, nas polícias "não há lugar para homens e mulheres que tenham esse tipo de pensamento". Crê que as há? "É evidente que há. Se não houvesse, não se justificaria a existência deste plano", respondeu aos jornalistas. Num universo de mais de 44 mil elementos da PSP e GNR, admitiu que os há. "Sim, há alguns casos e têm de ser tratados ao nível disciplinar", disse.

SÁBADO, 29 DE JUNHO - 10H - PORTO PALÁCIO HOTEL

As conservas adoram espumantes, descubra como numa aula intimista com o chefe Arnaldo Azevedo, Francisco Antunes e Edgardo Pacheco

Experiência única de prova e aprendizagem

DESCONTOS ESPECIAIS PARA ASSINANTES. AULAS DISPONÍVEIS EM **PUBLICO.PT/AULAS/ESCOLA-DO-GOSTO**

COM O APOIO DE:

AIMA promete acabar com pendências até Junho de 2025

Ana Cristina Pereira

Goes Pinheiro diz que foram agendados mais de 100 mil pedidos, após ter sido enviada notificação para liquidar pagamentos

Luís Goes Pinheiro acredita que a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) vai conseguir "resolver as pendências até Junho de 2025". Ouvido ontem na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, o presidente do conselho directivo admitiu haver 410 mil processos pendentes e revelou que já foram pagos mais de 30 milhões de euros em taxas para avançar com os agendamentos.

O presidente da AIMA está convencido de que, na prática, esse número de pendências é inferior. No compasso de espera, há pessoas que optaram por voltar ao país de origem ou por migrar para outro Estado. E pessoas que conseguiram regularizar a sua residência no território nacional de outro modo — através do visto Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do reagrupamento familiar. A audição foi pedida por dois partidos, o Bloco de Esquerda e o Livre. Um fê-lo por causa do pagamento da taxa do atendimento para obtenção de autorização de residência (BE) e o outro por causa do funcionamento e das práticas daquele organismo (Livre).

Luís Goes Pinheiro começou por lembrar que a agência foi criada no dia 29 de Outubro de 2023, absorvendo o Alto Comissariado para as Migrações e parte das funções do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Conta sete meses de vida e uma "herança muito pesada" — um volume de pendências "avassalador" e um parque tecnológico "obsoleto".

Só depois de ter sido questionado por deputados sobre o volume de pendências, detalhou que existem 342 mil no capítulo de "manifestações de interesse e processos administrativos de autorização de residências". E que a essas se somam outros "70 mil processos que estão em tramitação".

Para responder a tal realidade, houve necessidade de tomar uma série de medidas. Essas estão, por exemplo, relacionadas com a modernização do sistema informático, a proximidade territorial, o modelo de agendamento de atendimentos, incluindo a tramitação das manifestações de interesse.

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Luís Goes Pinheiro admite que já foi eliminado "um volume significativo" de pedidos após ter sido emitida a notificação para pagar

> **Claro que faltam mais funcionários. Mesmo os que estão em processo de contratação não serão suficientes para as necessidades**
>
> **Luís Goes Pinheiro**
> Presidente do conselho directivo da AIMA

Para perceber o que está em causa é preciso ter em conta que a AIMA aplica uma taxa de análise do título de residência. Essa taxa, esclareceu Luís Goes Pinheiro, existe há anos. Foi actualizada tendo em conta o valor da inflação. Os estrangeiros provenientes da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa estão sujeitos a uma taxa de 56,88 euros e os outros a uma de 397,90 euros

Mais de 31 milhões

No dia 17 de Janeiro deste ano, para agilizar procedimentos, o Governo de António Costa decidiu alterar o modo como esse pagamento é feito. Antes, a pessoa fazia a manifestação de interesse, o pedido era analisado pelos inspectores e o pagamento era feito no dia agendado para a recolha dos dados biométricos. Agora, as pessoas são notificadas para proceder ao pagamento e só depois o agendamento é feito. Essa alteração começou a ser aplicada em Maio. Nesse mês, a AIMA enviou 223 mil *e-mails* para pedir a liquidação antecipada dos agendamentos para processos de regularização e foram pagos 110 mil.

Esses pagamentos geraram uma receita de 31,35 milhões de euros. No total, 33% dizem respeito a pessoas oriundas da CPLP e 67% de países terceiros. "Já estão agendadas praticamente todas [as pessoas que efectuaram o pagamento]", afirmou, explicando que são perto de 109 mil. Assume-se que quem é notificado para pagar e não o faz é porque perdeu o interesse na autorização de residência a que se candidatou. Luís Goes Pinheiro revelou que já foi eliminado "um volume significativo" de pedidos.

Não tendo sido uma decisão da AIMA fazer aquela alteração, Luís Goes Pinheiro concorda com ela e explicou porquê. Primeiro, porque dispensa o pagamento feito ao balcão, o que permite reduzir o tempo de atendimento. Segundo, porque livra os funcionários de analisar processos de pessoas que perderam o interesse no título de autorização de residência.

Transferir o momento de análise de documentos para depois do pagamento, insistiu o presidente da AIMA, não só permite ter "a certeza de que há uma vontade actual", como cria "maior vinculação entre o agendamento e a pessoa". E isso traz uma expectativa de redução da falta de comparência, que é tal que leva aquele serviço a fazer marcações acima da sua capacidade.

Luís Goes Pinheiro concede que dizer agora quantas pessoas perderam interesse seria especular. E reconhece que, "independentemente de serem 300 mil ou 400 mil", são "número muitíssimos significativos". Vários partidos perguntaram se a agência luta com falta de meios e o responsável admitiu que sim.

Montenegro quer serviços públicos sem marcação

Liliana Borges

O primeiro-ministro anunciou ontem que uma das mudanças a implementar na primeira fase de uma reforma da Administração Pública será garantir atendimento presencial, com e sem marcação prévia, no acesso a serviços públicos. Luís Montenegro afirmou que esta alteração implicará a "obrigatoriedade de haver um atendimento diário, sem marcação, em todos os departamentos do Estado".

O pacote de alterações à Administração Pública — que inclui a há muito adiada mudança do Governo para o edifício da Caixa Geral de Depósitos (CGD) — promete um Estado a funcionar melhor e uma poupança de 23 milhões de euros por ano. Segundo Montenegro, este é "um primeiro passo muito importante para o reforço da eficiência e qualidade dos serviços prestados" e uma forma de "combater a burocracia".

A reforma anunciada por Luís Montenegro permitirá que nas próximas semanas o Governo faça o pedido do 5.º desembolso do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no valor de 2775 milhões de euros.

O Governo pretende avaliar a forma como os serviços públicos irão regressar a um modelo de atendimento presencial sem marcação — que funcionará em paralelo com o atendimento com marcação — através de um reporte a ser feito, periodicamente, pelos serviços públicos. A medida foi explicada pelo ministro da Presidência, Leitão Amaro, que assinalou que muitos idosos não têm capacidade de "esperar meses", nem podem deslocar-se "atrás de uma vaga a quilómetros de distância". A "instrução" é "vinculativa" para os serviços do Estado, que a partir de agora devem garantir que "todos os dias há atendimento espontâneo".

Entre as várias mudanças estudadas pelo executivo está também a redução de 25% dos cargos directivos da Administração Pública (o que se traduzirá numa poupança de 4,1 milhões de euros), através da fusão de vários serviços e secretarias, mas Leitão Amaro quis deixar uma mensagem de tranquilidade, garantindo que não haverá despedimentos. "Há uma poupança de despesa com serviços de segurança, frota, limpeza, electricidade, gás. Mas os funcionários públicos devem estar tranquilos", insistiu. Mais tarde, em declarações à RTP, admitiu que a medida pode levar a que haja uma redução de salários.

Taxa turística entra em vigor no concelho de Loulé depois do Verão

Idálio Revez

Câmara terá uma receita previsível de 3,4 milhões. O valor da taxa, na época alta, é de 2 euros por noite e no Inverno será metade

O município de Loulé aprovou na segunda-feira à noite, em reunião da Assembleia Municipal, a cobrança de uma taxa turística, seguindo o exemplo de outras autarquias, a partir de 1 de Novembro. O valor é de dois euros por dormida na época alta (até ao máximo de cinco noites consecutivas) e de um euro no período que vai de Novembro a Março. Com esta nova taxa, a autarquia prevê arrecadar cerca de 3,4 milhões de euros para investir em infra-estruturas, equipamentos e serviços que valorizem e garantam a sustentabilidade da actividade turística.

O assunto arrastava-se desde há sete anos. A pressão do sector hoteleiro adiou a tomada de decisão. Aliás, o assunto continua ainda pendente na maioria das câmaras da região. Os agentes económicos, nas propostas apresentadas durante a discussão pública do documento, defenderam a criação de um Fundo de Desenvolvimento Turístico, "num modelo de gestão partilhada com os diversos agentes e entidades de relevo no sector do turismo". A sugestão não foi acatada pelos órgãos autárquicos, mas foi aceite que os hoteleiros terão direito a uma comissão de 2,5% da receita cobrada aos clientes pelos custos dos serviços prestados.

VIRGILIO RODRIGUES

Vilamoura é um dos destinos turísticos do concelho de Loulé

Ficam isentos do pagamento de Taxa Municipal Turística (TMT) os menores de 16 anos e os hóspedes que adoeçam durante a estada e que necessitem de cuidados médicos.

A Comunidade Intermunicipal do Algarve – Amal debateu, ainda em 2012, o assunto da cobrança da TMT, procurando encontrar consenso sobre o valor a cobrar e a sua aplicação nos 16 municípios da região. Não houve entendimento e o assunto ficou ao critério de cada autarquia. Albufeira, Portimão e Lagoa foram os últimos a decidir cobrar a taxa turística, juntando-se a Vila Real de Santo António, Faro e Olhão. A taxa é justificada como forma de compensar os efeitos do "aumento da pressão [turística] sobre equipamentos e infra-estruturas públicas". Nalguns concelhos, os turistas triplicam o número dos residentes.

A Câmara de Loulé, na proposta aprovada por maioria na Assembleia Municipal, considera que o crescente aumento de turistas "acarretou custos acrescidos" ao município. Em causa não está apenas a sobrecarga nas infra-estruturas associadas aos serviços urbanos, como o saneamento, a limpeza ou a manutenção dos espaços verdes, mas, também, na oferta artística e cultural.

A Região de Turismo do Algarve propôs, mas foi recusado, que 10% da receita ficasse afecta à promoção e divulgação de grandes eventos internacionais.

Dos sete parceiros, que se manifestaram sobre a proposta da câmara, a Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) deixou um alerta para a necessidade de haver mais controlo nas reservas efectuadas de forma digital. Os hoteleiros defenderam a necessidade da celebração de "acordos com as plataformas turísticas, para que estas se comprometam a fazer a cobrança e a entrega da taxa turística devida pelas estadias nos estabelecimentos de alojamento local".

Oferta na Linha de Cascais só volta ao normal no final do ano

Carlos Cipriano

Foi em 19 de Março que um incêndio na subestação (equipamento eléctrico de alta potência que fornece energia à catenária) do Cais do Sodré levou à interrupção do serviço na Linha de Cascais, que depois seria retomado, mas com fortes limitações, fazendo com que, três meses depois, a oferta se mantenha 30% abaixo do normal.

Antes daquele incidente circulavam nos dias úteis 204 comboios na Linha de Cascais, dos quais 66 curtos (só entre Cais do Sodré e Oeiras, nos dois sentidos) e 65 rápidos entre Oeiras e Cascais (também nos dois sentidos). Desde Março a oferta foi reduzida a 143 comboios por dia, todos a parar em todas as estações.

As consequências estão à vista para quem diariamente utiliza a linha: comboios apinhados, sobretudo à hora de ponta, situação que tenderá a agravar-se igualmente fora das horas de ponta com o grande afluxo de passageiros para as praias e o aumento de turistas.

A IP não respondeu às perguntas do PÚBLICO sobre esta situação, mas fonte oficial da CP diz: "Temos a indicação de que a IP está a trabalhar numa solução que poderá permitir a reposição do nível de oferta anterior em Setembro de 2024. No entanto, no limite, o serviço será totalmente reposto até Dezembro de 2024".

A mesma fonte acrescenta: "Assim que o serviço estiver totalmente reposto, a CP fará um balanço dos eventuais prejuízos decorrentes desta limitação e nessa altura iremos solicitar as compensações devidas que possam existir".

Por parte da IP, na semana seguinte ao incêndio, a empresa comunicou que "neste momento não é possível fornecer um prazo rigoroso [para a reposição normal do serviço], uma vez que ainda decorre a fase de avaliação detalhada dos danos", pelo que "oportunamente será emitido um plano de acção".

JOSE MARIA FERREIRA

Desde Março que a CP opera com menos 30% dos comboios na linha

Três meses depois, a IP não comunicou nenhum plano nem respondeu às questões do PÚBLICO sobre quais os problemas técnicos, ou outros, que impediram que a situação fosse resolvida até ao momento, nem deu qualquer estimativa para a regularização do serviço ferroviário. Esta ausência de comunicação é, aliás, uma prática reiterada do gestor das infra-estruturas que deixou de anunciar prazos para a conclusão de obras, como acontece na Linha da Beira Alta, fechada em Abril de 2022 por um prazo de nove meses sem que a empresa responda às perguntas do PÚBLICO sobre as razões do atraso e data de reabertura.

O incêndio na subestação foi provocado pelas obras do Metro e afectou a capacidade de fornecer energia eléctrica ao troço inicial da Linha de Cascais. Esta linha tem subestações em Cais do Sodré, Belém, Cruz Quebrada, Paço de Arcos, Carcavelos e São Pedro. Como a primeira está inutilizada, a potência que chega ao troço inicial da linha até Belém não permite que nele circulem mais do que dois comboios ao mesmo tempo e daí a redução da oferta.

Assange não foi totalmente ilibado mas está, finalmente, livre

O australiano, que enfrentava 175 anos de prisão, declarou-se culpado de uma acusação de espionagem

Sofia Lorena

"Julian Assange está livre": foi com estas palavras que a notícia aterrou na rede X (antigo Twitter) da *WikiLeaks*, ao início da madrugada de ontem.

Um momento tão esperado (sabia-se que Joe Biden estava a considerar um pedido australiano para lhe propor um acordo) como inimaginável, 18 anos depois de ter fundado a *WikiLeaks*, 14 depois da divulgação de centenas de milhares de documentos – que o tornaram um herói para muitos e um criminoso que ameaçava a segurança nacional dos Estados Unidos para outros tantos –, 12 anos depois ter obtido asilo na Embaixada do Equador em Londres (inicialmente para evitar ser extraditado para a Suécia, onde era suspeito de crimes sexuais, e de onde temia ser extraditado para os EUA), e cinco depois de ser detido na capital britânica.

Da prisão de alta segurança de Belmarsh, no Sudeste de Londres, o programador e co-fundador da *WikiLeaks* seguiu para o Aeroporto de Stansted e dali voou para Banguecoque, com a Austrália como destino final e uma paragem fundamental pelo caminho: a ilha de Saipan, capital das ilhas Marianas do Norte, para se declarar culpado num tribunal distrital norte-americano e ouvir um juiz condená-lo a cinco anos de prisão e considerá-los cumpridos, antes de ficar, oficialmente, em liberdade, numa audiência que estava marcada para as 9h de hoje, dia 26 de Junho, meia-noite em Portugal continental.

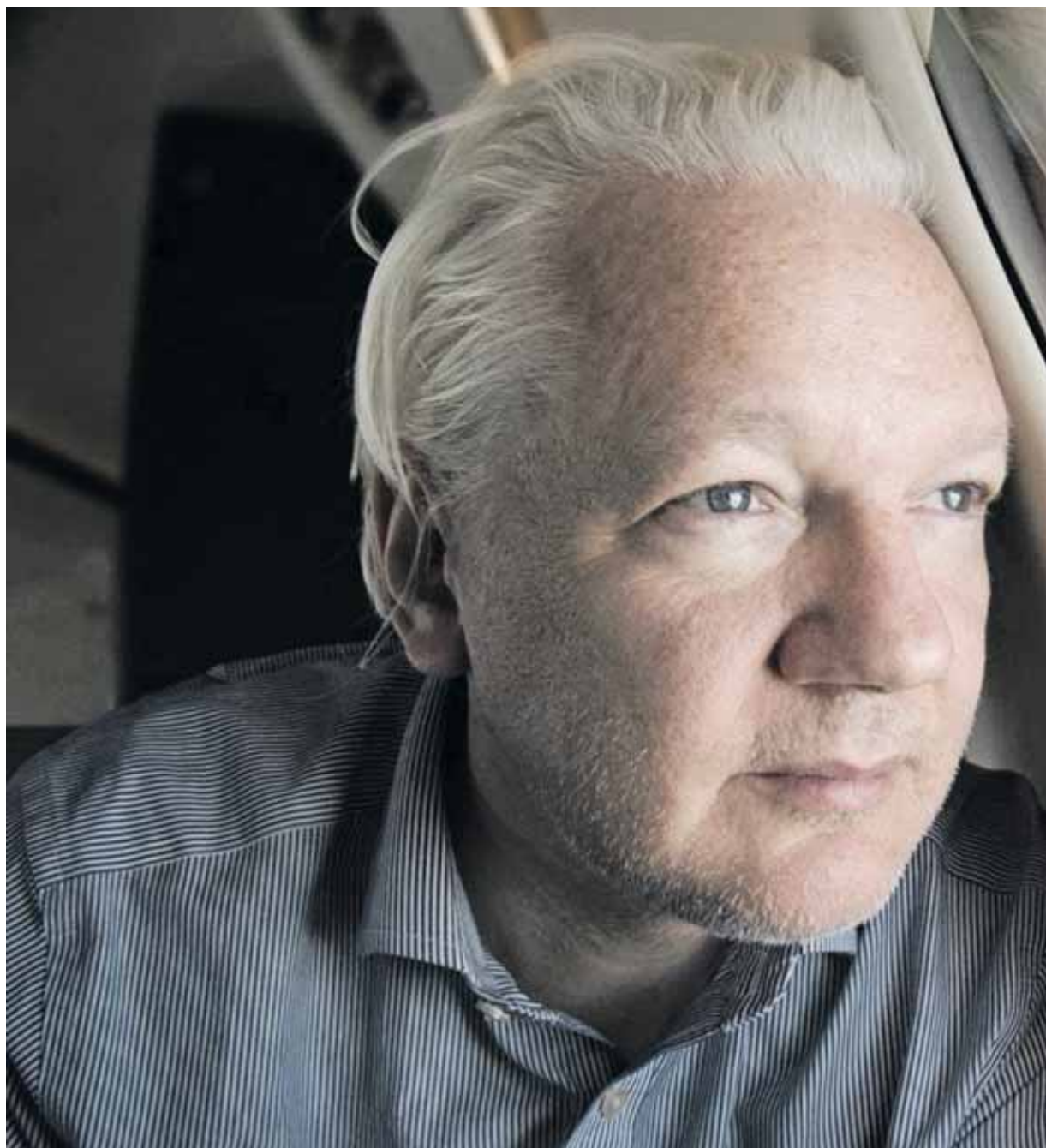
As primeiras imagens de um Assange a caminho da liberdade mostraram-no a assinar os papéis do acordo, ainda na prisão, de barba feita e em mangas de camisa, com 52 anos que exibem o peso do que viveu e o preço que pagou. As marcas do envelhecimento precoce não desapareceram, mas Assange parece mais leve do que aos 47 anos, quando o vimos de barba branca e comprida, a ser arrastado na rua por agentes da polícia britânica, ou quase um fantasma, nas últimas vezes que apareceu em tribunal, atrás de um vidro.

Ao longo da longa viagem, foram-se sucedendo mais fotografias: Assange no telefone com a mulher, que falava com ele a partir de Sydney, na Austrália, a bordo do avião.

Assange, a sua família e todos os que lutaram por ele durante mais de uma década celebram numa explosão de alívio face ao terror maior – a possibilidade de morrer na prisão antes ou depois de ser extraditado para os Estados Unidos e condenado a quase 175 anos de cadeia. Mesmo que o fim tenha chegado sem vitória nem derrota.

Afinal, o australiano que orquestrou uma das maiores fugas de documentos da história, expondo telegramas diplomáticos e provas de possíveis crimes de guerra cometido por militares norte-americanos no Iraque e no Afeganistão, não foi absolvido nem os EUA desistiram de o processar.

"O facto de haver uma confissão de culpa, ao abrigo da Lei da Espionagem, em relação à obtenção e divulgação de informações de Defesa Nacional é obviamente uma preocupação muito séria para os jornalistas e para os jornalistas de segurança nacional em geral", admitiu à agência Reuters Stella Assange, que sempre descreveu o marido como um "prisioneiro político" e um "jornalista". O passo seguinte, explicou, é tentar obter um perdão da Presidência dos EUA.

Quando os juízes britânicos lhe concederam uma última oportunidade para recorrer da extradição, Simon Crowther, consultor jurídico na Amnistia Internacional, escreveu que, ao tentar prendê-lo, os EUA estavam "a enviar um aviso inequívoco aos directores de jornais e jornalistas de todo o mundo de que também eles podem ser visados e que não é seguro receberem e publicarem material confidencial – mesmo que isso seja do interesse público". A perseguição contra o director da *WikiLeaks*, defendeu, "põe em risco a liberdade dos *media* em todo o mundo".

CIRO FUSCO/EPA

Uma vitória?

Os procuradores norte-americanos argumentaram sempre que Assange não era um jornalista, mas um activista e um pirata informático, pelo que acusá-lo ao abrigo da Lei de Espionagem de 1917 não punha em causa a liberdade de imprensa. "Mas os defensores da imprensa e das liberdades civis consideraram irrelevante a definição de Assange. O que ele foi acusado de fazer, 'obter e divulgar informação confidencial', é o que os jornalistas de segurança nacional fazem para ganhar a vida", resumiu Julian Borger, editor de Política Internacional do jornal *The Guardian*, a partir de Washington, numa análise intitulada *Julian Assange pode estar a caminho da liberdade, mas não se trata de uma vitória clara para a liberdade de imprensa*.

O fundador da plataforma que tinha por objectivo encurtar o tempo entre uma fuga de dados e a cobertura dessas informações pelos jornalistas foi a primeira pessoa responsável pela divulgação de documentos oficiais acusada por violar a Lei da Espionagem, que servira, até então, para acusar responsáveis pela obtenção ilegal de documentos – como a ex-soldado Chelsea Manning, que desviou perto de 750 mil documentos publicados depois pela *WikiLeaks*, e está livre desde 2017, depois de cumprir sete anos de prisão.

Assange, escreveu no *The Washington Post* o chefe da delegação do diário em Londres, William Booth, "pode estar prestes a ganhar, embora também tenha perdido": "A

WIKILEAKS VIA X VIA REUTERS

A libertação de Assange foi celebrada na cidade italiana de Nápoles

Assange vai reunir-se com a mulher e com dois filhos que nunca abraçou em liberdade

Estava detido numa prisão de alta segurança nos arredores de Londres há cinco anos

sua história de pirataria informática e fugas de informação, fuga e prisão, teatro no tribunal e agora, possivelmente, a sua libertação iminente é inspiradora, arrepiante e deprimente – dependendo da forma como se vê Assange". E é uma história que termina sem ter, verdadeiramente, chegado ao fim. Como nota Booth, "o caso levantou, mas nunca respondeu definitivamente, questões vitais sobre o que significa ser jornalista, editor e informador".

Mas, para a Federação Internacional de Jornalistas, esta libertação "é uma vitória significativa para a liberdade dos *media*", para "o direito de informar e ser informado" e para "os jornalistas em todo o mundo". O "arquivamento de 17 das 18 acusações evita a criminalização das práticas jornalísticas normais que passam por encorajar as fontes a partilhar confidencialmente provas de irregularidades e criminalidade", sustenta a organização.

"Hoje o mundo é um pouco melhor e menos injusto. Julian Assange está livre depois de 1901 dias na prisão. A sua libertação e o seu regresso a casa, ainda que tardio, representam uma vitória da democracia e da luta pela liberdade de imprensa", reagiu o Presidente brasileiro, Lula da Silva.

"Uma grande surpresa"

Nas várias declarações que foi fazendo durante o dia, Stella Assange sublinhou que o estado de saúde do marido é uma prioridade. Já em 2019, sete meses depois de ter sido retirado da Embaixada do Equador e encarcerado, 60 médicos escreveram uma carta a expressar "sérias preocupações com a saúde física e mental" do australiano. "Se o diagnóstico urgente e o tratamento não acontecerem, receamos realmente, de acordo com os dados disponíveis, que possa morrer na prisão", avisaram.

Para além de um advogado da *WikiLeaks* e de um representante do Governo australiano – cujos esforços junto da Casa Branca foram fundamentais para este desfecho –, Assange saiu de Londres acompanhado por um médico.

"É difícil acreditar que Julian está na prisão há tanto tempo. A situação normalizou-se. Estou grata às pessoas que tornaram isto possível, mas também estou zangada por ter chegado a este ponto", disse Stella à agência de notícias britânica PA Media. "Estou eufórica, mas não consigo acreditar que isto esteja a acontecer até ver o Julian", descreveu, enquanto ia publicando actualizações sobre a viagem na rede X, pedindo aos seguidores para se manterem atentos ao "seu voo para o caso de algo correr mal".

Para Stella, "o clima público mudou e toda a gente compreende que o Julian foi a vítima".

Mas a luta continua – no imediato, isso passa por lançar uma campanha de angariação de fundos, já que Assange tem de pagar os 500 mil dólares do avião (477 mil euros) que fretou, aterrando em Camberra a dever esse dinheiro ao Governo australiano. À sua espera, para além dos pais, estaria Stella, por quem se apaixonou em 2015, já na Embaixada do Equador, e os dois filhos de ambos, Gabriel e Max (Assange tem um terceiro filho, mais velho).

Em Março de 2022, a advogada nascida na África do Sul casava-se, na prisão, com Assange, um homem que descreveu, em entrevista ao PÚBLICO, como "divertido, apaixonado pela informação, e muito bom contador de histórias".

A relação entre Julian e Stella só foi tornada pública em Abril de 2021, já Max tinha um ano e Gabriel quase três. Os dois viajaram para a Austrália com a mãe, assim que a libertação ficou confirmada. Mas os detalhes tinham de permanecer em segredo e Stella não disse aos filhos o motivo da viagem: "Só lhes disse que havia uma grande surpresa."

Tories retiram apoio a candidatos investigados por apostas nas eleições

António Saraiva Lima

Conservadores suspeitos de apostarem na data da votação. Labour também suspende candidato que apostou na sua vitória

O Partido Conservador do Reino Unido retirou ontem o apoio aos dois candidatos a deputados nas eleições legislativas de 4 de Julho suspeitos de terem feito apostas sobre a data da votação poucos dias antes de esta ser convocada pelo primeiro-ministro, Rishi Sunak.

"Na sequência do inquérito interno que está curso, concluímos que já não podemos apoiar Craig Williams ou Laura Saunders como candidatos parlamentares na próxima eleição geral", anunciou um porta-voz do partido *tory*. Citado pela imprensa britânica, o porta-voz acrescentou que a decisão "não compromete a investigação" que a Gambling Commission, entidade reguladora do sector, está a levar a cabo.

Entretanto, o Partido Trabalhista anunciou a suspensão de Kevin Craig, o seu candidato em Central Suffolk e North Ipswich, depois de a Gambling Commission lhe ter comunicado que o político também está a ser investigado.

Segundo a Sky News, Craig terá apostado na sua eleição como deputado por aquele círculo eleitoral.

"Com Keir Starmer como líder, o Partido Trabalhista defende os mais elevados padrões para os nossos candidatos parlamentares, tal como o público exige (...), razão pela qual actuámos imediatamente neste caso", confirmou um porta-voz do Labour. O *Times* informa ainda que o Partido Trabalhista vai devolver as cerca de 100 mil libras que Craig doou ao partido.

De acordo com o *Guardian*, além de retirar o apoio às duas candidaturas, o Partido Conservador não integrará Williams e Saunders no grupo parlamentar *tory*, caso estes sejam eleitos nestas legislativas. O diário diz, no entanto, que não é claro se os dois políticos também vão ser suspensos do partido.

Três dias antes de Sunak ter convocado as eleições para 4 de Julho, Williams terá apostado 100 libras (cerca de 118 euros) na data correcta e ganho 500 libras com a aposta. O agora candidato a deputado no Parlamento pelo círculo eleitoral galês de Montgomeryshire e Glyndwr era assessor do primeiro-ministro e admitiu ter cometido um "erro".

Candidata pelo círculo eleitoral inglês de Bristol North West, funcionária do Partido Conservador desde 2015 e casada com o director de campanha dos *tories*, Tony Lee, que, entretanto, pediu uma licença sem vencimento, Saunders está a ser investigada pela Gambling Commission por motivos semelhantes.

Obrigado por lei a convocar eleições até Janeiro do próximo ano, Sunak deu a entender em várias ocasiões ao longo dos últimos meses que estava a preparar-se para ir a votos depois do Verão. Quando os números da inflação melhoraram no final do mês de Maio, o primeiro-ministro *tory* surpreendeu os *media*, a opinião pública e o próprio Partido Conservador ao anunciar eleições para daí a seis semanas.

A utilização de informação confidencial para fazer apostas pode constituir um crime nos termos da secção 42 do Gambling Act (2005), que tem uma pena máxima de dois anos de prisão, sendo irrelevante se a pessoa "melhorou as suas hipóteses de ganhar alguma coisa ou se ganhou alguma coisa".

"incrivelmente zangado" com o escândalo das apostas disse estar Rishi Sunak, primeiro-minstro

Além dos dois candidatos a deputados, um agente policial que pertencia à equipa de segurança de Sunak foi detido e suspenso das suas funções por suspeitas de também ter apostado na data das eleições. Outros cinco polícias estão a ser investigados pelo mesmo motivo, relevou ontem a Polícia Metropolitana de Londres.

O escândalo tem causado grandes dissabores a Sunak e ao Partido Conservador e soma-se a uma série de episódios negativos para a campanha e para as perspectivas eleitorais do partido que governa o Reino Unido há quase 15 anos. Segundo a maioria das sondagens, o Partido Trabalhista deverá vencer as legislativas de forma confortável e conquistar a maioria dos deputados.

Em resposta à decisão anunciada pelo Partido Conservador, o deputado trabalhista Jonathan Ashworth disse que o tempo que Rishi Sunak demorou a tomar uma decisão sobre os dois candidatos é um sinal da sua "fraca liderança".

CONVERGIR E ACTUAR PARA MAIS E MELHOR BIODIVERSIDADE

Mesa-redonda (Ricardo Cabral, Rosário Oliveira, Nuno Sequeira e Selma Pena)

Equilíbrio, integração e inovação. Foram palavras-chave da 6º edição da conferência "Gestão da Vegetação e Biodiversidade", promovida pela E-REDES, que decorreu no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa.

Em debate estiveram as melhores práticas, com vista à gestão da vegetação e à preservação da biodiversidade, na perspectiva de contribuir para um maior valor económico, ambiental e social, tornando o território mais resiliente aos incêndios rurais. A E-REDES, o Operador de Redes de Distribuição, é uma das entidades que maior intervenção tem desenvolvido nos diferentes ecossistemas que compõem o território, por via da dimensão da rede eléctrica que chega aos locais mais remotos. Actualmente, gere uma infra-estrutura com 179 mil quilómetros de extensão, com cerca de um terço de rede aérea de alta e média tensão em espaços florestais e agrícolas.

O presidente do Conselho de Administração da E-REDES, José Ferrari Careto, salienta que é fundamental encontrar caminhos para soluções sustentáveis e realça o papel desempenhado pela empresa. "Temos uma rede muito extensa que atravessa o território e que cumpre uma função muito importante no que diz respeito à coesão territorial, levamos electricidade aos espaços mais recônditos do país, através de linhas de baixa, média e alta tensão. Isso é algo de que nos orgulhamos muito e faz parte do nosso propósito enquanto empresa relevante no tecido empresarial português", sublinha.

Ter um território humanizado, em que seja valorizado o papel do pastor, do agricultor e do tutor florestal, em especial no interior de Portugal, é determinante para o futuro. A ideia é defendida pelo Secretário de Estado da Floresta, Rui Miguel Ladeira Pereira, também presente na conferência que se realiza pelo sexto ano consecutivo: "Em primeiro lugar estão as pessoas, a segurança, os desafios e o equilíbrio, nomeadamente das alterações climáticas, mas queremos também gerar riqueza e garantir que temos um país mais resiliente contra os incêndios com qualidade de vida para os cidadãos."

Dos compromissos à acção

Todo o território abrange um conjunto distinto de realidades e a E-REDES procura soluções viáveis, como o estudo desenvolvido pelo ForestWise sobre ocupações compatíveis, para assegurar uma gestão de combustível, onde se garante a remoção de biomassa florestal para reduzir o perigo de incêndio, que seja eficiente para proteger as redes eléctricas, mas também que potencie a revalorização do capital natural nas faixas de forma adaptativa às ameaças climáticas actuais e emergentes.

Um tema central na intervenção de Rosário Oliveira, investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que apresentou o estudo "Biodiversidade 2030. Nova Agenda para a Conservação da Biodiversidade em contexto de alterações climáticas em Portugal".

A professora universitária lembra que "23% do território nacional é protegido", mas o número deveria atingir legalmente os 30% da superfície terrestre e marinha. Uma meta que implica um conjunto de responsabilidades como gerir com eficácia a biodiversidade, com uma estratégia de financiamento adequada, quer para conservar quer para restaurar populações e ecossistemas degradados. Para responder a este desafio é necessário trabalhar com uma lógica de conectividade ecológica.

"É fundamental considerar diversos cenários climáticos, que incluem por exemplo as áreas protegidas, as alterações climáticas e a deslocação das espécies, para que a gestão e orde-

namento do território, bem como o planeamento da conservação da natureza, possam ser realizados com base em contextos evolutivos", de modo a antecipar o futuro. Rosário Oliveira lembra ainda a relevância quanto à intervenção nas denominadas faixas de combustível que devem ser implementadas em harmonia com estas mudanças.
A investigadora defende igualmente que a Estratégia Europeia de Biodiversidade 2030, deve promover a colaboração entre várias instituições e o intercâmbio de conhecimentos, numa perspectiva ampla de co-gestão.

Das "velhinhas" fotografias aéreas às imagens de satélite

Para uma gestão da vegetação e preservação da biodiversidade eficaz é fundamental uma "intervenção diferenciada" potenciada pela tecnologia. Ricardo Cabral, Co-Founder & Managing Partner da Spotlite, dedicada às imagens de satélite, assistidas por algoritmos de Inteligência Artificial, explica que os "dados actualizados com alta frequência permitem mapear as condições no terreno e podem ser transmitidos de forma muito imediata à equipa de operações". Com as imagens de satélite consegue-se identificar de forma específica os habitats críticos e as áreas que é necessário proteger para salvaguardar espécies ameaçadas.
Nuno Sequeira, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), sublinha a importância de verificar as áreas e os momentos de intervenção. "Os conhecimentos e a capacidade de detecção remota, usada há muitos anos com as velhinhas fotografias aéreas até às actuais imagens de satélite de alta resolução, são ferrramentas fundamentais que ajudam à maior eficácia e a poupar os recursos."

Diferentes soluções e perspectiva integrada

As imagens de satélite também ajudam à detecção precoce e identificação dos movimentos dos incêndios, mas o problema é complexo. Em Portugal, uma das principais ameaças ao mundo rural e biodiversidade são os incêndios rurais pela frequência e severidade com que ocorrem. Nuno Sequeira alerta que é importante articular o conhecimento técnico e científico para uma melhor tomada de decisão, tendo por base uma eficaz fiscalização e legislação adequada.
"Vamos ter um regulamento mais flexível e que confere mais flexibilidade às comissões sub-regionais de gestão integrada de fogos rurais, que vão dizer se na sua região e em determinados locais faz sentido a faixa daquela dimensão ou não, se realmente é preciso toda a zona ser tratada e por aí adiante", refere.

Para o responsável "não há uma solução única, não há uma receita para resolver um problema complexo como é o caso dos incêndios rurais em Portugal e em outros países com o mesmo tipo de vegetação".
Selma Pena, Investigadora do Instituto Superior de Agronomia e coordenadora do projecto SCAPEFIRE, propõe como estratégia para minorar os incêndios uma perspectiva "integrada e com diferentes soluções". A especialista defende um território estruturado com usos que sejam mais resilientes aos incêndios para potenciar um mosaico na paisagem capaz de diminuir a progressão do fogo.
"A construção destas visões para o futuro é assente nesta lógica de que é importante identificar estruturas no território e perceber quais são os multiusos compatíveis e potenciar as mais-valias", afirma. Uma ideia que se aplica também às faixas de gestão de combustíveis associadas às redes eléctricas, em que é importante reflectir sobre os melhores usos possíveis e alternativas sustentáveis.

"Convergir e actuar" com modelos de intervenção diferenciados

"Convergir e actuar", é desta forma que a E-REDES pretende que o futuro se construa. No balanço da conferência, João Brito Martins, do Conselho de Administração da E-REDES, sublinha três palavras-chave: equilíbrio, integração e inovação.
"Equilíbrio porquê? Porque temos de encontrar uma solução que permita equilibrar todas as variáveis e garantir qualidade de serviço, com os produtores alinhados para minimizar o impacto na biodiversidade, como sinónimo de bem-estar. Só vamos conseguir este equilíbrio com integração se todos nos juntarmos, como aconteceu aqui hoje e conseguirmos trazer o melhor que a academia tem, o mais recente que temos da investigação, com o melhor da inovação e da tecnologia que temos disponível e tem um potencial enorme".
O tema da biodiversidade é critico na estratégia da E-REDES, prosseguiu João Brito Martins. "Por isso temos um plano de acção que não tem como objectivo apenas mitigar o impacto, mas sobretudo procurar que seja positivo." "E dá um exemplo: o facto de se fazer uma monitorização regular para garantir distâncias seguras entre a vegetação e as linhas, representa um forte contributo para a diminuição dos incêndios florestais."
No final de uma tarde de reflexão e debate, ficou expressa a importância da implementação proactiva de estratégias e modelos de intervenção diferenciados, ao invés de continuar a desperdiçar recursos e contribuir para a perda de biodiversidade, o que se traduz em valor acrescentado, evitando danos e custos significativos nas próximas décadas.

Rosário Oliveira, Investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Ricardo Cabral, Co-Founder & Managing Partner, Spotlite

Nuno Sequeira, Vogal do Conselho Diretivo do ICNF

João Brito Martins, Administrador E-REDES

Mundo

Israel passa a exigir recrutamento militar de judeus ultra-ortodoxos

Carolina Amado

Procuradoria-Geral deu instruções às Forças de Defesa para iniciar recrutamento de 3000 estudantes ultra-ortodoxos

O Supremo Tribunal de Justiça israelita determinou ontem que os judeus ultra-ortodoxos passem a ser recrutados para cumprir serviço militar, numa decisão histórica que aumenta a pressão sobre a coligação governamental de Benjamin Netanyahu.

O debate sobre o serviço militar de ultra-ortodoxos é tão antigo quanto o Estado de Israel. Em 1948, foi o líder sionista David Ben-Gurion, primeiro chefe do Governo israelita, a dispensar do serviço militar os estudantes de escolas religiosas, as *yeshivot*. A excepção chega agora ao fim, com 3000 judeus ultra-ortodoxos (*haredim*) a serem chamados para as Forças de Defesa — pelo menos, é essa a ordem dada pela justiça israelita.

Um painel de nove juízes do Supremo Tribunal foi unânime ao considerar ilegal uma decisão governamental de Junho de 2023, apoiada pelos partidos religiosos, que impedia o início do recrutamento de *haredim* para as Forças Armadas.

A deliberação judicial salienta que o processo de integração deve começar de imediato, uma vez que não existe, hoje, enquadramento legal para manter excluída do serviço militar uma comunidade que representa 13% da população. No total, serão cerca de 63 mil os jovens *haredim* actualmente isentos do serviço militar.

"A não-aplicação da lei sobre serviço militar cria uma grave discriminação entre aqueles que são obrigados a alistar-se" e os que estão isentos, justificou o tribunal. "Hoje, no contexto de uma guerra severa, o fardo da desigualdade é mais pesado que nunca — e exige a promoção de uma solução sustentável para este problema."

Em Israel, o serviço militar é obrigatório para todos os cidadãos (três anos para os homens, dois para as mulheres), à excepção dos *haredim* e dos árabes israelitas. Terminado o período obrigatório, tornam-se reservistas e podem voltar a ser convocados pelas Forças de Defesa (IDF).

Horas depois de anunciada a decisão do tribunal, o gabinete da Procuradoria-Geral israelita deu instruções às IDF para iniciar a 1 de Julho o recrutamento de 3000 estudantes ultra-ortodoxos, a serem integrados até ao final de 2024.

Na mesma deliberação, o Supremo Tribunal também impediu o Governo de continuar a financiar as *yeshivot* ultra-ortodoxas, onde estudam os jovens até agora livres da obrigação militar, alegando a cessação do regime a que esses fundos estavam vinculados.

ABIR SULTAN/EPA

Partidos religiosos opõem-se ao recrutamento de ultra-ortodoxos

Recusa de reservistas

Um total de 42 reservistas israelitas assinaram uma carta na qual se recusam a regressar à frente de combate na Faixa de Gaza, informou ontem o diário israelita *Haaretz*.

O debate sobre o serviço militar de ultra-ortodoxos é tão antigo quanto o Estado de Israel

A recusa é interpretada como uma crítica directa à invasão militar de Rafah, na fronteira com o Egipto, que "não trará de volta com vida os reféns" detidos pelo Hamas, argumentam. "Ou Rafah ou os reféns — e nós escolhemos os reféns", diz a carta, a primeira do género nos últimos oito meses de agressão israelita à Faixa de Gaza.

Segundo os signatários, a ofensiva israelita contra a cidade, iniciada a 6 de Maio, põe em perigo as suas vidas e "as das pessoas inocentes de Rafah", além de comprometer as dos reféns. "Na sequência da decisão de entrar em Rafah em troca de um acordo de reféns, anunciamos que a nossa consciência não nos permite comparecer."

Um dos reservistas, Tal Verdi, comandante de blindados de 28 anos, garantiu ao *Haaretz* que, se fosse chamado, iria combater na fronteira libanesa contra o grupo xiita Hezbollah, aliado do Hamas, mas não para Gaza. Verdi contou como foi chamado a combater em Shifa, bairro na cidade de Gaza, no Norte do enclave palestiniano: "Quatro meses depois, fui chamado a regressar ao mesmo sítio, para ocupar lugares que já tinha conquistado."

Menos de uma semana depois de ser lançada a ofensiva em Rafah, os militares regressaram ao Norte, partindo do princípio de que os islamistas palestinianos se tinham reagrupado onde já tinham sido neutralizados uma vez.

Noutra resposta à necessidade de reforço das Forças de Defesa, que as campanhas militares israelitas em várias frentes têm mantido sob pressão, o Knesset (Parlamento) aprovou ontem um projecto de lei que aumenta a idade de reforma dos reservistas. A proposta, apoiada pelo Ministério da Defesa, prevê a prorrogação por mais alguns meses de uma medida temporária que aumenta a idade de recrutamento dos soldados na reserva de 40 para 41 anos para os soldados e de 45 para 46 anos para os oficiais. **com Lusa**

TPI emite mandados de captura para Shoigu e Guerasimov

O Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu ontem mandados de captura para o ex-ministro russo da Defesa Serguei Shoigu e para o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Valeri Guerasimov, por por alegados crimes cometidos durante a invasão russa da Ucrânia.

Shoigu foi afastado do cargo de ministro da Defesa no mês passado e nomeado secretário do poderoso Conselho de Segurança da Rússia, numa das mudanças mais significativas que o Presidente russo, Vladimir Putin, fez no seu comando militar desde o início da guerra em 2022.

Shoigu e Guerasimov são suspeitos de terem cometido crimes de guerra e crimes contra a humanidade por terem dirigido ataques contra alvos civis na Ucrânia, segundo o tribunal sediado em Haia.

Num comunicado, o TPI sublinhou que os mandados foram emitidos porque os juízes consideraram que havia motivos razoáveis para acreditar que os homens são responsáveis por "ataques com mísseis realizados pelas Forças Armadas russas contra a infra-estrutura eléctrica ucraniana" entre 10 de Outubro de 2022 e pelo menos 9 de Março de 2023.

"Durante esse período, um grande número de ataques contra várias centrais de produção de energia eléctrica e subestações foram realizados pelas Forças Armadas russas em vários locais na Ucrânia", acrescentou o tribunal.

A Rússia, que não é membro do TPI, tem afirmado repetidamente que as infra-estruturas energéticas da Ucrânia são um alvo militar legítimo e nega ter como alvo civis ou infra-estruturas civis.

Os mandados contra Shoigu e Guerasimov elevam para oito o número total de mandados de prisão emitidos contra suspeitos russos de alto nível desde o início da invasão. Entre estes, encontra-se Putin, suspeito de um crime de guerra relacionado com a deportação de crianças ucranianas para a Rússia. O TPI não tem força policial própria e depende dos Estados-membros para efectuar as detenções.

De acordo com os juízes do TPI, existiam motivos razoáveis para acreditar que os ataques visavam sobretudo alvos civis "e, no caso das instalações que poderiam ter sido qualificadas como objectivos militares no momento relevante, os danos e prejuízos incidentais esperados para a população civil teriam sido claramente excessivos em relação à vantagem militar prevista", o que torna os ataques crimes de guerra.

Shoigu ocupa actualmente o cargo de secretário do Conselho de Segurança da Rússia

Kiev aplaudiu imediatamente a decisão do TPI. "Todos os criminosos envolvidos no planeamento e execução destes ataques devem saber que será feita justiça", afirmou o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky. "E esperamos vê-los atrás das grades", acrescentou.

Em Moscovo, o Conselho de Segurança da Rússia afirmou, num comunicado citado pela agência TASS, que os mandados de captura emitidos pelo TPI fazem parte de uma "guerra híbrida" contra a Federação Russa.

PÚBLICO proibido na Rússia

A Rússia vai proibir o acesso por Internet no país a 81 meios de comunicação social europeus, incluindo o PÚBLICO, a RTP Internacional, o *Expresso* e o *Observador*, anunciou ontem o Ministério dos Negócios Estrangeiros russo. A medida visa retaliar contra a decisão da União Europeia de proibir "qualquer actividade de radiodifusão" aos meios de comunicação social russos RIA Novosti, *Izvestia*, *Rossiyskaya Gazeta* e Voice of Europe, que entraram ontem em vigor.

Regras actuais do IRS Jovem complicam acesso pela idade

Cruzamento dos requisitos previstos na lei pode ditar a exclusão de alguns jovens do incentivo fiscal aos primeiros anos de trabalho. Novo modelo em discussão na Assembleia da República facilita adesão

Pedro Crisóstomo

As regras do actual modelo do IRS Jovem podem, pela forma como a lei foi pensada e redigida, colocar problemas de acesso a este incentivo fiscal dirigido aos trabalhadores recém-chegados ao mercado laboral. Haverá jovens que estão a ficar de fora por causa da combinação dos critérios de acesso, mesmo estando na faixa etária a que o benefício fiscal se destina.

Ainda na segunda-feira a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) publicou duas informações vinculativas que o demonstram. Basta demorar um pouco a encontrar trabalho para que o jovem acabe por já não cumprir os requisitos. Ou o simples facto de trabalhar depois da licenciatura e voltar a estudar.

Vejamos que respostas deram as Finanças a dois contribuintes que quiseram saber se preenchiam os critérios para beneficiarem da redução do IRS (uma exclusão de tributação de uma parte do rendimento durante os cinco primeiros anos de actividade profissional).

Numa delas, a situação era a seguinte: uma estudante concluiu a licenciatura em 2021, mas só encontrou trabalho em 2023; no ano em que começou a trabalhar, fez 27 anos e, como o IRS se dirige aos jovens que exerçam a opção pelo IRS Jovem "entre os 18 e os 26 anos", a trabalhadora queria saber se a "idade relevante para usufruir do IRS jovem é determinada no início (1 de Janeiro) ou no final (31 de Dezembro) do ano em que [obteve] rendimentos pela primeira vez".

No documento publicado pela AT não é evidente se a jovem começou a trabalhar ainda com 26 anos ou se assumiu funções já com 27 anos. Em todo o caso, o que conta é a idade na última parte do primeiro ano de trabalho e isso faz toda a diferença para se ficar sujeito a um imposto mais alto ou mais baixo.

A questão da idade e do grau académico aqui envolvidos é relevante, porque o Código do IRS prevê de forma expressa que a idade de acesso vai até aos 26 anos para quem conclui uma licenciatura ou um mestrado, só abrangendo quem tem até 30 anos se uma pessoa tiver obtido o doutoramento (o que aqui não era o caso).

A AT explica que "a data relevante para verificação do pressuposto da idade é 31 de Dezembro do ano da obtenção dos rendimentos" e, por isso, a jovem de 27 anos "não é elegível" para beneficiar da redução do IRS em 2023, uma vez que a isenção parcial do imposto só se aplica se a opção for exercida "até à idade máxima de 26 anos (ou 30 anos no caso de doutoramento)".

Os serviços do fisco explicam que o IRS Jovem até pode ser exercido em anos seguidos ou interpolados e que a idade máxima para usufruir vai até aos 35 anos (limite pensado para cobrir doutorandos que começam a trabalhar aos 30 anos). Mas, aqui, tratando-se de uma trabalhadora que apenas completara a licenciatura e apenas atingiu os 27 anos no primeiro ano de trabalho, fica à margem.

MARIA ABRANCHES

MIGUEL A. LOPES/LUSA

O IRS abrange quem começa a trabalhar entre os 18 e os 26 anos. Novas regras na AR

Trabalhar e voltar a estudar

O segundo caso divulgado pela AT trata-se de uma jovem que completou dois ciclos de estudo (primeiro a licenciatura, depois o mestrado) e, pelo meio, já esteve a trabalhar.

A estudante concluiu a licenciatura em 2022 (ano em que fez 22 anos) e começou a trabalhar em 2023. Quando em Maio deste ano (2024) apresentou a declaração de IRS pela primeira vez para declarar os rendimentos de 2023, aderiu ao IRS Jovem. Mas como sabe que irá concluir o mestrado este ano (com 24 anos), queria saber se, no cenário de não optar pelo IRS Jovem relativamente a 2023, poderia vir a usufruir das regras quando terminar o segundo ciclo de estudos.

A resposta simples é um "sim": as Finanças confirmam que a jovem pode beneficiar do regime "após o ano de conclusão do mestrado que será em 2024". Isto é, no cenário em que não opta pelo IRS Jovem.

Porque há uma má notícia: se optar pelo IRS Jovem relativamente ao primeiro ano da obtenção dos rendimentos após a licenciatura, "não pode posteriormente (com a conclusão do mestrado) usufruir novamente do IRS Jovem", entende a administração tributária.

Qual é a solução proposta pelo fisco à contribuinte? Apresentar uma declaração de substituição para declarar o IRS. "Caso pretenda usufruir do IRS Jovem com a conclusão do mestrado, poderá alterar a declaração modelo 3 de IRS apresentada para o ano de 2023 e retirar a opção pelo regime fiscal do artigo 12.º-B do CIRS que inscreveu no quadro 4 F do anexo A, ao abrigo do artigo 59.º do Código do Procedimento e Processo Tributário."

Mudanças a caminho

As regras do IRS têm sofrido alterações e, no modelo actual, a redução do IRS passa por uma isenção de uma parte dos rendimentos que são tributados. No primeiro ano, todo o rendimento fica isento de IRS (ou seja, o jovem não paga qualquer imposto sobre o rendimento que ganha); no segundo ano, só é tributado sobre 25% (porque 75% fica isento); no terceiro e no quarto ano, apenas paga IRS sobre 50% do rendimento (a outra metade fica isenta); no quinto ano, a tributação só incide sobre 75% do rendimento (já que 25% dos rendimentos ficam isentos). Em cada ano, há um limite para o valor dos rendimentos que podem estar isentos, para evitar que haja isenções sem limite para os contribuintes com salários mais elevados.

O actual Governo de Luís Montenegro quer rever as regras do IRS Jovem para que, em vez de uma parte do rendimento estar isenta, passar a tributar todo o rendimento, mas através de taxas de IRS inferiores às da tabela geral.

O acesso à medida será mais simples do que actualmente, porque não é necessário combinar os critérios da idade com os requisitos específicos da conclusão da licenciatura, do mestrado ou do doutoramento. As taxas do novo IRS Jovem aplicam-se a todos, desde que os trabalhadores tenham até 35 anos (e não sejam considerados dependentes, isto é, os jovens não podem fazer parte do agregado familiar dos pais para efeitos fiscais). Segundo o texto legislativo pensado pelo Governo, continuará a ser necessário que os jovens optem por aderir a este regime quando entregarem a declaração de rendimentos.

O texto que o executivo entregou no Parlamento é uma proposta de lei que, se for aprovada, autoriza o Governo a rever as regras do IRS Jovem, com a tal nova tabela que inclui taxas mais baixas para oito dos nove escalões de IRS (de 4,42% até 15%).

"O ideal é que as pessoas reclamem" contra as plataformas digitais, defende a presidente da Anacom

Ana Brito

Sandra Maximiano diz que é preciso sensibilizar consumidores para as novas regras do regulamento dos serviços digitais

O regulamento europeu dos serviços digitais (RSD), que obriga as grandes plataformas digitais a monitorizar e remover conteúdos problemáticos, como informações falsas, discursos de ódio, conteúdos que preconizam a violência de género ou põem em risco os menores, por exemplo, entrou em vigor em Fevereiro.

Cabe à Anacom, na qualidade de coordenador dos serviços digitais em Portugal, garantir o cumprimento das novas normas e articular a acção de dezenas de entidades com responsabilidades nesta matéria, mas a presidente da entidade reguladora, Sandra Maximiano, frisa que é importante que os cidadãos/consumidores estejam informados do seu próprio papel nestas matérias, incluindo a denúncia de conteúdos ilegais ou desinformação.

Até à data, a Anacom recebeu 12 queixas no âmbito do RSD, um número "relativamente baixo" que a reguladora atribui precisamente ao facto de as pessoas ainda estarem "pouco sensibilizadas" para estas questões. "O ideal é que as pessoas reclamem e que tornem estas plataformas *accountable* [que assumam a responsabilidade], como outras empresas são", afirmou a presidente da Anacom, ontem, num encontro com jornalistas.

Em causa estão grandes empresas internacionais de entretenimento ou comércio electrónico, como Netflix, Instagram, LinkedIn, Facebook, Amazon ou Google, mas também empresas portuguesas, como Portal da Queixa, Worten ou Idealista.

Em Portugal deverão ser "centenas de pequenas e médias empresas", mas a Anacom tenciona fazer em breve um estudo para identificar as empresas portuguesas abrangidas pela aplicação do regulamento e também lançar campanhas de informação sobre estes assuntos.

"Hoje o consumidor está mais protegido", assegura Sandra Maximiano. No passado, se uma pessoa visse removido um conteúdo ou ficasse com a conta bloqueada numa qualquer rede social, poderia não conseguir obter resposta da empresa, ou então receber respostas tipificadas, que acabavam num beco sem saída, exemplificou.

"Hoje, existem entidades que podem avaliar e intervir", mas o primeiro passo deve ser reclamar junto das plataformas, que passaram a estar obrigadas a terem "formas de as pessoas as contactarem e reclamarem e têm de lhes dar resposta". Algumas das queixas que a Anacom já recebeu dizem precisamente "a bloqueios de conta, inexistência de canais de comunicação ou de reporte de reclamações".

Quando a queixa diz respeito a uma plataforma/empresa com sede em Portugal, a tramitação do processo faz-se cá. Se for contra uma empresa com sede no estrangeiro, então a Anacom remete-a para o coordenador do Estado-membro respectivo.

Regulamento dos serviços digitais está em vigor desde Fevereiro. Só 12 queixas foram apresentadas

Informação e manipulação

O director-geral da Anacom, Luís Alexandre Correia, destacou que "a Comissão Europeia está muito empenhada em que existam consequências para as plataformas" se a lei não for cumprida. Ainda recentemente, no caso das eleições europeias, houve um enfoque muito grande no sentido de evitar qualquer tipo de desinformação ou manipulação de conteúdos e a Anacom esteve a trabalhar de perto com a Comissão Nacional de Eleições, exemplificou.

Em Abril, a Comissão Europeia abriu um processo de infracção contra Portugal por ainda não terem sido atribuídas à Anacom as competências necessárias para fazer cumprir o RSD, nomeadamente o regime sancionatório que permita aplicar coimas às empresas infractoras, em função do seu volume de negócios.

A proposta de regime sancionatório, bem como de modelo de financiamento deste ecossistema de supervisão e fiscalização consta de uma proposta de diploma de execução que foi entregue pela Anacom ao Governo e onde o regulador se articulou com dezenas de entidades consideradas relevantes para fazer um trabalho de conformação do quadro jurídico nacional com o RSD (nomeadamente, sinalizar as alterações legislativas necessárias para garantir a compatibilização do direito).

Além da Anacom como entidade coordenadora, o Governo seleccionou como outras entidades competentes para o RSD a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), em matéria de comunicação social e outros conteúdos mediáticos, e a Inspecção-geral das Actividades Culturais (IGAC), em matéria de direitos de autor e dos direitos conexos.

Todo este sistema ao cumprimento do RSD que foi proposto pela Anacom terá agora de passar pelo crivo do Governo e depois seguir o percurso legislativo escolhido pelo executivo, o que não impede a Anacom de estar já a trabalhar no cumprimento do RSD e a tentar "sensibilizar a Comissão Europeia" para o facto de Portugal estar a cumprir a lei, de modo a evitar que o processo de infracção culmine com uma multa, afirmou Sandra Maximiano.

MIGUEL A. LOPES/LUSA

Sandra Maximiano, presidente da Anacom

GONZALO FUENTES/REUTERS

A Microsoft diz que vai tentar encontrar soluções

Comissão Europeia acusa Microsoft de concorrência desleal

Marta Sofia Ribeiro

Ao incluir o Teams no Office 365, a Microsoft deixa os clientes sem opção de escolher outro *software* para o mesmo propósito

A Comissão Europeia acusou ontem a Microsoft de concorrência desleal, ao agregar o Teams às subscrições Office 365 e Microsoft 365 — muito utilizadas por empresas —, que incluem outro tipo de *software* de produtividade, como o Word, Excel e PowerPoint. "Estamos preocupados com o facto de a Microsoft poder estar a dar ao Teams uma vantagem indevida sobre os concorrentes", disse a comissária europeia com a pasta da Concorrência, Margrethe Vestager.

Os reguladores europeus afirmam que, ao agregar o Teams à subscrição de outro *software*, a Microsoft criou uma vantagem de distribuição por não dar aos clientes a possibilidade de optar por outro serviço com o mesmo propósito. "Esta vantagem pode ter sido exacerbada pelas limitações de interoperabilidade entre os rivais do Teams e os *softwares* da Microsoft", lê-se num comunicado da Comissão Europeia. Esta estratégia da Microsoft pode ter impedido aplicações como o Slack ou o Zoom de competir e inovar, dizem.

Bruxelas receia que a Microsoft possa estar a dar ao Teams uma vantagem indevida sobre os concorrentes

Este não é o primeiro anúncio deste género por parte da União Europeia. Ainda nesta segunda-feira, a Apple foi acusada de violar as regras europeias devido às regras da App Store — a multinacional corre o risco de ter de pagar uma multa significativa.

O inquérito à Microsoft foi aberto em Julho de 2023 depois de duas queixas — uma em 2020 por parte da canadiana Slack Technologies e outra, em 2023, por parte da Alfaview, concorrente alemã do Teams. As duas empresas mostravam as mesmas preocupações relativamente à concorrência desleal da Microsoft.

Depois disso, a Microsoft fez algumas mudanças na distribuição do Teams na Europa: passou a haver a opção de deixar de lado o Teams no momento de comprar o Microsoft 365. Mas a Comissão Europeia avalia esta mudança como "insuficiente" e diz que, para a concorrência voltar a ser estabelecida, a Microsoft tem de alterar a sua conduta.

Brad Smith, presidente da Microsoft, afirmou em comunicado que a empresa irá trabalhar "para encontrar soluções que respondam às restantes preocupações da comissão".

Não há ainda data para uma decisão final por parte da Comissão Europeia, mas, a confirmar-se que a Microsoft está a incorrer em práticas de concorrência desleal, pode vir a ter de pagar uma multa correspondente a 10% do volume de negócio da empresa a nível mundial.

Peso da CUF no PIB antes do 25 de Abril era o de quase quatro Autoeuropas

Francisco Alves Rito

Império industrial desenvolvido por Alfredo da Silva valia mais do que os restantes seis grupos nacionais todos juntos

Nas vésperas do 25 de Abril de 1974, o grupo CUF – Companhia União Fabril, que na altura era, de longe, o maior conglomerado económico português, o maior da Península Ibérica e um dos maiores da Europa, representava à volta de 5,5% do produto interno bruto (PIB) e 1,7% do emprego. Um peso incomparável com qualquer outro grupo nacional hoje. Tendo por exemplo a Autoeuropa, um dos maiores grupos industriais e exportadores com sede em Portugal actualmente, que representará 1,5% do PIB (números de 2022), tal significa que, numa leitura simplificada, o império criado por Alfredo da Silva pesava quase quatro vezes mais (3,6 vezes, mais precisamente) no PIB de então.

Os números referidos são uma das conclusões do livro *O Impacto do Grupo CUF na Economia Portuguesa em 1973*, da autoria de Luciano Amaral, professor da Nova School of Business and Economics, que a Fundação Amélia de Mello (criada em 1964 "para dar continuidade e reforçar a obra social do grupo CUF") se prepara para publicar nos próximos dias.

Em 1973, pouco antes de ser nacionalizado, o universo CUF integrava cerca de 200 empresas em áreas tão diversificadas como a indústria química, naval, celulose, banca, seguros, agricultura ou alimentação, com presença num total de 46 actividades económicas.

No ano anterior à revolução, o grupo de Alfredo da Silva "tinha uma dimensão que representava quase tanto quanto os restantes seis daqueles que eram então considerados os sete maiores grupos económicos", destaca Luciano Amaral, em declarações ao PÚBLICO.

Entre as empresas do grupo CUF constavam marcas muito conhecidas dos portugueses, como os estaleiros da Rocha do Conde de Óbidos, a Lisnave e a Setenave, a celulose Celbi, o Banco Totta & Açores, a Companhia de Seguros Império, a Tabaqueira, as tintas Sotinco, os sumos Compal, os óleos Fula e até os supermercados Pão de Açúcar.

Os negócios de Alfredo da Silva estenderam-se também à navegação marítima, onde deteve algumas das maiores companhias, como a Soponata, e esteve na origem da criação do complexo industrial de Sines, e ao turismo, com hotéis no Alvor e na Penina.

Antes e depois da II Guerra

A II Guerra Mundial é tomada, neste livro, como um marco na história da CUF porque, até ao final do conflito, o grupo, que já tinha quase um século de existência, não era nem muito extenso nem diversificado.

A origem reporta a 1865, data da fundação de uma pequena fábrica química de Lisboa, a Companhia Aliança Fabril (CAF) que Alfredo da Silva juntou, em 1898, com outra pequena empresa, a Companhia União Fabril (CUF). Depois desse acto fundador, o grupo foi-se constituindo, através de passos sucessivos de diversificação que passaram por aquisição e fundação de várias empresas, mas, até ao final da II Guerra Mundial, a escala não era ainda a do colosso que viria a ser mais tarde.

O livro mostra que o crescimento surgiu de forma continuada na década de 1950 e que atingiu um ritmo particularmente acentuado a partir de 1960.

O crescimento do grupo neste período acompanhou o forte ritmo de industrialização e a evolução da economia portuguesa. Outros grupos, como Champalimaud ou Espírito Santo, também cresceram bastante, mas nunca chegaram a atingir a mesma dimensão. Neste sentido, o grupo CUF contrariou a típica estrutura empresarial portuguesa, que já nessa altura se caracterizava por uma grande fragmentação e debilidade tecnológica.

Sobre o que seria hoje o universo CUF, se não tivesse sido nacionalizado, o autor responde que a resposta só pode ser especulativa.

"As entidades empresariais sofrem por vezes choques radicais que as destroem de um momento para o outro. Veja-se o que aconteceu ao Grupo Espírito Santo há uma década. Também podem continuar a expandir-se de forma continuada e saudável. Não podemos saber o que aconteceria ao grupo CUF. O que sabemos é que, nas vésperas da nacionalização, o grupo representava uma fatia importante do capital existente em Portugal, tinha métodos industriais e de gestão bastante sofisticados e estava a expandir-se para cada vez mais actividades económicas", diz.

Luciano Amaral admite, no entanto, que, "se tivesse continuado esse percurso, o grupo poderia vir a ser um importante *pivot* do desenvolvimento económico português".

PEDRO CUNHA/ARQUIVO

Em 1973, pouco antes de ser nacionalizado, o universo CUF integrava cerca de 200 empresas

> **Não sabemos o que aconteceria ao grupo CUF e aos restantes grupos portugueses se tivessem sido apenas afectados pela crise internacional**
>
> **Luciano Amaral**
> Autor do livro

O autor recorda, também, que em meados da década de 1970 havia uma crise económica internacional. "Em vários países, grande número de empresas foram nacionalizadas não por causa do efeito de uma revolução com tendências socialistas, como aconteceu em Portugal entre 1974 e 1975, mas por causa das suas dificuldades resultantes da crise internacional. Não sabemos o que aconteceria ao grupo CUF e aos restantes grupos portugueses se tivessem sido apenas afectados pela crise internacional. Também não sabemos se isso não teria levado a um movimento de fusões e aquisições que alteraria a paisagem empresarial portuguesa", refere.

Década de ouro da economia portuguesa

A década de 1960 foi o período de ouro do crescimento económico em Portugal, com números que o país nunca mais conseguiu repetir. Embalada por um crescimento do PIB *per capita* de 4% que vinha da década anterior, nos dez anos posteriores a 1960, a média subiu para os 7% e, entre 1969 e 1973, atingiu uma excepcional aceleração entre 10% e 11% nalguns anos.

"Nunca anteriormente a economia portuguesa havia crescido a taxas tão elevadas durante tanto tempo", sublinha Luciano Amaral. O autor do livro vinca, no entanto, que não foi apenas este factor que motivou o crescimento do grupo CUF. É que se a expansão da CUF "explodiu" a partir de 1960, esse desempenho económico "não foi replicado por todos os outros grupos, apesar de também eles terem crescido".

No prefácio ao livro, Vítor Bento reconhece que, nos últimos 50 anos, a economia e a sociedade "melhoraram consideravelmente", com um PIB que é 2,5 vezes o de 1973, o ensino generalizado, a cobertura do sistema de saúde e o Estado social que permitiram que a pobreza tenha sido "praticamente eliminada".

O economista vê este progresso como "incontornável", dada a integração de Portugal na União Europeia, que funciona como um comboio. Mas o progresso relativo, "a posição em que a nossa carruagem encaixa no comboio", tem sido mais modesto. "Entre aproximações à máquina dianteira, consideráveis até à viragem do século, e afastamentos, desde então, a carruagem em que nos atrelamos ao comboio europeu deverá estar hoje na mesma posição que estava no final da dita 'década longa' de 1960, se não mesmo numa posição mais atrasada. Ao mesmo tempo que, por incapacidade de gerar os recursos de investimento necessários, devemos ao estrangeiro, em termos líquidos, cerca de um ano de rendimento", sintetiza.

Entre as causas do limitado desenvolvimento do país, o economista destaca a estrutura empresarial, demasiado assente em microempresas, que, apesar de captarem 44% do emprego, contribuem apenas com 22% do valor acrescentado bruto (VAB), enquanto as grandes empresas absorvem apenas 22% do emprego (metade das "micro"), mas contribuem com 35% do VAB do sector não-financeiro. Para Vítor Bento, "não admira, pois, que esta estrutura empresarial não deixe descolar a produtividade, fonte da criação da riqueza, e seja uma pesada âncora para os baixos salários".

CLASSIFICADOS

Edif. Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa
pequenosa@publico.pt
Tel. 21 011 10 10/20 Fax 21 011 10 30
De seg a sex das 09H às 19H
Sábado 11H às 17H

EGAS MONIZ – COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR, CRL

Campus Universitário – Quinta da Granja, Monte da Caparica
2829-511 Caparica
Pessoa coletiva com o número único de identificação fiscal e de matrícula 504218611

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do art.º 24.º do Estatutos, convoco a Assembleia Geral de EGAS MONIZ – Cooperativa de Ensino Superior, CRL, para reunir em Sessão Extraordinária, às 21:30 do dia 11 de julho, na respetiva sede, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- **Apreciação, discussão e votação da proposta da Direção para alienação do imóvel da Cooperativa sito na Rua Gama Braga, n.ºs 28 e 30, em Setúbal.**

Nos termos do n.º 1 do art.º 25.º, se à hora marcada não estiver presente mais de metade dos cooperadores com direito a voto, reunirá a Assembleia decorridos trinta minutos, com qualquer número de cooperadores presentes..

Monte de Caparica, 24 de junho de 2024

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Prof. Doutor *José Francisco Fernandes da Cruz Grillo Evangelista*

COMUNICADO

Reabilitação e Reforço de Obras de Arte (A5)

Durante os meses de julho e agosto 2024

A Brisa Concessão Rodoviária (BCR) informa que irá efetuar obras de reabilitação e reforço na obra de arte, Passagem Superior 060, localizada cerca do km 24+430, do Sublanço Alvide-Cascais, da A5 - Autoestrada da Costa do Estoril, pelo que irão existir constrangimentos, por meio de implementação de cortes de via e/ou basculamentos de tráfego.

Os trabalhos ocorrerão durante dois meses.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma autoestrada melhor adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.brisaconcessao.pt.

EGAS MONIZ – COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR, CRL

Campus Universitário – Quinta da Granja, Monte da Caparica
2829-511 Caparica
Pessoa coletiva com o número único de identificação fiscal e de matrícula 504218611

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do art.º 24.º do Estatutos, convoco a Assembleia Geral de EGAS MONIZ – Cooperativa de Ensino Superior, CRL, para reunir em Sessão Ordinária, às 20:30 do dia 11 de julho, na respetiva sede, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- **Apreciação, discussão e votação do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal.**

Nos termos do n.º 1 do art.º 25.º, se à hora marcada não estiver presente mais de metade dos cooperadores com direito a voto, reunirá a Assembleia decorridos trinta minutos, com qualquer número de cooperadores presentes.

Os documentos a apreciar na assembleia-geral estão disponíveis para ser consultados pelos Cooperadores na sede da Cooperativa.

Monte de Caparica, 23 de junho de 2024

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Prof. Doutor *José Francisco Fernandes da Cruz Grillo Evangelista*

beira interior by globalvia

A23 – BENEFICIAÇÃO DE PAVIMENTO

De 01 de julho a 31 de outubro de 2024

Informa-se que irão decorrer trabalhos de beneficiação de pavimento em vários lanços da A23, no período noturno entre as 21h e as 7h. Os locais, assim como os desvios temporários, estarão devidamente sinalizados conforme a legislação vigente.

telefone de emergência – 272 447 677
www.a23beirainterior.pt

Agradecemos a compreensão por eventuais transtornos decorrentes desta obra. Trabalhamos em prol da comodidade e segurança.

DMGT - SAA - SECÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

EDITAL N.º 362/2024

Alteração N.º 10 à Licença da Operação de Loteamento Titulada pelo Alvará de Loteamento N.º 78/2002 – Processo 15/2001/14729/0 – E/12277/2024

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga, no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de 2021/10/18:
Faz saber que, nos termos do art.º 78.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro e por despacho de 2024/03/14, praticado no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2021/10/18, são alteradas as prescrições da licença da operação de loteamento titulada pelo **alvará de loteamento N.º 78/2002**, emitido em nome de Minho Investe – Empreendimentos Imobiliários, Lda., respeitante ao prédio sito no Lugar de Gaião ou Igreja e Bouça, da freguesia de Nogueiró, atualmente integrada na união das freguesias de Nogueiró e Tenões e no Lugar da Bouça de Cima, da freguesia de Lamaçães, atualmente integrada na união das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães, do concelho de Braga, alterações essas que cumprem o PDM e constam do seguinte: para o Loteamento mantém-se a área a lotear. A presente alteração refere-se aos **Lotes 54, 55 e 56** e estabelece o seguinte: para o Lote 54, a cota de implantação passa a ser 253.50; a cota de soleira passa a ser 256.50 e construção de piscina no logradouro posterior do lote com a área de 25,00m²; para o Lote 55, a área de construção destinada a habitação passa a ser de 338,85m² (78,85m² abaixo da cota de soleira e 260,00m² acima da cota de soleira); a área de construção destinada a garagem passa a ser de 51,15m² (abaixo da cota de soleira); o número de pisos passa para 3 (1 piso abaixo da cota de soleira destinado a garagem e habitação e 2 pisos acima da cota de soleira destinados a habitação (1H/G+2H)); a cota de implantação passa a ser 254.37; a cota de soleira passa a ser 257.37 e construção de piscina no logradouro posterior do lote com a área de 25,00m²; para o Lote 56, a cota de implantação passa a ser 255.24; a cota de soleira passa a ser 260.94 e construção de piscina no logradouro posterior do lote com a área de 25,00m², mantendo-se as restantes prescrições do alvará de loteamento em vigor.
Não há lugar à execução de obras de urbanização.
Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no site do Município e publicado num jornal de âmbito nacional.

Braga e Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), 26 de julho de 2024

O VEREADOR, *João Vasconcelos Barros Rodrigues*

DMGT - SAA - SECÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

EDITAL N.º 363/2024

Alteração N.º 2 à Licença Da Operação e Loteamento Titulada pelo Alvará de Loteamento N.º 37/2000 – Processo 15/1997/1414/0 – E/34531/2024

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga, no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de 2021/10/18:
Faz saber que, nos termos do art.º 78.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro e por despacho de 2024/05/16, praticado no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2021/10/18, são alteradas as prescrições da licença da operação de loteamento titulada pelo **alvará de loteamento n.º 37/2000**, emitido em nome de António Feliz Pinto Lopes da Cruz e Vitor Manuel Pinto Lopes da Cruz, Respeitante ao prédio sito no Lugar de Covas, Noval, Noval de Cima ou Garapoa, das freguesias de Celeirós e Aveleda, atualmente integradas na União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, deste concelho, alterações essas que cumprem o PDM e constam do seguinte: para o Loteamento a área total a lotear mantém-se; a área de construção destinada a Armazém/Indústria passa a ser de 3 291,50m² e a área de construção destinada a Armazém/Indústria/Comércio/Serviços/Restauração e Bebidas passa a ser de 292,50m². A presente alteração refere-se ao **Lote C6** e estabelece o seguinte: alteração do uso de Armazém/Indústria para Armazém/Indústria/Comércio/Serviços/Restauração e Bebidas, mantendo-se as restantes prescrições do alvará em vigor.
Não há lugar à execução de obras de urbanização.

Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no site do Município e publicado num jornal de âmbito nacional.

Braga e Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), 26 de JUNHo de 2024

O VEREADOR, *João Vasconcelos Barros Rodrigues*

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA NORTE

Juízo Local Cível de Loures - Juiz 2
Acompanhamento de Maior
6821/24.1T8LRS

ANÚNCIO

Requerente: Ministério Público Comarca de Loures
Requerido: Rúben Davide Talhadas Monteiro
FAZ-SE SABER que foi distribuído neste tribunal, o processo de Acompanhamento de Maior em que é requerido Rúben Davide Talhadas Monteiro, nascido em 1976-11-25, nacional de Portugal, com domicílio: Rua Dom Afonso de Albuquerque, Lote 577, Pontinha, 1675-000 Pontinha, com vista à determinação de medidas adequadas.
N/ Referência: 161407655
Loures, 20-06-2024
(Documento eletrónico elaborado pela Oficial de Justiça Carla Sofia Fonseca M. Silva)
O Juiz de Direito
Dr. Diogo Alves
Público, 26/06/2024

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA NORTE

Juízo Local Cível de Loures - Juiz 1
Acompanhamento de Maior
1630/24.0T8LRS

ANÚNCIO

Requerente: Ministério Público Comarca de Loures
Requerida: Maria Clarisse Antunes Rodrigues
Nos autos de Acompanhamento de Maior, acima identificados, por sentença já transitada em julgado, e em que é beneficiária Requerida: Maria Clarisse Antunes Rodrigues, nascida em 06-12-1932, Endereço: Rua de Moçambique, 3 - R/c Esq.º, 2620-052 Olival Basto, foi decretado o seu acompanhamento, sendo nomeada sua acompanhante Elisabete Antunes Rodrigues dos Santos. Passei o presente e outro de igual teor para serem afixados.
N/ Referência: 161421234
Loures, 21-06-2024
(Documento eletrónico elaborado pela Oficial de Justiça Ana Maria Branco C. Corda)
A Juíza de Direito, *Ana Esteves*
Público, 26/06/2024

alzheimer PORTUGAL

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra
Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org

Autoridade Nacional da Aviação Civil

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 53/2020

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que foi instaurado processo de contraordenação à empresa Nanshan Jet CO., Ltd HQ, com sede em Konggang Road No. 15, Laishan Int´l Airport, Yantai City, Shandong, 264000 - China, por violação do artigo 55.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, isto é, por não entregar atempadamente, no prazo de 30 dias, do valor das taxas de segurança cobradas aos passageiros, constante da seguinte fatura:

Número da Fatura	Data de Envio	Data da Notificação/ Presunção Legal	Data-limite de pagamento	Importância	Data de pagamento	Importância em dívida
2685	07/12/2017	16/01/2018	15/02/2018	55,89€	30,89€ em 16/01/2018 25,00€ em 09/11/2018	0,00

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 9 de maio de 2024, foi condenada em coima no montante de €1.500,00, suspensa por dois anos, e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.
Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58.º n.º 2 e 3 e 88.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, e uma vez que não se torna possível notificar a arguida através de carta registada com aviso de receção, notifica-se a Nanshan Jet CO., Ltd HQ, do seguinte:

a) A referida decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a arguida comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, informa-se que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto da Portela, 4, em Lisboa.

Lisboa, 26 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco dos Santos

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 53/2020

Pedro Pisco dos Santos, Director of the Legal Directorate of ANAC, announces that the misdemeanour proceeding No. 53/2020 was started against Nanshan Jet CO., Ltd HQ, with business address, regarding invoicing matters, at Konggang Road No. 15, Laishan Int´l Airport, Yantai City, Shandong, 264000 - China, once the company did not delivery to ANAC the amount collected to the passengers regarding the security tax specified on the infra mentioned invoice in due time:

Number of the invoice	Sent by e-mail on	Legal Presumption	Payment due by	Amount	Date of payment	Amount in debt
2685	07/12/2017	16/01/2018	15/02/2018	55,89€	30,89€ on 16/01/2018 25,00€ on 09/11/2018	0,00

The defendant was notified of the accusation, under the terms of article 26, no. 1 of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January, and did not present a defense, so, after instruction, at a meeting of the Board of Directors, of May 9, 2024, it was sentenced to a fine in the amount of €1.500.00, suspended for two years, and costs in 2 UC, which corresponds to € 204.00.
Therefore, for the purposes of article 46 of the Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and Law No. 109/2001, of 24 December (RGCO), THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the RGCO.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after a hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, it shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the RGCO.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's Legal Directorate, located at Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, Lisboa.

Lisbon, 26th june 2024

The Legal Diretor
Pedro Pisco dos Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 56/2020

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que foi instaurado processo de contraordenação à empresa Maleth-Aero AOC Limited, com sede Area 3, Security Gate 1, Malta International Airport, Luqa, LQA32 - Malta, por violação do artigo 55.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, isto é, por não entregar atempadamente, no prazo de 30 dias, do valor das taxas de segurança cobradas aos passageiros, constante da seguinte fatura:

Número da Fatura	Data de Envio	Data da Notificação/ Presunção Legal	Data-limite de pagamento	Importância	Data de pagamento	Importância em dívida
1419	09/07/2018	09/07/2018	08/08/2018	241.48€	14/08/2018	0,00

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 9 de maio de 2024, foi condenada em coima no montante de €1.500,00, suspensa por dois anos, e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.
Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58.º n.º 2 e 3 e 88.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, e uma vez que não se torna possível notificar a arguida através de carta registada com aviso de receção, notifica-se a Maleth-Aero AOC Limited, do seguinte:

a) A referida decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59.º e 95.º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a arguida comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88.º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, informa-se que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto da Portela, 4, em Lisboa.

Lisboa, 26 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco dos Santos

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 56/2020

Pedro Pisco dos Santos, Director of the Legal Directorate of ANAC, announces that the misdemeanour proceeding No. 56/2020 was started against Maleth-Aero AOC Limited, with business address, regarding invoicing matters, at Area 3, Security Gate 1, Malta International Airport, Luqa, LQA32 - Malta, once the company did not delivery to ANAC the amount collected to the passengers regarding the security tax specified on the infra mentioned invoice in due time:

Number of the invoice	Sent by e-mail on	Legal Presumption	Payment due by	Amount	Date of payment	Amount in debt
1419	09/07/2018	09/07/2018	08/08/2018	241.48€	14/08/2018	0,00

The defendant was notified of the accusation, under the terms of article 26, no. 1 of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January, and did not present a defense, so, after instruction, at a meeting of the Board of Directors, of May 9, 2024, it was sentenced to a fine in the amount of €1.500.00, suspended for two years, and costs in 2 UC, which corresponds to € 204.00.
Therefore, for the purposes of article 46 of the Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and Law No. 109/2001, of 24 December (RGCO), THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the RGCO.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after a hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, it shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the RGCO.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's Legal Directorate, located at Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, Lisboa.

Lisbon, 26th june 2024

The Legal Diretor
Pedro Pisco dos Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 65/2020

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que foi instaurado processo de contraordenação à empresa RKK Management, com sede em C/O Jeppesen Dataplan, 225 West Santa Clara Street, Suite 1600, San José, CA 95113 – United States, por violação do artigo 55.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, isto é, por não entregar atempadamente, no prazo de 30 dias, do valor das taxas de segurança cobradas aos passageiros, constante da seguinte fatura:

Número da Fatura	Data de Envio	Data da Notificação/ Presunção Legal	Data-limite de pagamento	Importância	Data de pagamento	Importância em dívida
1497	09/07/2018	09/07/2018	08/08/2018	37,26€	10/08/2018	0,00

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 9 de maio de 2024, foi condenada em coima no montante de €1.500,00, suspensa por dois anos, e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.
Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58.º n.º 2 e 3 e 88.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, e uma vez que não se torna possível notificar a arguida através de carta registada com aviso de receção, notifica-se a RKK Management, do seguinte:

a) A referida decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59.º e 95.º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a arguida comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88.º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, informa-se que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto da Portela, 4, em Lisboa.

Lisboa, 26 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco dos Santos

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 65/2020

Pedro Pisco dos Santos, Director of the Legal Directorate of ANAC, announces that the misdemeanour proceeding No. 65/2020 was started against RKK Management, with business address, regarding invoicing matters, at C/O Jeppesen Dataplan, 225 West Santa Clara Street, Suite 1600, San José, CA 95113 – United States, once the company did not delivery to ANAC the amount collected to the passengers regarding the security tax specified on the infra mentioned invoice in due time:

Number of the invoice	Sent by e-mail on	Legal Presumption	Payment due by	Amount	Date of payment	Amount in debt
1497	09/07/2018	09/07/2018	08/08/2018	37,26€	10/08/2018	0,00

The defendant was notified of the accusation, under the terms of article 26, no. 1 of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January, and did not present a defense, so, after instruction, at a meeting of the Board of Directors, of May 9, 2024, it was sentenced to a fine in the amount of €1.500.00, suspended for two years, and costs in 2 UC, which corresponds to € 204.00.
Therefore, for the purposes of article 46 of the Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and Law No. 109/2001, of 24 December (RGCO), THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the RGCO.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after a hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, it shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the RGCO.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's Legal Directorate, located at Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, Lisboa.

Lisbon, 26th june 2024

The Legal Diretor
Pedro Pisco dos Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 71/2020

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que foi instaurado processo de contraordenação à empresa Planet Nine Private Air, LLC, com sede em 7415 Hayvenhurst Place, Van Nuys, CA 91406 - USA, por violação do artigo 55.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 2º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, isto é, por não entregar atempadamente, no prazo de 30 dias, do valor das taxas de segurança cobradas aos passageiros, constante da seguinte fatura:

Número da Fatura	Data de Envio	Data da Notificação/ Presunção Legal	Data-limite de pagamento	Importância	Data de pagamento	Importância em dívida
2850	06/12/2018	06/12/2018	05/01/2019	55,89€	07/01/2019	0,00

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 9 de maio de 2024, foi condenada em coima no montante de €1.500,00, suspensa por dois anos, e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.
Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58.º n.º 2 e 3 e 88.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, e uma vez que não se torna possível notificar a arguida através de carta registada com aviso de receção, notifica-se a Planet Nine Private Air, LLC, do seguinte:

a) A referida decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59.º e 95.º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a arguida comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88.º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, informa-se que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto da Portela, 4, em Lisboa.

Lisboa, 26 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco dos Santos

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 71/2020

Pedro Pisco dos Santos, Director of the Legal Directorate of ANAC, announces that the misdemeanour proceeding No. 71/2020 was started against Planet Nine Private Air, LLC, with business address, regarding invoicing matters, at 7415 Hayvenhurst Place, Van Nuys, CA 91406 - USA, once the company did not delivery to ANAC the amount collected to the passengers regarding the security tax specified on the infra mentioned invoice in due time:

Number of the invoice	Sent by e-mail on	Legal Presumption	Payment due by	Amount	Date of payment	Amount in debt
2850	06/12/2018	06/12/2018	05/01/2019	55,89€	07/01/2019	0,00

The defendant was notified of the accusation, under the terms of article 26, no. 1 of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January, and did not present a defense, so, after instruction, at a meeting of the Board of Directors, of May 9, 2024, it was sentenced to a fine in the amount of €1.500.00, suspended for two years, and costs in 2 UC, which corresponds to € 204.00.
Therefore, for the purposes of article 46 of the Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and Law No. 109/2001, of 24 December (RGCO), THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the RGCO.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after a hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, it shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the RGCO.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's Legal Directorate, located at Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, Lisboa.

Lisbon, 26th june 2024

The Legal Diretor
Pedro Pisco dos Santos

José Forjaz, pensar como arquitecto, actuar como cidadão

1936-2024 O arquitecto que participou activamente na construção de Moçambique independente morreu ontem, em Lisboa. Tinha 88 anos. O acervo da sua obra está depositado na Fundação Marques da Silva

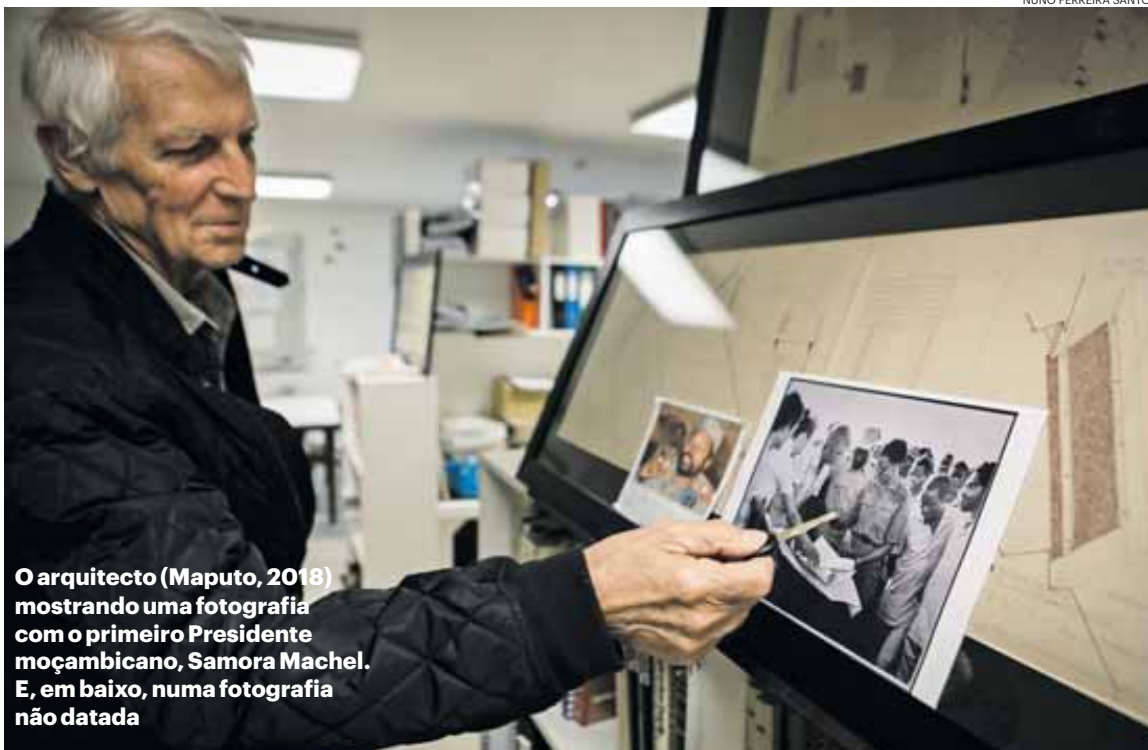
Obituário

Jorge Figueira

José Forjaz, nascido em Coimbra, foi uma das figuras-chave da arquitectura, da política e do ensino em Moçambique, nas décadas finais do período colonial, no surgimento do país independente e até ao nosso tempo. Para a história e para a vida, Forjaz significou uma convergência sem paralelo entre a arquitectura moderna que ajudou a erguer em Moçambique, para onde emigrou em 1952, a intensa actividade política no pós-independência, e a afirmação como arquitecto capaz de cruzar aspectos tradicionais com a sensibilidade moderna, a "sustentabilidade", na prática, antes de ser uma celebridade.

José Forjaz atravessou tudo, viveu tudo, mantendo uma serenidade particular, um humor subtil, uma permanente irritação elegante com as coisas de Portugal, e uma mágoa com o devir de Moçambique. O arquitecto morreu ontem, em Lisboa, e a notícia da sua morte foi confirmada ao PÚBLICO por fonte próxima da família. Tinha 88 anos.

Diplomado em Arquitectura pela Escola de Belas-Artes do Porto, em 1966, foi colega de Álvaro Siza; na então cidade de Lourenço Marques viu crescer, como um furacão, a obra de Pancho Guedes. Em 1968 obteve o diploma de "Master of Science" em Arquitectura pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e nesse mesmo ano abriu escritório próprio em Mbabane, Suazilândia. Após a independência de Moçambique, José Forjaz teve uma intensa actividade política, desde o primeiro governo do país: foi chefe de gabinete de Estudos no Ministério das Obras Públicas; director nacional da Habitação; director do Instituto Nacional de Planeamento Físico; deputado da Assembleia Popular e secretário de Estado para o Planeamento Físico.

É indissociável da sua figura o compromisso com o ensino. Foi fundador, com António Quadros – figura tão essencial quanto esquecida –, da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, onde foi director entre 1990 e 2008. Para Forjaz, para lá da participação política, o ensino de arquitectura e urbanismo era uma via para o melhoramento do país, um caminho por vezes longo e nem sempre com resultados visíveis.

José Forjaz era também um homem do mundo. Foi professor visitante na Universidade da Pensilvânia, na Universidade da Califórnia, na Universidade de Roma "La Sapienza", no Instituto Universitário de Arquitectura de Veneza, na Faculdade de Arquitectura da Cidade do Cabo, na Faculdade de Arquitectura do CEPT de Ahmedabad, na Índia.

Em 2019, o congresso *Colonial and Post-Colonial Landscapes*, na Fundação Calouste Gulbenkian, fez-lhe uma homenagem. Nesta, o seu amigo, colaborador e colega Luís Lage expressou a sua gratidão, alinhando decisivamente as suas múltiplas qualidades, "de mentor principal da Faculdade de Arquitectura; de pedagogo e dirigente de uma escola nova, sem nenhuma preexistência colonial local que servisse de referência; de activador de dinâmicas de produção de conhecimento nacionalmente ancorado e internacionalmente referido; de profissional com uma obra de significado nacional e internacional, que nos orgulha como moçambicanos; de cidadão actuante, sincero e aberto".

Luís Lage deixou então bem vincada a participação de Forjaz no desenvolvimento do país independente: "Tendo-se assumido, quando foi necessário, não apenas como dirigente, mas também como consultor, técnico, projectista, escritor e divulgador de princípios e atitudes que ele considerava mais correctas, bem como daquilo que considerava serem opções adequadas e boas práticas a adoptar, tanto ao nível teórico e conceptual como ao nível estritamente técnico."

Este belíssimo testemunho captou as diversas facetas de Forjaz, a sua capacidade de pensar como arquitecto e actuar como cidadão, ou vice-versa, profundamente envolvido no desenvolvimento de Moçambique e acreditando, como um idealista pragmático, na arquitectura e no urbanismo como formas de redenção do novo país.

Convidado também nesse colóquio a apresentar José Forjaz, recordei o modo como o conhecemos, no seu magnífico *atelier*, em Maputo, em 2005, à procura de Pancho Guedes. Com alguma impaciência e muita elegância, lá nos apontou os caminhos de Pancho e também da sua obra. Visitámos em conjunto o Condomínio Caracol, onde residia, a Casa Torcato, a Casa Paulino e a Capela Maria Mãe de África, em Maputo. Forjaz era bem o exemplo de uma abordagem que permitia o cruzamento da formação moderna com a história longa da arquitectura, através da porta aberta por Louis Kahn. Falava-nos com entusiasmo – com o maior entusiasmo – de Mimar Sinan, o grande arquitecto otomano, cuja obra tinha acabado de visitar. Em Portugal, o seu amigo e arquitecto de referência era Raúl Hestnes Ferreira, também um discípulo de Kahn. E foi bom presenciar um telefonema de Hestnes, na sua casa de Maputo, ou ouvi-lo num jantar com Siza a falar, não de arquitectura – nunca! –, mas dos antigos funcionários da Escola das Belas-Artes do Porto.

Portugal tratou relativamente bem Forjaz nas últimas décadas, dependendo do ponto de vista: em 2006, foi outorgado membro honorário da Ordem dos Arquitectos; em 2022, o acervo da sua obra foi depositado na Fundação Marques da Silva. É obrigatório ser estudado e divulgado.

Entre António Quadros, Pancho Guedes e José Forjaz está o melhor de Portugal, de Moçambique, como se preferir. Preferimos Moçambique. José Forjaz era um pós-colonial com o sentido do mundo, antes mesmo de a expressão ser cunhada. Nós por cá fomos atrevidamente tentando puxar a conversa que Forjaz não partilhava facilmente, e muito bem.

Com o tempo, Forjaz foi-se abrindo, com a dureza doce que o caracterizava. Mas ficou muito por dizer, muito por pensar. Um homem com muitas contradições, a salvo na sua enorme humanidade. A arquitectura, em qualquer geografia, perdeu um dos seus maiores.

NUNO FERREIRA SANTOS

O arquitecto (Maputo, 2018) mostrando uma fotografia com o primeiro Presidente moçambicano, Samora Machel. E, em baixo, numa fotografia não datada

WIKICOMMONS IMAGES/ MOIRA FORJAZ

DR/CORTESIA AFRO NATION

Nicki Minaj, uma das figuras mais influentes do rap dos últimos anos, estreia-se em Portugal

Afro Nation "continua a crescer", este ano com Nicki Minaj a comandar

Mariana Duarte

A quarta edição do capítulo português do festival de afrobeats (e não só) acontece entre hoje e depois de amanhã

Mais de 40 mil pessoas de 170 países vão marcar presença na quarta edição do capítulo português do Afro Nation, que entre hoje e depois de amanhã volta à Praia da Rocha, em Portimão, com um alinhamento dedicado ao afrobeats e ao amapiano, géneros que têm vindo a dominar cada vez mais a indústria musical a nível global. Nicki Minaj, Asake, Rema, Tyla, J Hus e Fally Ipupa são os cabeças de cartaz.

Criado em 2019 pelos empresários e promotores britânico-nigerianos Obi Asika e Adesegun Adeosun Jnr, o festival, com tentáculos na Europa, em África, nas Caraíbas e nos Estados Unidos, nasceu para interligar a diáspora africana através do legado partilhado da música, que aqui se sintetiza – mas não se uniformiza – no afrobeats, um grande chapéu onde cabe a música popular tradicional e contemporânea da África Ocidental, sem se descurar o hip-hop e o r&b.

O Afro Nation Portugal conta ainda com um palco secundário, Piano People Stage, focado no amapiano – género descendente da música house com carimbo sul-africano, na linhagem do kwaito, que explodiu nos últimos dois anos –, abrindo-se também a porta a outras movimentações da música de dança germinadas em África, do gqom ao afro-house.

"O festival continua a crescer de forma espantosa todos os anos. Foi incrível ver o evento esgotar novamente em 2023, com toda a gente a regressar com mais e mais amigos", diz ao PÚBLICO a organização do Afro Nation (no ano passado, o festival recebeu 40 mil visitantes de 140 países). "O nosso objectivo não é apenas trazer a melhor música contemporânea ao mundo, mas também criar um caldeirão de música e culturas de todo o mundo."

Com quase todos os bilhetes vendidos, a organização prevê "mais um festival esgotado". Neste momento, os passes para os três dias custam entre 349€ e 475€, preços que se traduzem num público esmagadoramente estrangeiro e na presença de poucos portugueses, como o PÚBLICO constatou no ano passado. Há ainda bilhetes diários para o dia de Nicki Minaj, amanhã, a 129€.

E é ela a estrela desta edição. Estreia-se finalmente em Portugal um dos nomes mais importantes do rap da última década, que dinamitou o predomínio masculino do género na esfera do *mainstream*, com uma inteligência selvagem, um *flow* de destreza olímpica que nunca descarrila, rimas e trocadilhos infalíveis e imprevisíveis, e uma postura cheia de safadeza e braveza através da qual afirma o seu lugar enquanto mulher negra com um raio de influência astronómico.

Na Praia da Rocha, a *rapper* nascida em Trindade e Tobago, e radicada nos Estados Unidos, irá provavelmente picar os vários *hits* da sua carreira, passando também pelo mais recente álbum, *Pink Friday 2*. Lançado no final do ano passado, a sequência do seu estrondoso disco de estreia, *Pink Friday* (2010), é um dos seus trabalhos mais desenxabidos. Mas em cima do palco o torpedo Nicki deverá contornar essa falta de inspiração.

No mesmo dia actua J Hus, figura de proa de uma nova geração de *rappers* britânicos. O músico londrino de ascendência gambiana regressou aos discos no ano passado com *Beautiful and Brutal Yard*, que trepou até ao topo das tabelas do Reino Unido. Uma (auto)análise sobre a masculinidade, em particular das *nuances*, dos padrões e das imposições sociais ligadas aos homens negros, através de hip-hop solar e carnal esquentado pelo afrobeats e pelo g-funk com declinação britânica, trazendo para o álbum convidados como Drake, Burna Boy ou Jorja Smith.

> **O nosso objectivo é também criar um caldeirão de música e culturas de todo o mundo**
>
> Organização do Afro Nation

A realeza do afrobeats está representada por dois dos maiores nomes do momento, Asake e Rema. Ambos da Nigéria – o centro nevrálgico e exportador principal do afrobeats, desde há uns anos uma superpotência global no que toca à indústria musical –, Asake e Rema abordam o género através de caminhos que se cruzam, mas com olhares significativamente distintos.

O primeiro, de 29 anos e autor do belíssimo disco *Work of Art* (2023), investe sobretudo numa fusão a quente entre sonoridades tradicionais e contemporâneas de matriz africana, do fújì – música intimamente conectada à cultura yoruba-muçulmana da Nigéria – ou do séga – ligado aos africanos escravizados nas ilhas de Reunião e da Maurícia – ao amapiano. O segundo, de 24 anos, puxa pelo lado romântico do afropop, calibrado pelo dembow e pelo amapiano. *Calm down*, um dos *singles* do seu último álbum, *Rave & Roses*, tornou-se na primeira canção de afrobeats a atingir mais de mil milhões de *streams* nos Estados Unidos.

"Esperamos ver a ascensão meteórica de Asake e de Rema continuar a chegar ao topo da lista de grandes festivais, tal como já vimos acontecer com outros cabeças de cartaz do Afro Nation: Burna Boy, Wizkid e Davido", nota a organização, assumindo como uma das suas "missões" contribuir para que nomes do afrobeats cheguem aos palcos de festivais que não se foquem neste tipo de música, mas que estão ao nível da popularidade destes artistas (Burna Boy estará este ano no Kalorama, em Lisboa). "Além disso, temos [nesta edição] muitos novos talentos a despontar, como Yumbs, Kmat ou Odumodublvck."

Outro dos nomes emergentes é Tyla, cantora e compositora sul-africana de 22 anos que "viralizou" com *Water*, canção que lhe valeu o primeiro Grammy para Melhor *Performance* de Música Africana, atribuído na cerimónia deste ano. Mas Tyla não é artista de um só *hit*, como se pode comprovar no álbum homónimo de estreia, lançado em Março. Um valioso exemplar de pop-r&b lubrificado pelo amapiano da sua terra natal.

No alinhamento desta quarta edição destaca-se ainda o congolês Fally Ipupa, autor de baladas pop tingidas por sonoridades da República Democrática do Congo como o ndombolo e o soukous– uma escolha, aponta a organização, que procura responder à presença em peso de público de países francófonos. Já a lusofonia estará apenas representada por Lisandro Cuxi, cantor e compositor luso-cabo-verdiano, residente em França, que no ano passado teve uma breve aparição no festival, num dueto com a irmã Soraia Ramos.

Uma escola artística improvisada, em que tudo pode acontecer

Gonçalo Frota

Partindo de uma reflexão sobre o papel do ensino, Marco Balesteros e Sara Vaz criaram a Escola Provisória para Nada, em Odemira

FOTOS: CORTESIA ESCOLA PROVISÓRIA PARA NADA

???

Haverá sessões de cinema com o apoio da Cinemateca Portuguesa

Quando primeiro falaram da sua ideia ao criador João Fiadeiro, este gabou-lhes o nome do projecto, acreditando que iria "afastar 90% das pessoas". Restariam apenas aquelas cuja curiosidade não fugiria em pânico com uma escola que se dizia provisória e servir para nada. A Escola Provisória para Nada, pensada e concretizada desde a pandemia pelo *designer* Marco Balesteros e pela bailarina e coreógrafa Sara Vaz, resulta da experiência de ambos enquanto professores e de uma reflexão sobre o papel do ensino.

No caso, assumem, partem de um conceito "completamente contraditório", apostados em juntar pessoas, esbater hierarquias e buscar aprendizagens pouco rígidas, sem estarem subjugadas a qualquer obrigação curricular, sem notas a premiar ou rejeitar o trabalho de cada um/a. A ideia é a de que todos os presentes possam contribuir com aquilo que quiserem e fazer da própria partilha um acto performativo. Se o conceito parecer confuso a quem lê desse lado, não se preocupe. Há quem já lhe tenha chamado "escola da confusão" e os dois criadores gostam da designação.

Tudo começou durante a pandemia. Marco Balesteros e Sara Vaz tinham-se encontrado há alguns anos, começado a colaborar nos projectos um do outro e construído uma vida em comum que os levou a adquirir um monte em Sabóia, na freguesia de Odemira. Foi a partir de lá que, durante os confinamentos, foram cumprindo com as suas normais actividades lectivas; nessa altura, a "vontade de fazer alguma coisa naquele lugar" juntou-se ao facto de se encontrarem "muito isolados, a pôr tudo em causa e a pensar que fazia falta estar com outros de uma maneira diferente". No Verão de 2021, chamaram então uns poucos alunos dos dois, acamparam no terreno e, numa versão "mais familiar e selvagem", durante alguns dias testaram esta escola contrária a quaisquer princípios produtivos ou de capacitação para tarefas concretas.

"Não queríamos estar a olhar para o ensino como um processo para depois, mais tarde, chegar a um lugar qualquer em que se começa a fazer", explica Sara Vaz ao PÚBLICO. Em certa medida, pode dizer-se que a Escola Provisória para Nada resulta também das suas experiências individuais: Sara começou a dar aulas em substituição de um professor de dança que se lesionara e, convencida de que não tinha nada a ensinar, levou para a sala as mesmas questões que trabalha quando se encontra numa residência criativa; Marco fez um mestrado nos Países Baixos em que "não havia necessariamente professores, vivíamos juntos, partilhávamos uma casa, tínhamos a chave da escola, uma antiga rádio dos anos 30, um espaço de uma liberdade imensa e em que recebíamos convidados de várias áreas".

Quando chamaram os seus alunos para a primeira edição, tratava-se, no fundo, de uma primeira experiência de concretização de uma ideia em que vinham pensando e que já tinham também posto em marcha sob a forma de livro. Um livro que era "um exercício de imaginação", composto por conversas com gente que desenvolvesse "uma prática pedagógica, de investigação e artística", como Alexandru Balgiu, Ana Jotta, Cracked Bolos, João Fiadeiro, João dos Santos Martins, Maki Suzuki, Miguel Bonneville, Olga Mesa, Pedro Barateiro, Sara & André e Von Calhau!, entre outros, com quem debatiam a educação artística e as possibilidades daquilo que uma escola podia e devia ser. São conversas em que os intervenientes não estão identificados, sobrando apenas os discursos e as ideias num pensamento colectivo. "Não é uma colecção de testemunhos individuais", diz Balesteros. "É uma miscelânea, em que não se percebe bem onde começa e acaba cada intervenção."

O pensamento artístico aqui faz-se "em bruto" para ser contaminado pelos encontros que ali têm lugar

Uma ausência de fim e de início, um elogio ao inacabado. Essa é também a essência da Escola Provisória para Nada e das apresentações que escolhe, com um interesse maior pela improvisação e por objectos em potência do que por qualquer desenho de espectáculo estabilizado, lapidado, confirmado. Tal como os espaços que ocupam em Sabóia, por recuperar, também o pensamento artístico aqui faz-se "em bruto". Porque quanto menos finalizado, mais disponibilidade há para ser contaminado pelos encontros que ali têm lugar.

The end

Depois da primeira experiência no monte, a Escola Provisória para Nada instalou-se numa casa devoluta, antiga fábrica de moagem em Sabóia, cedida pela Câmara de Odemira. Foi esse o ponto nevrálgico em 2022, quando receberam alguns convidados internacionais (os participantes vinham da Escola Nacional de Belas-Artes de Lyon, trazidos por Balgiu), e aos poucos transbordou para outros armazéns abandonados nas imediações. Em 2023, juntaram ainda um Festival Nada Tudo e começaram a criar um movimento entre Sabóia e Tavira. É nestes dois pontos (mas sobretudo em Sabóia), com um programa flexível – se não mesmo improvisado – que vai decorrer a escola deste ano, entre hoje e 7 de Julho, com participações de João Polido, Clara Amaral, Sílvia das Fadas, Pedro Barateiro, Violet (Rádio Quântica), Tomás da Cunha Ferreira, Chloé Gourvennec, Mila Landreau, Ricardo Martins ou Leonor Arnaut, a que se juntam 11 participantes ("alunos") seleccionados por *open call*. Nos últimos dias, de 4 a 7, haverá ainda sessões de cinema com o apoio da Cinemateca Portuguesa e um programa um pouco mais definido, incluindo concertos e *performances* de alguns dos nomeados acima, dentro de um conceito de festiva(u)l(a) – uma fusão de festival com aula, portanto.

A programação é, na verdade, um vislumbre de estrutura num movimento que tenta recusá-la ao máximo. Mas, como reconhecem, acabaram por "chegar à conclusão de que para criar uma coisa pouco estruturada tem de haver muita estrutura". "É muito taoísta e contraditório", admite Balesteros, mas a contradição é bem-vinda a uma escola que os seus dinamizadores dizem começar de novo a cada ano e nunca saberem bem o que vai acontecer, o que vão dar e receber em troca. "Partimos muito de quem está, daquilo que existe no lugar, das relações que se estabelecem, dos materiais e da natureza em que nos encontramos", acrescentam. De resto, é esperar para ver e deixar que o imprevisto possa acontecer. Esta edição tem por mote *"The End"*, porque é diante do abismo que querem estar.

Meadow, de Paula Rego, vendida por 2,1 milhões

Em 1996, Paula Rego (1935-2022) realizou uma série de pinturas para uma mostra da Galeria Marlborough, em Nova Iorque, que durante décadas representou a artista portuguesa. Uma dessas obras, *Meadow*, foi vendida logo na altura e de novo cinco anos depois, não tendo integrado qualquer exposição posterior. Estava há 22 anos nas mãos de uma colecção privada italiana, pelo que não era das obras mais discutidas e faladas da artista.

Ontem, *Meadow* foi pela primeira vez a leilão na Sotheby's, em Londres. Estava avaliada entre dois e três milhões de libras (à volta de 2,4-3,4 milhões de euros) e especulava-se, como noticiaram jornais como o *The Guardian* ou o *Expresso*, que podia bater o recorde de preço da pintora, sensivelmente 3,5 milhões de euros, estabelecido em Outubro do ano passado com uma obra da série *Avestruzes Bailarinas do filme* Fantasia de *Walt Disney*. Tal não se confirmou: *Meadow* foi vendida por 1,8 milhões de libras, à volta de 2,1 milhões de euros.

A obra de Paula Rego, que tem vindo a ser cada vez mais valorizada, mereceu uma retrospectiva da artista, ainda em vida, na Tate Britain, em 2021. Já este ano, uma exposição no Kunstmuseum Basel dará a mostrar pela primeira vez a obra da artista portuguesa na Suíça. Ambas foram mencionadas durante o leilão, antes de a obra ser descrita como "magnífica", "uma obra-prima" e "uma imagem maravilhosa".

***Meadow*, de 170cm x 149,7cm, representa uma figura feminina baseada em Lila Nunes, assistente da pintora**

Meadow, de 170cm x 149,7cm, representa uma figura feminina baseada em Lila Nunes, a assistente e modelo de Rego, em alturas diferentes, à volta de uma figura masculina sentada de costas e em tronco nu. Era a 24.ª de 55 obras previstas neste leilão da Sotheby's e foi vendida entre um Degas de 200 mil libras (236 mil euros) e um Picasso de 10,7 milhões de libras (12,8 milhões de euros). A peça mais valiosa do leilão foi *Portrait of the Artist as a Young Derelict*, de Jean-Michel Basquiat, de 1982, que chegou às 16 milhões de libras, quase 19 milhões de euros. **PÚBLICO**

Cinema

Contra Todos

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em cinecartaz.publico.pt

Lisboa

Cinema City Alvalade
Av. de Roma, 100. T. 214221030
Onde Está o Pessoa? 19h45; **Dalíland** M12. 14h40, 21h35; **Daaaaaalí!** M12. 13h25; **Ainda Temos o Amanhã** M14. 15h, 21h30; **Um Casal** 16h45; **O Sabor da Vida** M12. 19h; **Manga d'Terra** M14. 19h50; **A Quimera** M12. 21h45; **Comandante** M14. 17h20; **Bolero** M12. 16h40; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 13h15; **Pedágio** M14. 13h20; **Soma das Partes** M12. 15h20, 20h20; **The Bikeriders** M14. 15h15, 17h35, 21h45; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 18h40, 21h45; **Coney Island - As Primeiras Vezes** 13h45, 18h10

Cinema City Campo Pequeno
Centro de Lazer. T. 214221030
Dalíland M12. 13h40, 15h45, 17h45, 21h50; **Profissão: Perigo** M12. 21h20; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 15h50; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 18h50; **Garfield** 13h20, 15h30, 17h40, 19h50 (VP); **Assassino Profissional** M12. 22h; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 15h25, 19h15, 21h35; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 13h40 (VP); **Comandante** M14. 15h20, 19h40; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h35, 15h40, 21h55; **Heróis na Hora** M6. 13h15 (VP); **O Exorcismo** 17h45, 22h; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 19h45; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 13h50, 15h55, 18h10; **The Bikeriders** M14. 15h30, 17h25, 19h40, 21h30; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h20, 17h40, 19h35, 21h50

Cinema Fernando Lopes
Cp. Grande. T. 217515500
Pedágio M14. 19h; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 21h

Cinema Ideal
Rua do Loreto, 15/17. T. 210998295
Manga d'Terra M14. 17h10; **A Quimera** M12. 14h45, 19h, 21h30

Cinemas Nos Alvaláxia
R. Francisco Stromp. T. 16996
Challengers 13h10, 16h05, 19h, 21h55; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 14h, 17h30, 20h40; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** 14h10, 17h20, 20h30; **Garfield** 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Assassino Profissional** 21h10; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Sala Atmos - 13h10, 15h40, 18h20, 21h; **O Teu Rosto Será o Último** 21h50; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h20, 15h20, 17h40, 19h45, 22h; **O Exorcismo** 21h40; **Contra Todos** M14. 13h45, 16h20, 18h55, 21h30; **Soma das Partes** M12. 13h40, 15h20, 17h10, 19h, 21h15; **The Bikeriders** M14. 13h25, 16h10, 18h45, 21h20; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h50, 16h30, 18h50; **Época de Caça** M12. 13h15, 15h30, 18h, 20h50; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 13h50, 15h50, 17h50, 19h50

Cinemas Nos Amoreiras
C.C. Amoreiras. Av. Engº Duarte Pacheco.
Dalíland 21h30; **Uma Vida Singular** M12. 13h30, 16h, 18h30; **Back to Black** M12. 18h50; **Challengers** M12. 21h20; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 19h30; **Garfield: O Filme** M6. 13h30, 16h10, 18h45 (VP); **Assassino Profissional** M12. 13h50, 17h, 20h40; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h15, 15h50, 18h25, 21h; **Bolero** M12. 13h50, 16h30; **Soma das Partes** M12. 13h10, 15h10, 17h10, 19h10, 21h; **Época de Caça** M12. 13h40, 16h10, 21h30

Cinemas Nos Colombo
Edifício Colombo, loja A203. Av. Lusíada.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 20h30, 23h40; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 21h10; **Garfield: O Filme** M6. 13h20, 15h50, 18h30 (VP); **Assassino Profissional** M12. 20h50, 23h30; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 12h50, 15h30, 18h10, 21h, 23h50; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 12h30, 13h40, 15h, 17h40, 20h40, 23h; **O Exorcismo** 13h50, 16h30, 19h, 21h50, 00h25; **Contra Todos** M14. 13h, 15h20, 18h, 21h20, 24h; **The Bikeriders** M14. 13h10, 16h, 18h40, 21h30, 00h10; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h30, 15h40, 16h30, 18h20; **Época de Caça** M12. 12h40, 15h, 17h30; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Imax - 13h40, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20

Cinemas Nos Vasco da Gama
C.C. Vasco da Gama, Parque das Nações.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h40; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 14h, 17h30; **Garfield: O Filme** M6. 13h20, 16h10, 18h50 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Sala Atmos - 13h15, 15h50, 18h30, 21h15; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h30, 16h, 18h25, 20h50; **O Exorcismo** 13h40, 16h20, 19h10, 21h30, 23h50; **Contra Todos** M14. 20h55, 23h40; **The Bikeriders** M14. 13h25, 16h15, 19h, 21h45

Cinemateca Portuguesa
R. Barata Salgueiro, 39. T. 213596200
Os Carrascos Também Morrem 15h30; **Les Cinéphiles: Le Retour de Jean + Eric a Disparu** 19h30; **A Sinfonia dos Bandidos** M12. 21h30

Medeia Nimas
Av. 5 Outubro, 42B. T. 213142223
O Amor Segundo Dalva M14. 17h; **A Infância de Ivan** 19h; **Pai e Filho** M12. 15h; **2046** M12. 12h40; **Mulherzinhas** M12. 21h30; **O Rolo Compressor e o Violino** 19h

Terraços do Carmo
Largo do Carmo. T. 213420626
The Darjeeling Limited M12. 20h

UCI Cinemas - El Corte Inglés
Av. Ant. Aug. Aguiar, 31. T. 213801400
A Sombra de Caravaggio M16. 13h35, 18h55; **Dalíland** M12. 16h50, 19h30; **Pequenas Cartas Malvadas** M12. 13h30, 21h25; **Ainda Temos o Amanhã** M14. 15h55, 18h45; **O Sabor da Vida** M12. 15h40, 21h25; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 15h45, 21h20; **Garfield: O Filme** M6. 14h, 16h20 (VP); **Assassino Profissional** M12. 16h10, 21h55; **A Quimera** M12. 16h30, 19h15; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h50, 16h45, 19h15, 21h45; **Cobweb - A Teia** M14. 13h30, 18h50; **Comandante** M14. 18h40, 21h15; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 14h15, 21h55; **Bolero** M12. 13h45, 16h25, 19h, 21h35; **O Exorcismo** 14h20, 22h; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 13h20, 18h50; **Pedágio** M14. 13h25, 19h; **Contra Todos** M14. 13h55, 16h35, 19h20, 21h50; **Soma das Partes** M12. 14h30, 16h30, 19h25, 21h10; **The Bikeriders** M14. 13h40, 16h15, 19h05, 21h40; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 14h05, 16h40, 19h10, 21h30; **Época de Caça** M12. 16h25, 21h45

Estreias

The Bikeriders
De Jeff Nichols. Com Jodie Comer, Austin Butler, Tom Hardy, Michael Shannon, Mike Faist. EUA. 2023. 116m. Drama. M14.
Com uma acção situada em Chicago (EUA) durante os anos 1960, este drama segue um grupo de motoqueiros chamado Vandals. Durante o período de uma década, o espectador acompanha o percurso de alguns elementos, mostrando como um conjunto de pessoas pacíficas ligadas por um gosto comum, se vai lentamente transformando num gangue.

Onde Está o Pessoa?
De Leonor Areal. POR. 2023. 63m. M12.
A historiadora Leonor Areal pega num pequeno vídeo rodado em 1913 onde várias pessoas saem de um concerto do Teatro República, e propõe ao espectador um jogo em busca de Fernando Pessoa, de quem se julgava não existirem imagens em movimento.

Contra Todos
De Moritz Mohr. Com Bill Skarsgård, Jessica Rothe, Michelle Dockery, Brett Gelman. ALE/EUA/África do Sul. 2023. 111m. Thriller, Acção. M14.
Um adolescente jura vingança quando assiste ao assassinato da família a mando de Hilda Van Der Koy, soberana de uma dinastia de tiranos que subjugam a população com mão de ferro. Surdo e mudo devido ao trauma, naquele dia ele encontrou, dentro da sua cabeça, a voz interior que precisava num jogo de vídeo da sua infância.

Dalíland
De Mary Harron. Com Ben Kingsley, Barbara Sukowa, Ezra Miller, Christopher Briney. EUA/GB/FRA. 2022. 97m. Drama, Biografia. M12.
Em 1973, James Linton trabalhava numa importante galeria de arte nova-iorquina quando lhe foi pedido que se tornasse assistente de Salvador Dalí. Empenhado em agradar ao grande mestre da pintura, James viu-se arrastado para as excentricidades da vida dele e de Gala, a mulher.

O Amor Segundo Dalva
De Emmanuelle Nicot. Com Zelda Samson, Alexis Manenti, Fanta Guirassy, Marie Denarnaud. FRA/BEL. 2022. 83m. Drama. M14.
Apesar dos seus 12 anos, Dalva veste-se, maquilha-se e apresenta-se como se fosse uma mulher. Um dia, a segurança social chega à casa onde vive com o pai e leva-a para um centro de acolhimento. A separação é difícil e a adaptação muito atribulada. Mas será ali que ela vai fazer grandes amigos.

Época de Caça
De Frédéric Forestier, Antonin Fourlon. Com Didier Bourdon, Hakim Jemili. FRA/BEL. 2023. 101m. Comédia. M12.
Simon e Adelaide deixam Paris e mudam-se para a província, onde compram uma grande casa com uma floresta a perder de vista. Tudo lhes parece perfeito até se darem conta que foram parar a um lugar onde vivem pessoas muito afáveis mas com um grande senão: a sua fixação pela caça.

Mamonas Assassinas: O Filme
De Edson Spinello. Com Rhener Freitas, Beto Hinoto, Adriano Tunes, Robson Lima. BRA. 2023. 95m. Drama, Biografia. M12.
O trajecto de Dinho, Sérgio, Samuel, Júlio e Bento, os cinco artistas que criaram os Mamonas Assassinas, um projecto de rock humorístico que se transformou num êxito junto de milhões de jovens durante a década de 1990.

Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer
De Joana de Sousa, Ricardo Branco, André Godinho. POR. 2024. m. Curta. M14.
Numa celebração do orgulho LGBTQIA+, uma sessão de três curtas com a vivência "queer" como pano de fundo.

Soma das Partes
De Edgar Ferreira. POR. 2023. 66m. Documentário. M12.
Encomendado pela Fundação Calouste Gulbenkian, este filme de Edgar Ferreira traça o percurso da Orquestra Gulbenkian desde a sua fundação.

As estrelas

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
O Amor Segundo Dalva	—	★★☆☆☆	★★☆☆☆
The Bikeriders	★★★★☆	★★★☆☆	—
Bolero	★★☆☆☆	—	★☆☆☆☆
Cobweb — A Teia	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Comandante	—	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Dalíland	★★☆☆☆	—	★☆☆☆☆
Entre a Luz e o Nada	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆
O Homem dos Teus Sonhos	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★★☆☆☆
Manga d'Terra	★★★★☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Onde Está o Pessoa?	★★★☆☆	—	★★★☆☆
Pedágio	—	★★☆☆☆	★★☆☆☆
Uma Rapariga Imaterial	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆
Sob Influência	★☆☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆
Soma das Partes	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Amadora

Cinema City Alegro Alfragide
C.C. Alegro Alfragide. T. 214221030
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 15h30, 21h20; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 15h10, 18h10, 21h40; **Garfield: O Filme** M6. 15h30, 17h40, 19h50 (VP), 15h40 (VO); **Assassino Profissional** M12. 18h50; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 15h15, 17h30, 19h15, 21h50; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 15h35, 21h50; **O Exorcismo** 17h45, 19h50, 21h45; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 19h45; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 22h; **Contra Todos** M14. 15h20, 17h30, 19h45, 21h55; **The Bikeriders** M14. 15h20, 17h20, 19h35, 21h30; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 15h15, 17h10, 19h20, 21h35; **Época de Caça** M12. 13h50, 15h50, 17h50, 19h55, 21h55

UCI Cinemas - Ubbo
Estrada Nacional 249/1, Venteira.
IF: Amigos Imaginários M6. 13h25, 16h, 18h35 (VP), 21h10 (VO); **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 18h15, 21h35; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h30, 16h15, 18h50, 21h20; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 14h35, 16h50, 19h05, 21h15; **Heróis na Hora** M6. 13h50, 16h10 (VP); **O Exorcismo** 14h10, 16h25, 18h45, 21h30; **Contra Todos** M14. 14h, 16h35, 19h15, 21h50; **The Bikeriders** M14. 13h40, 16h20, 19h, 21h40

Cascais

Cinemas Nos CascaiShopping
Estrada Nacional nº. 7 - Alcabideche.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h45; **IF: Amigos Imaginários** M6. 13h30, 16h30 (VP); **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 12h20, 15h30; **Garfield: O Filme** M6. 13h20, 15h50, 18h30 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 12h30, 15h, 17h30, 20h; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 14h, 16h, 18h15, 20h20; **O Exorcismo** 19h, 21h20; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 19h15; **Contra Todos** M14. 14h15, 17h, 20h15; **The Bikeriders** M14. 12h40, 15h15, 18h, 20h40; **Época de Caça** M12. 21h; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Sala Imax - 13h45, 16h15, 18h50, 21h30

Guia

Lazer

TEATRO

Popular
LISBOA Teatro Meridional. De 20/6 a 30/6. Quarta a sábado, às 21h; domingo, às 17h. M/14. 12€
Neste "espectáculo-desafio" criado e interpretado por Sara Inês Gigante – que valeu à artista o carimbo de vencedora da sexta edição da Bolsa Amélia Rey Colaço, em 2023 – parte-se da "fricção existente entre a cultura de elite e a cultura de massas" para explorar o conceito de popular e os seus derivados lexicais (popularidade, pop, populismo...).

EXPOSIÇÕES

As Colónias Vão Ser Países (The Colonies Will Be Countries)
LISBOA Galerias Municipais - Pavilhão Branco. De 13/4 a 30/6. Terça a domingo, das 10h às 13h e das 14h às 18h. Grátis
Escultura, som, imagem, cianotipia e instalação fotográfica estão presentes na exposição individual de Délio Jasse. Os trabalhos têm como ponto de partida material de arquivo do período colonial português em Angola, como fotografias, postais, documentos ou carimbos administrativos. Uma reflexão centrada no olhar do observador e na "forma como as imagens não só revelam, como também ocultam o 'real'", explica a folha de sala. A curadoria é de Marta Jecu.

II Bienal de Joalharia Contemporânea de Lisboa
LISBOA Museu do Tesouro Real - Palácio Nacional da Ajuda. De 18/4 a 30/6. Todos os dias, das 10h às 19h. 10€
A segunda edição da bienal tem como título *Madrugada*, reúne centena e meia de artistas de 20 nacionalidades e é inspirada pelo tema *Jóias Políticas. Jóias de Poder*. Leva ao Museu do Tesouro Real as exposições *Jóias para a Democracia* e *Tiaras Contemporâneas*, respectivamente comissariadas por Marta Costa Reis e Catarina Silva e apostadas em mostrar a ligação das jóias com o poder, prestando tributo ainda a mulheres que, dentro e fora de portas, se destacaram na luta pela democracia. Paralelamente, há um programa de visitas guiadas pelas curadoras. Mais informações em www.jewellerybiennial.pt.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

Euromilhões 14 16 37 45 49 5 7

1.º Prémio 213.000.000€
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.473

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

HORIZONTAIS: 1 - António (...), será o próximo presidente do Conselho Europeu. Aparece de repente. **2** - Preguiçosa. Maquinismo para tecer. **3** - Julian (...), chegou a acordo com os EUA e saiu da prisão. Sexta nota musical. **4** - Tântalo (s. q.). Esforçar-se por. **5** - Onerar com dívidas. A ti. **6** - Víscera dupla. Mudou-se para a CGD. **7** - Grande verruma de que se servem os bombeiros, carpinteiros e tanoeiros para abrir furos grandes. Eles. **8** - A unidade. Tontura. Voltou a alertar para falsificações do Ozempic, o medicamento para a diabetes que é usado para emagrecer. **9** - Soltar ais ou lamentos. Indivíduo astucioso. **10** - "Quem maltrata um (...), não é de bom natural". Faixa de rio, navegável e paralela à margem. **11** - Regra. Retorquir.

VERTICAIS: 1 - Prefixo, de origem latina, que exprime a ideia de união, companhia. É o país da UE onde a falta de acesso à habitação mais se agrava. **2** - Vã. Referente à Birmânia. **3** - Forma de governo. Terceiro. **4** - Tosquiar (animais lanígeros). Transmitem. **5** - Pega. Vaticinar. **6** - Espelunca. No francês, é artigo definido e pronome. **7** - Germânio (s. q.). Desaparecem. **8** - Podem consultar urgências disponíveis em mapa interactivo no portal do SNS. Naquele lugar. **9** - Prefixo (repetição). Possuir. Verbal. **10** - Festa solene. Que não tem habitação fixa. **11** - O tesouro público. Trabalhar muito (fig.).

Solução do problema anterior:
HORIZONTAIS: 1 - Empresas. Mi. **2** - Rela. Eu. Rei. **3** - Etapa. SPIN. **4** - Venal. Errou. **5** - Treina. Re. **6** - Noa. AC. **7** - Baterias. **8** - Cima. As. **9** - Ineficaz. PR. **10** - Taludo. Icor. **11** - Aroma. Tarro.
VERTICAIS: 1 - Erevan. Cita. **2** - Mete. Opinar. **3** - Planta. Melo. **4** - Rapar. Bafum. **5** - Aleta. Ida. **6** - Se. Taco. **7** - Ausente. **8** - Pra. Razia. **9** - Rir. Ais. Cr. **10** - Menorca. Por. **11** - II. UE. Surro.

Bridge

João Fanha
bridgepublico@gmail.com

Dador: Norte
Vul: Todos

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♣	passo	1♠
passo	2♠	passo	3♦
passo	4♣[1]	passo	4ST
passo	5♦	passo	6♠
Todos passam			

Leilão: Qualquer forma de Bridge. 1 - "Parceiro, aceito o convite a partida. E, caso as suas intenções sejam outras, aproveito para anunciar desde já o meu primeiro controlo"

Carteio: Saída: K♥. Qual a melhor linha de jogo?

Solução: Um cheleme razoável, mas ainda assim não está resolvido. Uma coisa é certa: por melhor cenário que seja, jamais acabaremos a fazer as 13 vazas, é inevitável perder pelo menos uma vaza a paus. E o nosso plano passa por evitar uma segunda vaza nesse mesmo naipe. Com o Rei de paus em Oeste tudo se torna fácil, o que poderá ser feito se o Rei de paus estiver em Este? Um plano cuidadoso pode fazer aumentar as nossas possibilidades. E esse plano envolve uma eliminação prévia das copas e dos ouros antes de nos dedicarmos aos paus. Vejamos o bom *timing*: Ás de copas e pequeno trunfo de Sul para o 6 do morto, copa cortada com um trunfo alto e mais uma volta de trunfo. Ás de ouros seguido pelo Valete para a Dama e o Rei do morto onde baldamos um pau de Sul. Última copa do morto que cortamos e agora um pau em direcção ao morto. Oeste assiste com um pequeno pau? Jogamos o 8 do morto! Em mão, Este será forçado a jogar outro pau para debaixo de Ás e Dama, ou outro naipe que nos permite cortar de um lado e baldar um pau do outro, desvanecendo-se assim a perdente a paus. Oeste intercala o 9, 10 ou Valete? Prenda com o Ás, regresse a Sul através do naipe de trunfo e jogue novamente paus, desta vez com a intenção de jogar a Dama se Oeste assistir com uma pequena. O Rei aparece em Este e tudo parece perdido, mas alto! O adversário em Este fica a pensar e de repente tudo se torna evidente: ele não tem mais paus para jogar! Corte e balda e o cheleme irá concretizar-se!

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♠
passo	1ST	passo	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠AK8752 ♥K1054 ♦AQ ♣5

Resposta: Um salto para 3C seria forcing a partida, contente-se para já com 2C que pode ir até 17 pontos de honra.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.710 (Fácil)

Solução 12.708

4	5	6	9	8	2	1	3	7
8	9	1	3	7	5	4	2	6
2	7	3	6	4	1	5	8	9
6	4	8	7	2	9	3	5	1
5	2	7	4	1	3	6	9	8
3	1	9	5	6	8	2	7	4
9	6	4	2	5	7	8	1	3
7	8	5	1	3	6	9	4	2
1	3	2	8	9	4	7	6	5

Problema 12.711 (Difícil)

Solução 12.709

8	1	2	7	5	9	3	4	6
6	5	7	4	3	1	2	8	9
4	9	3	8	6	2	7	1	5
3	6	5	9	8	4	1	2	7
1	4	9	5	2	7	8	6	3
7	2	8	3	1	6	5	9	4
2	3	6	1	9	5	4	7	8
5	7	1	6	4	8	9	3	2
9	8	4	2	7	3	6	5	1

CINEMA

Pancadaria Chinesa
Cinemundo, 20h40
O Cinemundo faz uma sessão dupla de Sammo Hung, a estrela de Hong Kong tanto em frente quanto atrás das câmaras que nos anos 1990 foi protagonista, ao lado de Arsenio Hall, da série *Lei Marcial*. O canal passa duas comédias de acção por ele realizadas e com ele como actor, ao lado dos comparsas dos Seven Little Fortunes, os colegas da Escola de Ópera de Pequim Jackie Chan e Yuen Biao. O primeiro desses filmes, *Pancadaria Chinesa* (*Wheels on Meals*, como é conhecido internacionalmente), de 1984, passa-se em Barcelona. É lá que dois primos chineses (Chan e Biao) têm uma carrinha de venda ambulante de comida. Cruzam-se com uma ladra que finge ser prostituta para roubar clientes (Lola Forner) e, com ela, entram numa intriga que envolve uma herança. Hung é um assistente de um detective. A cena da luta final entre Chan e Benny Urquidez foi aclamada e aparece recorrentemente em listas de melhores lutas do cinema. A seguir, às 22h30, pode ver-se *Dragões Para Sempre* (*Dragons Forever*), de 1988, em que Jackie Chan é um advogado contratado para desacreditar uma empresa de pesca que quer processar uma empresa química por poluição. Hung é um vendedor de armas e Biao é um criminoso e inventor.

SÉRIE

Land of Women
Apple TV+, *streaming*
Estreia. Gala (Eva Longoria) é uma *socialite* nova-iorquina que descobre que o marido não conseguiu pagar uma dívida a pessoas muito dúbias. Ele desaparece e a sua família corre perigo, e por isso ela pega na mãe, Julia (Carmen Maura, a veterana actriz espanhola que aparece em vários filmes de Pedro Almodóvar), e na filha adolescente, Kate, e vai viver para a terra de origem da mãe no Norte de Espanha, uma terra de produção de vinho. Uma criação de Ramón Campos, Paula Fernández e Teresa Fernández-Valdés.

MÚSICA

Alfredo Marceneiro — 3 Gerações do Fado
RTP Memória, 19h07
O célebre fadista Alfredo Marceneiro (1891-1982), que nasceu Alfredo Rodrigo Duarte, é o foco deste programa de 1979, realizado por Luís Gaspar com texto de Fernando Peres. Nele, Marceneiro canta e conta histórias, tudo com a ajuda de, como o nome indica, membros da sua família: o filho Alfredo Duarte Júnior e o neto Vítor Duarte, que é o autor deste especial.

Televisão

Os mais vistos da TV

Segunda-feira, 24

	%	Aud.	Share
Euro 2024: Fase Grupos	RTP1	13,7	29,1
Big Brother - Especial	TVI	8,7	17,0
Cacau	TVI	8,6	18,6
A Promessa	SIC	8,2	16,6
Casados A Primeira...	SIC	7,4	19,0

FONTE: CAEM

Canal	%
RTP1	13,9%
RTP2	0,9
SIC	15,1
TVI	15
Cabo	37,1

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.24** Escrava Mãe **15.21** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.06** O Preço Certo **19.59** Telejornal **21.01** Outras Histórias

21.31 Joker

22.34 Cá Por Casa com Herman José - Melhores Momentos

0.07 Noites do Euro

1.02 Anatomia de Grey

1.52 Janela Indiscreta **2.43** S.W.A.T.: Força de Intervenção **3.25** Terra Europa **3.43** Escrava Mãe

RTP2

5.57 A Fé dos Homens **6.32** Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **10.44** Herdeiros de Saramago **11.12** Grandes Livros **12.03** Maryland **12.52** Faça Chuva Faça Sol **13.22** Viva Saúde **14.00** Sociedade Civil **15.03** A Fé dos Homens **15.37** O Mundo nos Açores **16.04** Por Aqui Fora **16.53** Espaço Zig Zag **20.36** Folha de Sala **20.41** A Minha Indonésia **21.30** Jornal 2 **22.01** Hotel à Beira-Mar **22.48** Folha de Sala **22.53** O Grande Engano da Erecção: A História do Stiff Nights **23.58** Sociedade Civil **1.01** Folha de Sala **1.05** E2 - Escola Superior de Comunicação Social

1.27 Porque Não Pediram a Evans?

2.13 Havana de Padura **3.11** Brisa Solar **4.07** Pianomania! - Beatrice Rana **5.35** Alerta Verde **5.54** Folha de Sala

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.15** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.45** Linha Aberta **16.00** Júlia **17.50** Morde & Assopra

18.15 Terra e Paixão

19.05 Casados à Primeira Vista

19.57 Jornal da Noite

21.55 A Promessa

22.40 Senhora do Mar

0.00 Papel Principal - A Vingança

04.0 Casados à Primeira Vista

1.30 Travessia **2.15** Passadeira Vermelha **4.05** Terra Brava

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **13.55** Diário do Euro **14.00** A Sentença **16.15** TVI LIDL Euro Lounge

19.00 Jornal Nacional

19.45 Euro 2024: Geórgia x Portugal

22.00 Cacau

23.15 Big Brother

23.55 Festa É Festa

0.10 Big Brother

0.35 Diário do Euro **1.00** Big Brother **2.15** O Beijo do Escorpião **3.25** Princípio da Incerteza

TVCINE TOP

17.50 Ataque a Paris **19.35** No Rasto do Assassino **21.30** Bandido **23.35** The Forgiven (2020) **1.35** No Verão Passado **3.20** O Desconhecido

STAR MOVIES

18.04 As Armas de Jane **19.39** A cidade Perdida de Z **22.00** McQuade, o Lobo Solitário **23.55** Freddy Contra Jason **1.28** O Bando de Jesse James **3.01** O Gigante do Oeste

HOLLYWOOD

17.45 Semper Fi **19.25** Déjà Vu **21.30** Casa Gucci **0.10** Vingança Forçada **1.50** There Are No Saints **3.30** Scarface - A Força do Poder

AXN

16.08 SWAT: Força de Intervenção **17.44** The Rookie **21.06** Hudson & Rex **22.00** Viola come il mare **23.08** The Good Doctor **0.03** O Fantástico Homem-Aranha 2: O Poder de Electro

STAR CHANNEL

17.09 Investigação Criminal: Los Angeles **18.53** Magnum P.I. **20.36** Hawai Força Especial **22.15** FBI **23.10** Chicago P.D. **0.58** F9: The Fast Saga

DISNEY CHANNEL

16.30 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **17.15** A Maldição de Molly McGee **18.05** Vamos Lá, Hailey! **18.55** Monstros: Ao Trabalho! **19.15** Hamster & Gretel **20.00** Os Green na Cidade Grande

DISCOVERY

16.12 Mestres do Restauro **19.03** Aventura à Flor da Pele: Brasil **21.00** **21.00** Caçadores de Fantasmas **22.51** Mistérios no Museu **0.33** Caçadores de Fantasmas

HISTÓRIA

17.02 Coliseu **20.086** O Inexplicável

ODISSEIA

18.14 Resgate de Animais Bebés **19.07** Caçadores de Lagostas **20.41** Austrália Autêntica Desde o Ar **21.37** Finlândia Desde o Ar **22.31** Ásia Desde o Céu **23.21** Os Pirenéus com Michael Portillo **0.09** Viagens de Comboio Pelas Costas Britânicas

DOCUMENTÁRIOS

O Grande Engano da Erecção: A História do Stiff Nights
RTP2, 22h53
Erb Avore, um vegano siderado pelo mundo dos suplementos naturais, e Kelly Harvey, um mórmon devoto com carreira nesse universo, juntaram-se para vender um suplemento natural contra a disfunção eréctil, uma espécie de Viagra natural. O problema? Não era natural e tinha o mesmo ingrediente activo do próprio Viagra. A FDA, a agência federal americana que regula comida e medicamentos, descobriu e foi atrás deles. Kelly passou três anos na prisão, enquanto Erb Avore desapareceu. A história é contada neste documentário da ITV realizado no ano passado por Will Fisher e Will Francome.

One South: Portrait of a Psych Unit
Max, *streaming*
Estreia. No Hospital Zucker Hillside, em Queens, Nova Iorque, há uma ala psiquiátrica especializada em tratar jovens adultos. Esta minissérie de dois episódios assinada por Lindsey Megrue e Alexandra Shiva olha para o dia-a-dia dos pacientes e da equipa que os recebe e trata.

ENTRETENIMENTO

A Pior Companhia
Netflix, *streaming*
Estreia da segunda temporada. Colegas de casa que se tornaram pesadelos para os outros depois de parecerem, ao início, inofensivos. É disso que é feita esta série documental da Netflix, de histórias de gente que foi completamente aterrorizada por pessoas pouco bem-intencionadas e até malévolas que apareceram nas suas vidas.

DESPORTO

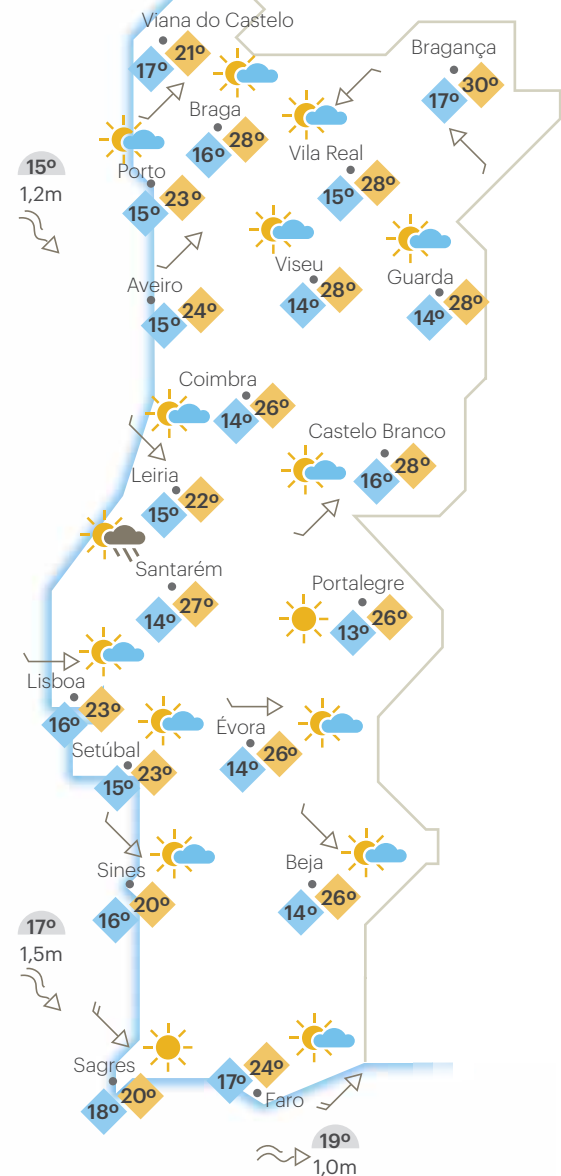
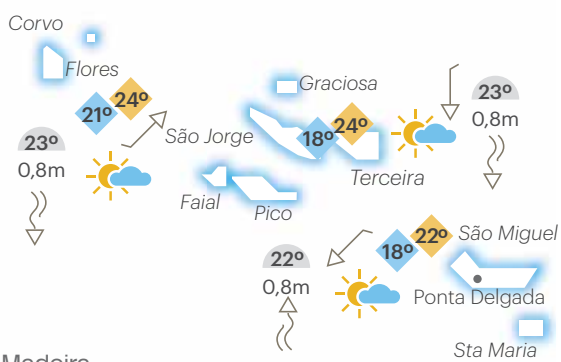
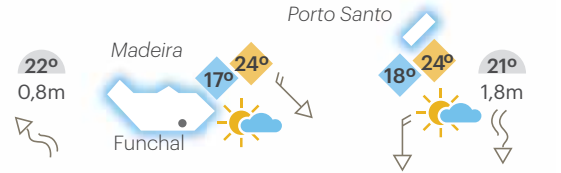
Futebol: Geórgia x Portugal
TVI, 19h45
Directo. Na última jornada do grupo F, Portugal defronta, após duas vitórias contra a República Checa e a Turquia, a Geórgia na Veltins Arena, em Gelsenkirchen.

Guia

Meteorologia

PORTUGAL

Açores

Corvo
Flores 21º 24º
Graciosa
São Jorge 18º 24º
23º 0,8m
Terceira
23º 0,8m
Faial
Pico
São Miguel 18º 22º
22º 0,8m
Ponta Delgada
Sta Maria

Madeira

MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
Preia-mar 06h52	3,1	Preia-mar 06h29	3,1	Preia-mar 06h33	3,0
Baixa-mar 12h50	0,9	Baixa-mar 12h25	1,0	Baixa-mar 12h15	0,9
Preia-mar 19h11	3,4	Preia-mar 18h48	3,4	Preia-mar 18h55	3,3
Baixa-mar 01h31*	0,7	Baixa-mar 01h07*	0,9	Baixa-mar 00h55*	0,8

PRÓXIMOS DIAS LISBOA

	Quinta-feira, 27	Sexta-feira, 28	Sábado, 29
Mín./Máx.	17º / 26º	18º / 24º	16º / 23º
Índice UV	Muito alto	Médio	Médio
Vento	Fraco	Fraco	Fraco
Humidade	84%	84%	80%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 16 Jun.	426,73
Há um ano	423,51
Há dez anos	401,20
Semana de 9 Jun.	427,33
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

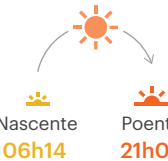
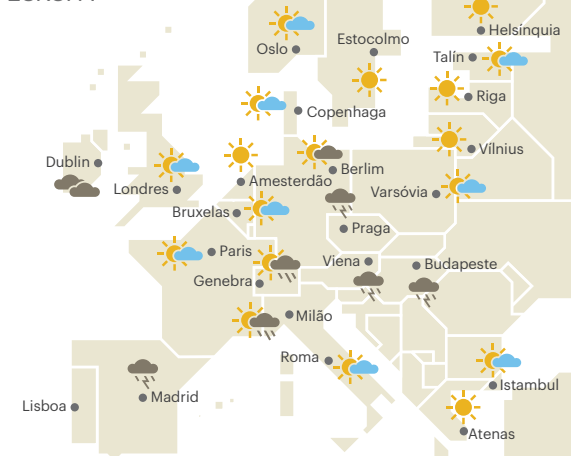
Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro

SOL

Nascente 06h14 — Poente 21h05

LUA

28 Jun.	22h53
5 Jul.	23h57
13 Jul.	23h49
21 Jul	11h17

Nascente 00h11 — Poente 10h52

EUROPA

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.		Mín.	Máx.
Amesterdão	18	29	Roma	16	28
Atenas	24	35	Viena	18	27
Berlim	19	31	Bissau	24	33
Bruxelas	18	29	Buenos Aires	9	14
Bucareste	18	34	Cairo	25	38
Budapeste	20	30	Caracas	20	30
Copenhaga	15	26	Cid. do Cabo	10	18
Dublin	13	23	Cid. do México	16	23
Estocolmo	16	28	Díli	22	31
Frankfurt	19	30	Hong Kong	27	33
Genebra	16	26	Jerusalém	20	33
Istambul	21	30	Los Angeles	18	29
Kiev	18	28	Luanda	21	27
Londres	18	28	Nova Deli	29	38
Madrid	19	31	Nova Iorque	21	34
Milão	18	28	Pequim	23	35
Moscovo	14	23	Praia	23	29
Oslo	14	26	Rio de Janeiro	21	29
Paris	19	32	Riga	14	26
Praga	17	29	Singapura	26	33

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

Para continuar a ganhar, Portugal conta com todos

Diogo Costa e Ronaldo têm a titularidade confirmada, mas Roberto Martínez congratula-se com as opções de qualidade. A Geórgia, que tem criado muito com pouco, acredita numa surpresa – e no apuramento

Nuno Sousa, em Gelsenkirchen

Se este Campeonato da Europa de futebol tem já uma marca de água, é a da predisposição para atacar. Esta é a perspectiva de Roberto Martínez, que pretende contribuir para acentuar a tendência logo à noite (20h, TVI), quando Portugal defrontar a Geórgia no derradeiro encontro do Grupo F. O apuramento já está garantido, mas há que dar continuidade ao processo de crescimento. Com que peças no tabuleiro? Diogo Costa numa ponta e Cristiano Ronaldo na outra.

Geórgia

Portugal

20h00 | TVI

"A ideia de ganhar, de atacar, gostei muito disso. Vimos golos nos últimos minutos dos jogos. O nível físico das equipas é muito forte. A ideia de marcar e ter intenção no jogo de ataque é o que está a fazer o Euro 2024 um torneio muito forte", avaliou ontem o seleccionador de Portugal, em Gelsenkirchen, a poucas dezenas de quilómetros do palco do triunfo sobre a Turquia.

Esta é a visão da floresta. A da árvore aponta para uma selecção capaz de apontar baterias à baliza adversária independentemente dos nomes nas costas das camisolas. A gestão da condição física dos jogadores é individual, até porque o percurso de cada um até chegar a esta fase final é distinto, mas não pode comprometer as ambições do colectivo.

"O foco é ganhar, não é que todos os jogadores joguem, não é gerir o balneário, é ter uma equipa para ganhar", vincou Martínez, sem querer entrar no jogo das concessões. "Preparámos o jogo para ganhar e a integridade do torneio é essencial. A Geórgia está a fazer um torneio interessante e nós precisamos de continuar com o mesmo foco e queremos ganhar. O importante é continuar a crescer. O 'onze' inicial e o 'onze' que vai terminar o jogo estará cheio de jogadores importantes".

Diogo Costa é uma equipa

Entre eles, está Diogo Costa e o seleccionador explica porquê: "Não gosto de rotação nos guarda-redes. Os guarda-redes são uma equipa dentro da equipa, precisamos que ele tenha boas relações com os centrais, com as linhas que temos, com as bolas paradas". Está explicado. Na frente, o mesmo princípio, o da estabilidade, mas com outra argumentação. "Cristiano Ronaldo vai estar no 'onze' inicial. Teve uma época consistente, muitos minutos e, para continuar com o ritmo competitivo, não é bom parar e depois reactivar em seis dias".

Com uma média de quatro dias de intervalo entre cada jogo, a gestão da condição física é essencial e o facto de Portugal já ter na mão o bilhete para os oitavos-de-final permitirá uma abordagem mais ousada, mas Martínez recusa virar o tabuleiro ao contrário. "Não há revolução, vai haver uma equipa competitiva."

Em que sistema? Ficamos mais uma vez na expectativa para perceber se a selecção se apresentará em 3x4x3, como aconteceu na estreia diante da República Checa, ou em 4x3x3, como sucedeu frente à Turquia. A estrutura que apresenta habitualmente a Geórgia (alterna entre o 3x4x3 e o 3x5x2) remete mais para a forma de jogar dos checos, mas os predicados são outros.

"A Geórgia surpreendeu-me com o nível a que chegou a este torneio, não é fácil. Tem uma boa capacidade defensiva, muitas vezes em bloco baixo, mas sai bem no contra-ataque e os jogadores têm um nível individual fantástico", apontou.

Em bom rigor, o que a Geórgia tem mostrado neste Europeu é que consegue transformar em ocasiões de golo boa parte das saídas que é capaz de construir para o ataque. Criou cinco grandes oportunidades frente à Turquia (fez 14 remates e perdeu por 3-1) e duas na jornada anterior – Portugal, com total domínio do jogo com os checos, criou quatro.

Com uma selecção ancorada no talento de Khvicha Kvaratskhelia na frente (o jogador das cinco maiores Ligas que mais dribles com remate acumula) e na segurança das luvas de Giorgi Mamardashvili (que no jogo com a República Checa fez nada menos do que 11 defesas, cinco delas de alto grau de dificuldade), a Geórgia promete lutar com unhas e dentes pela possibilidade de surpreender ainda mais.

Uma proeza em si mesma

"Portugal é uma equipa fantástica, com vários jogadores de topo, mas mesmo que só tenhamos uma possibilidade de nos qualificarmos, eu e os meus jogadores vamos sonhar com isso até ao fim", promete Willy Sagnol, francês que tomou conta da selecção georgiana há três anos e meio e já escreveu um pedaço significativo de história.

Para além dos pressupostos tácticos e estratégicos, a grande dor de cabeça do seleccionador é a condição física dos atletas. A convocatória não é tão profunda, em qualidade, como a portuguesa, pelo que as alterações a promover terão de ser cirúrgicas, para que não haja perda de competitividade. E essa dimensão mais atlética do jogo é algo que os georgianos, que têm aproveitado parte dos talentos das selecções jovens, ainda terão de trabalhar para poderem voar mais alto.

"O facto de estarmos aqui é uma proeza para nós, significa imenso", insiste Sagnol, que já pode contar com Kiteishvili, médio do Sturm Graz, para o embate de hoje. Um discurso que é partilhado pela estrela da companhia: "Nem todos acreditavam que pudéssemos fazer algo, mas nós conseguimos. E enquanto tivermos um por cento de hipóteses, vamos lutar com todas as nossas forças", acrescenta Kvaratskhelia.

Portugal, por todas as razões, terá probabilidades de sucesso bem mais elevadas, mas quer ir cumprindo uma missão de cada vez, sem saltar barreiras. "Queremos que os nossos adeptos sonhem com esta geração e eu só tenho de trabalhar para que esse sonho se torne realidade."

BERNADETT SZABO/REUTERS

FRIEDEMANN VOGEL/EPA

Para o seleccionador Roberto Martínez (em baixo), Diogo Costa tem lugar assegurado

Jogos e classificação

GRUPO F

Jornada 3

Jogo	Hora
Geórgia - Portugal	20h
Rep. Checa - Turquia	20h

	J	V	E	D	M-S	P
Portugal	2	2	0	0	5-1	6
Turquia	2	1	0	1	3-4	3
Rep. Checa	2	0	1	1	2-3	1
Geórgia	2	0	1	1	2-4	1

Adversário de Portugal

Willy Sagnol foi para a Geórgia e ganhou outra Liga dos Campeões

Perfil

Marco Vaza

Há três anos, o antigo lateral francês foi convidado para ir treinar uma selecção no Cáucaso. "Geórgia? Porquê a Geórgia?"

Willy Sagnol já não treinava ninguém há cinco anos. O seu último emprego foi ser interino num único jogo (um empate) enquanto o Bayern Munique procurava um substituto para o despedido Carlo Ancelotti. Do nada, recebeu um convite para ser o seleccionador do 96.º classificado do ranking FIFA, a Geórgia. Para o antigo lateral-direito francês, vice-campeão mundial com os *"bleus"* e campeão europeu com o Bayern, podia bem ser uma partida de alguém. "Não tenho nada em comum com a Geórgia. Quando descobri que me queriam contratar, só pensei 'Porquê a Geórgia?' Não fazia ideia."

Sagnol não fazia ideia, mas agora sabemos que foi uma escolha acertada. Com Sagnol ao comando, a selecção georgiana subiu muitos degraus na escada do futebol europeu, qualificou-se pela primeira vez para a fase final de um Europeu, já conquistou um ponto (empate com a Rep. Checa) e chega ao jogo com Portugal ainda com possibilidades reais de atingir s oitavos-de-final. Tem sido uma superação atrás da outra, a maior de todas a épica qualificação nos penáltis frente à Grécia. Ao jornal *L'Equipe*, Sagnol resumiu desta maneira o feito: "Emocionalmente, foi como ganhar a Liga dos Campeões."

A Geórgia era, de facto, um lugar estranho para Sagnol retomar a sua carreira de treinador, sendo que a antiga república soviética já tinha tido um francês à frente da selecção, Alan Giresse. Como jogador, Sagnol foi um lateral-direito que sabia cruzar bem, formado nas escolas do Saint Étienne, onde fez um par de épocas como sénior, antes de se transferir para o Mónaco, onde foi campeão em 2000 – ao lado de Costinha e de outros jogadores que teriam grandes carreiras, como Trezeguet, Giuly, Barthez e Gallardo.

A jogar na Ligue 1, Sagnol não teve projecção suficiente para jogar na selecção francesa que seria campeã em 1998 – Lilliam Thuram era o dono do lugar nessa selecção e seria por ele que Sagnol "só" chegou às 58 internacionalizações. Mas seria uma presença regular a partir do momento em que o Bayern Munique o contratou. "Quando cheguei à Baviera, tive finalmente a sensação de que fazia parte de um grande clube, de estar noutro planeta", diria mais tarde.

Jogou até aos 31 anos

Sagnol foi dono do flanco direito do gigante bávaro durante oito temporadas, como lateral e como ala, sempre com grande inclinação ofensiva. Infelizmente para ele, também tinha alguma inclinação para lesões e a carreira não foi assim tão longa – deixou de jogar aos 31 anos. Em paralelo ao percurso no Bayern, onde foi cinco vezes campeão da Alemanha e uma vez campeão europeu (2001, numa final em San Siro com o Valência), Sagnol também foi ganhando aos poucos o seu lugar nos *"bleus"*. Primeiro, teve Thuram à frente, depois já seria ele o titular na campanha de 2006 em que a França foi à final – perdeu com a Itália.

Fechou a carreira em 2009, começou a trabalhar na federação francesa em 2011, primeiro como director técnico, depois como treinador das selecções jovens. Em 2014, aceitou o seu primeiro trabalho como treinador no futebol sénior, no Bordéus, que teve Sagnol como opção de recurso – Zidane, na altura adjunto de Ancelotti no Real, recusou e, na perspectiva de Zizou, foi a melhor decisão da carreira, sucedendo ele próprio a Ancelotti para conquistar três Ligas dos Campeões como treinador.

Ainda foi sexto classificado na primeira época, mas não terminou a segunda. E de Bordéus voltou à Baviera, para fazer parte do departamento de futebol e aprender com Ancelotti. Quando o italiano foi despedido, fez a transição para Jupp Heynckes e, depois disso, hesitou muitas vezes em aceitar outro convite para treinar. Até chegar o tal contacto inesperado da Geórgia, feito por alguém que o conhecia do futebol alemão, Levan Kobiashvili, ex-lateral georgiano com longa carreira na Bundesliga e presidente da federação de futebol do país. E o resto, como se diz, é história.

Nos primeiros nove jogos com Sagnol, a Geórgia perdeu sete. Nenhum das partes desistiu da outra. E os georgianos avançaram para os *play-off* de qualificação do Euro via Liga das Nações, abatendo primeiro o Luxemburgo e, depois, a Grécia. No Euro, foram uma novidade bem-vinda, mas, como dizia Sagnol, o objectivo não era necessariamente ganhar.

"Acho que seria estúpido dizer 'Precisamos de ganhar isto ou aquilo'. A nossa ideia é deixar uma boa impressão do nosso futebol, ganhar confiança e experiência. Depois, veremos se corre melhor para o Mundial 2026."

Para já, objectivo mais do que cumprido.

Mas ainda pode ter mais no presente.

Sagnol estava há cinco anos sem treinar quando surgiu a Geórgia

BERNADETT SZABO/REUTERS

Güler está no centro de uma polémica que envolve o seleccionador

Grupo F

Checos "elogiam" Güler para espicaçar Turquia

Augusto Bernardino

Com o primeiro lugar do Grupo F atempadamente reservado pela selecção portuguesa, República Checa e Turquia lutam, esta noite (20h, SPTV2), em Hamburgo – cientes de que a Geórgia não deverá constituir problema de última hora – pelo segundo lugar e respectivo apuramento directo para os oitavos-de-final. À Turquia, com os três pontos garantidos frente aos georgianos (3-1), bastará um empate para marcar encontro, a 2 de Julho, em Leipzig, com a Áustria, vencedora do Grupo D (que apurou França e Países Baixos).

Rep. Checa

Turquia

20h00 | SPTV2

Mas o melhor exemplo de que ninguém está imune nem pode considerar-se seguro neste Euro só porque a teoria o sugere, é mesmo o feito dos austríacos na tarde de ontem em Berlim. Daí que a selecção dirigida pelo italiano Vincenzo Montella (antigo avançado de Sampdoria e Roma, que treinou Fiorentina, Sampdoria, AC Milan e Sevilha) – mesmo abalada pelo choque com Portugal –, perceba que terá de provar em campo, apesar do ruído externo, o ligeiro favoritismo.

Ivan Hasek, seleccionador da República Checa, que precisa de uma vitória para evitar despedir-se prematuramente da Alemanha, optou por elogiar o "fabuloso pé esquerdo" de Arda Güler, o médio de 19 anos do Real Madrid que "destronou" Cristiano Ronaldo ao tornar-se no mais jovem a marcar na estreia num Campeonato da Europa.

Uma declaração que pode não ser completamente inocente, isto se não ignorarmos a "polémica" que estalou na selecção turca depois da goleada de Dortmund, com Montella a ter de rebater as críticas e a garantir a inexistência de problemas com Arda Güler, remetido para o banco frente a Portugal, supostamente por questões físicas.

"Não estava em condições de jogar muito tempo", defendeu, remetendo mais explicações para o departamento médico que, juntamente com o jogador, levou o seleccionador a poupar Güler no encontro com Portugal, para evitar correr riscos.

"Agora está disponível. Se ficar de fora, será por razões técnicas!", garantiu Montella, que entre apelos à união lembrou que está tudo nas mãos da selecção turca.

Tudo excepto o que a República Checa for capaz de apresentar depois de ter complicado ao máximo a missão da selecção portuguesa no jogo de estreia, resolvido com uma reviravolta conseguida com um golo de Francisco Conceição (2-1) em período de compensação (90+2').

Mas Hasek precisará de algo mais do que uma "expressão" de póquer para abater os turcos, a quem bastará um ponto para tirarem os checos do caminho, independentemente do que a Geórgia fizer frente a Portugal.

Mais a sério, Hasek assume que falhar os "oitavos" será um fracasso. E nem o historial negativo com os turcos, em fases finais de Europeus (derrotas em 2008 e 2016) servirá de consolo a uma selecção que atingiu os quartos-de-final em 2020 e em 2012 e que rejeita o destino das edições de 2000, 2008 e 2016, onde não foi além da fase de grupos.

"É o jogo mais importante desde que sou seleccionador", garante, pleno de confiança.

Grupo E

Neste grupo está a valer tudo menos ir buscar a bola à estrada

Diogo Cardoso Oliveira

A Bélgica tem criado bom futebol, mas precisa de quem trabalhe pelos artistas da frente

É praticamente unânime que o Euro 2024 está a ser um dos melhores de sempre – para alguns, analisando apenas a fase de grupos, até é mesmo a melhor edição. Para isso contribuem os jogos bastante abertos, as reviravoltas, o alto número de resultados surpreendentes e o equilíbrio nas classificações. Neste último parâmetro, Aleksander Seferin, presidente da UEFA, bem pode agradecer aos rapazes que têm feito mexer o grupo E.

Ucrânia

Bélgica

17h00 | SPTV1

Eslováquia

Roménia

17h00 | SPTV2

Roménia, Bélgica, Eslováquia e Ucrânia vão hoje a jogo, todos às 17h (Sport TV 1 e Sport TV 2) e todos com três pontos, depois de já terem ganhado e perdido neste Europeu. Isto significa que todos podem ser felizes e está a valer tudo neste grupo. Ou quase tudo.

O jogo de maior cartaz é o Bélgica-Ucrânia e a imprensa estrangeira prevê que o 4x2x3x1 dos belgas volte a ter Onana e Mangala no meio, como no primeiro jogo, embora também se estime que estar apenas um deles, com Tielemans ao lado, possa ser outra opção. Seja qual for a decisão, haverá por ali gente com percursos incomuns.

O judo, a estrada e os vídeos

Tielemans, o mais renomado dos três, é alguém que começou no basquetebol, que se tornou muito bom no judo – tem cinto azul – e que, depois de escolher o futebol, prometeu bastante. Tem, ainda assim, ficado abaixo das expectativas, sem conseguir subir para um patamar acima de clubes de segunda linha como Mónaco, Leicester e Aston Villa. Apesar de ter apenas 26 anos, vemo-lo há anos e anos: já leva dois Mundiais e dois Europeus.

Depois, há Mangala, médio do Nottingham Forest, emprestado ao Lyon, que é a prova de que não vale tudo pela bola. Como contou ao *Guardian* o pai do jogador, Mangala esteve em risco de vida no dia em que, com dois anos, atravessou a rua para ir apanhar uma bola e foi colhido por um carro que o deixou em coma.

A previsão dos médicos era a de que a criança não voltaria a andar, mas Mangala não só anda como corre. O médio de 26 anos oferece à equipa um lado físico relevante para quem tem, na frente, De Bruyne, Doku, Trossard e Lukaku, jogadores com "bilhete só de ida" quando se trata de atacar e não defender.

Para aquele meio-campo ainda há Onana, um gigante de 1,95 metros com um perfil físico que dota a equipa de predicados relevantes no momento sem bola e nos duelos aéreos. E este é outro caso de um percurso feito aos "soluços", mesmo que não tão trágico como o de Mangala. Onana foi dispensado do Anderlecht, também não funcionou no Zulte Waregem e destinado a não passar de um talento assim-assim.

Conta que ter visto a irmã com cancro foi o combustível que o fez superar as várias rejeições futebolísticas, mas essa motivação não chega. A parte prática da coisa, que era encontrar clube, carecia de uma resolução. Como resolver? À antiga. Como numa boa manobra de *scouting* à anos 90, a irmã filmou o jogador a treinar enviou as imagens para vários clubes, como um bom empresário faria há uns bons anos. E resultou.

O Hoffenheim deu-lhe uma oportunidade, na altura era ainda juvenil, e desde aí Onana já andou por Wolfsburgo, Lille e, nos últimos dois anos, no Everton, que espera vender o craque de 22 anos por uma boa maquia.

Com Mangala, o rapaz da infância trágica, com Tielemans, o judoca, ou com Onana, o homem dos anos 90, a Bélgica terá sempre gente para compensar os artistas que só correm para a frente. E isso, nesta fase, deve mesmo ser a maior preocupação do seleccionador para a última jornada do grupo, porque a parte da produção atacante tem sido bastante aceitável.

Não é improvável este grupo ter alguém a ir para casa com quatro pontos, "tarifa" que se consideraria suficiente para ir em frente pelo menos como um dos melhores terceiros classificados. Vai ser divertido.

WOLFGANG RATTAY/REUTERS

Tielemans, a festejar o golo que marcou à Roménia, e Onana (à direita) são importantes no jogo belga

MICHAELA STACHE/REUTERS

Desilusão sérvia no final do jogo

Grupo C

A Sérvia prolongou a banalidade e vai para casa

Crónica de jogo

Diogo Cardoso Oliveira

0 DINAMARCA

0 SÉRVIA

Jogo no Allianz Arena, em Munique

Dinamarca Schmeichel; Vestergaard, Christensen e Andersen; Bah (T. Delaney, 77'), Hjulamand ●30' (V. Kristiansen, 77'), Hojbjerg, Maehle e Eriksen (Y. Poulsen, 88'); Hojlund (K. Dolberg, 59') e Wind ●27' (A. Olsen, 46').
Treinador Kasper Hjulmand

Sérvia Rajkovic; Pavlovic, Milenkovic ●4' (F. Mladenović, 73') e Veljkovic; Gudelj (L. Jović, 46'), Ilic (D. Vlahović, 67'), Mijailovic, Samardzic (D. Tadić, 46') Lukic (S. Milinković-Savić, 87') e Zivkovic; Mitrovic ●83'.
Treinador Dragan Stojković

Árbitro François Letexier (França)
VAR Bastian Dankert (Alemanha)

Caos defensivo, estratégia inadequada aos jogadores, pouca capacidade de criar lances de perigo, futebol rudimentar e desnorte emocional. Foi disto que se fez o percurso da Sérvia no Euro 2024, que terminou ontem com a eliminação na prova, depois do empate (0-0) frente à Dinamarca.

Esta é sempre uma selecção que faz arregalar os olhos, pelos nomes que tem, mas que depois nada faz como colectivo, parecendo mais um grupo de amigos talentosos do que uma equipa de futebol.

Já os dinamarqueses sabiam que o empate lhes valeria o bilhete para os oitavos-de-final, mesmo que como um dos melhores terceiros classificados, e jogaram com isso nesta partida, numa segunda parte de menor fulgor ofensivo.

Em Munique, a primeira parte foi globalmente aborrecida, com a Sérvia a fechar-se num 5x4x1 muito compacto e com um médio a mais do que o habitual – neste jogo, não estiveram Vlahovic, Tadic e Milinkovic-Savic.

A ideia permitiu ter referências de marcação mais fáceis de identificar, mas também levou a partida para um jogo de pares. A Dinamarca foi mais sagaz a identificar isso e a partir da meia hora fez recuar um médio.

Esse médio, junto aos três centrais, atraía a pressão de um médio sérvio e isso abria espaço dentro do bloco adversário. Foi aí que começaram a entrar bolas entre linhas.

Aos 39', essa opção deu frutos: um médio pediu mais baixo, a bola vertical entrou entre linhas e foi criado desequilíbrio para remate de Wind por cima, em boa posição.

Ninguém diria, pela postura da Sérvia, que se tratava de uma equipa a precisar de vencer.

Na segunda parte a equipa balcânica chegou-se à frente, com uma pressão bastante mais alta e com mais jogo directo à procura de ataque à profundidade ou de segundas bolas. E tiveram um golo anulado por fora-de-jogo num lance desse tipo.

O futebol sérvio era algo rudimentar, como tem sido sempre neste Europeu, e a dada altura já tinham os "tanques" todos na frente, à espera do "chuveirinho". O problema é que nem nessa "arte" a equipa sérvia era competente.

Foram quase nulos os lances de perigo e tudo acabou como começou.

MOHAMMED BADRA/EPA

Grupo C

Inglaterra não deslumbra, Eslovénia não se desfaz

Crónica de jogo

Marco Vaza

Empate sem golos deixa ingleses no primeiro lugar e confirma eslovenos nos oitavos-de-final, onde poderão defrontar Portugal

A oscilar entre o razoável e o medíocre, a Inglaterra lá conseguiu acabar a fase de grupos do Euro 2024 sem perder, depois de um empate sem golos frente à Eslovénia em Colónia.

Com este empate, os ingleses chegaram aos cinco pontos e ficaram em primeiro no Grupo C, marcando encontro nos oitavos-de-final a 30 de Junho, em Gelsenkirchen, com Países Baixos ou Eslováquia, enquanto os eslovenos, com este terceiro empate, também garantem lugar nos "oitavos", como um dos melhores terceiros (e deixam a Croácia de fora do Euro), e são um adversário possível de Portugal em Frankfurt, na segunda-feira.

Com o melhor que a Premier League tem para oferecer, a Inglaterra tem obrigação de ganhar e deslumbrar. É isso que o mundo espera e em particular os seus adeptos, infinitamente optimistas. Mas, diz a verdade básica da bola, 11 craques não fazem uma equipa e não jogam sozinhos – precisam de estrutura táctica e estratégica.

A Eslovénia é exactamente o contrário: zero jogadores da Premier League, mas isso não quer dizer que não sejam bons. Só que a sua força é outra: os eslovenos são mais do que a soma das suas partes.

No enigma do enquadramento dos jogadores que tem, Southgate finalmente abdicou da adaptação de Alexander-Arnold e alinhou um meio-campo mais normal, com Gallagher ao lado de Rice numa tentativa de encurtar espaços entre sectores e manter a pressão em cima do adversário. Só que a Eslovénia é um modelo de organização e solidariedade para qualquer equipa. Sabe o que fazer em todos os momentos.

Não foi uma grande Inglaterra na primeira parte. Teve as suas aproximações, ora por Saka, ora por Foden, Kane bem recuava para criar confusão, mas nada. A Eslovénia era um bloco. Aos 20', os ingleses ainda celebraram um golo de Saka, mas a jogada foi anulada por fora-de-jogo. E aos 40' um bom cruzamento de Trippier quase encontrou a cabeça de Gallagher, mas o médio do Chelsea não chegou – nem Kane, que falhou a emenda.

A Inglaterra estava bloqueada. A Eslovénia estava segura e espreitava sempre uma oportunidade de servir os voluntariosos avançados Sporar e Sesko. Para a segunda parte, Southgate meteu em campo Mainoo, o ainda adolescente do Manchester United, e a selecção dos três leões respondeu positivamente à presença do jovem, mais pressionante e mais assertiva, mas continuava com um bloqueio de ideias perante o bloqueio esloveno.

A verdade é que a Inglaterra não criou grandes problemas a Jan Oblak, que teve uma noite relativamente tranquila – excepto no tempo de compensação, em que sujou os calções para travar um remate do recém-entrado Cole Palmer. Para os eslovenos, este empate, o terceiro em três jogos, vale por uma vitória e por uma continuidade certa no Euro. Quanto aos ingleses, o melhor que tiraram deste jogo é que não perderam e que, por enquanto, evitam os outros favoritos.

Resultados e classificação

GRUPO C

Jornada 2

Dinamarca - Sérvia	**0-0**
Inglaterra - Eslovénia	**0-0**

	J	V	E	D	M-S	P
Inglaterra	3	1	2	0	2-1	5
Dinamarca	3	0	3	0	2-2	3
Eslovénia	3	0	3	0	2-2	3
Sérvia	3	0	2	1	1-2	2

0 INGLATERRA

0 ESLOVÉNIA

Jogo no RheinEnergieStadion, Colónia

Inglaterra Pickford, Walker, Stones, Guéhi ●68', Tripper ●17' (T. Alexander-Arnold, 84'), Gallagher (K. Mainoo, 46'), Rice, Saka (C. Palmer, 71'), Bellingham, Foden ●77' (A. Gordon, 89'), Kane.
Treinador Gareth Southgate

Eslovénia Oblak, Zarnicnik, Drkusic, Bijol ●72', Janza ●22' (J. Balkovec, 90+1'), Stojanovic, Gnezda Cerin, Elsnik, Mlakar (G. Stanković, 86'), Sporar (Z. Celar, 86'), Sesko (J. Iličić, 75'). **Treinador** Matjaž Kek

Árbitro Clement Turpin (França)
VAR Jerome Brisard (França)

Positivo/Negativo

\+ Kobbie Mainoo
O jovem médio do Manchester United entrou para a segunda parte e deu logo outra energia ao meio-campo inglês. E foi dele que saiu a melhor jogada do encontro, que quase deu golo. É um candidato à titularidade.

Eslovénia
É um destaque colectivo porque a Eslovénia é mesmo isso, um colectivo e não uma colecção de jogadores. Os eslovenos não deram quase nada às "estrelas" da Premier League e seguem para os "oitavos" pela primeira vez na sua história, sem terem perdido qualquer jogo. Podem não ter um talento atacante superlativo (mas cuidado com Sesko), mas vão criar problemas a quem quer que lhes apareça pela frente, seja Portugal ou outro qualquer.

− **Inglaterra**
Este é um destaque colectivo pela negativa porque a Inglaterra é menos do que a soma das suas partes. Com a excepção de Mainoo, a solidez dos centrais e alguma intenção atacante de Trippier, a equipa de Southgate parece bem longe de se poder considerar um candidato ao título. Mas vai fazendo os mínimos.

Grupo D

Áustria quis mudar a história e acabou a garantir a liderança do grupo

Crónica de jogo

Augusto Bernardino

Equipa de Rangnick esteve sempre em vantagem num jogo em que a mecânica laranja oscilou demasiado, até acabar no terceiro lugar

A Áustria quebrou um tabu de 34 anos ao vencer (2-3) a congénere dos Países Baixos em jogo da terceira ronda do Grupo D, que ditou o apuramento dos três primeiros, ainda que com a surpresa de os neerlandeses terem baixado ao terceiro posto, deixando os austríacos no primeiro lugar, que garante o cruzamento com o segundo do grupo de Portugal.

Num grupo em que Países Baixos e França já estavam qualificados, havendo boas probabilidades de a Áustria confirmar a passagem aos oitavos-de-final – só a Polónia tinha as malas feitas para regressar a casa –, faltava apenas a definição hierárquica e as respectivas implicações na dureza da caminhada na fase a eliminar.

No plano teórico, os neerlandeses partiam em vantagem. Mas bastaram seis minutos e o sétimo autogolo deste Europeu para alterar toda a narrativa. A Áustria, com uma entrada forte, surpreendeu um adversário que não disfarçou a tentação de gerir este jogo da terceira ronda.

O 4x1x4x1 neerlandês dava margem para os austríacos se assumirem, como estava planeado. Depois, a dinâmica do corredor esquerdo, com Prass e Wimmer, fez o resto, forçando o erro de Malen, que, na tentativa de cortar um cruzamento do lateral, marcou na própria baliza, convocando dúvidas e desconfianças que se reflectiram na produção imediata do jogo dos Países Baixos.

A Áustria sobreviveu, depois, a dois momentos de pura infelicidade de Reijnders (13') e Malen (23'), com todas as condições para igualarem o marcador. A primeira parte reservou ainda um punhado de oportunidades (repartidas) que nenhuma equipa aproveitou, embora a Áustria pudesse alegar que o opositor não conseguiu qualquer remate enquadrado.

Assim, ao intervalo, a Áustria era a primeira do grupo, beneficiando do nulo do França-Polónia. Vantagem que durou apenas um minuto depois do descanso. Uma perda de bola ofereceu a Gapko a oportunidade de que o atacante neerlandês precisava para repor a ordem natural. Mas a selecção de Ralf Rangnick não estava minimamente convencida nem intimidada, suportando a segunda vaga "laranja" antes de voltar à crista da onda com um golo de Schmid (59'). Curiosamente, o 900.º da história dos Campeonatos da Europa. Vantagem que já não chegava para o triunfo no grupo, já que a França assumira, entretanto, o primeiro lugar... que promovia um duelo com o segundo do grupo de Portugal, nos "oitavos".

Sabitzer "anula" Depay

Para os Países Baixos começava a desenhar-se uma qualificação como um dos melhores terceiros classificados, com quatro pontos. Porém, Memphis Depay, que ainda não tinha marcado na Alemanha, repôs a igualdade, devolvendo o lugar de apuramento directo à selecção de Ronald Koeman. O golo obtido aos 75 minutos seria confirmado pelo VAR um par de minutos depois de o árbitro eslovaco ter anulado o lance por mão (inexistente) de Depay.

Mas o epílogo desta história ainda não tinha sido escrito. E, logo depois de a Polónia ter devolvido o primeiro lugar aos Países Baixos, Sabitzer (80') provou que a Áustria não dependia de ninguém para repetir a história de 2020, seguindo em frente, mas, desta vez, como vencedora do grupo.

FABIAN BIMMER/REUTERS

Schmid, autor do segundo golo da surpreendente Áustria

2 PAÍSES BAIXOS

3 ÁUSTRIA

Olympiastadion Berlin, em Berlim.

Países Baixos Bart Verbruggen; Geertruida, De Vrij, Van Dijk, Aké (Van de Ven, 65'); Schouten; Malen (Weghorts, 72'), Reijnders (Wijnaldum, 65'), Veerman (Simons, 35'), Gakpo; Depay.
Treinador Ronald Koeman

Áustria Patrick Pentz; Posch ●32', Lienhart (Querfeld, 62' ●90+4'), Wober, Prass; Seiwald, Grillitsch Laimer, 62'); Schmid (Weimann, 90+2'), Sabitzer, Wimmer ●33' (Baumgartner, 62'); Arnautovic (Gregoritsch, 78').
Treinador Ralf Rangnick

Árbitro Ivan Kruzliak (Eslováquia)
VAR Marco Fritz (Alemanha)

Golos 0-1 Malen (6' p.b.), 1-1 Gakpo (47'), 1-2 Schmid (59'), 2-2 Depay (75'), 2-3 Sabitzer (80')

Positivo/Negativo

Sabitzer
Golo decisivo em lance que levou a Áustria ao topo do grupo.

Prass
Elemento desestabilizador na esquerda. Compensou no ataque as lacunas defensivas.

Malen
Assinou o sétimo autogolo deste Euro, complicando a missão da equipa.

Arnautovic
Muita luta, mas pouca eficácia. Falhou golo cantado na primeira parte.

Resultados e classificação

GRUPO D

Jornada 2

Países Baixos - Áustria	**2-3**
França - Polónia	**1-1**

	J	V	E	D	M-S	P
Áustria	3	2	0	1	6-4	6
França	3	1	2	0	2-1	5
Países Baixos	3	1	1	1	4-4	4
Polónia	3	0	1	2	3-6	1

Grupo D

Polónia coloca França na rota de Portugal

Crónica de jogo

David Andrade

Ao terceiro jogo, nada de novo. A França terminou a fase de grupos do Campeonato da Europa com o objectivo cumprido – estará nos oitavos-de-final –, mas mostrou sempre muito pouco e os "serviços mínimos" dos vice-campeões empurram-nos para a segunda posição do Grupo D e para a rota de Portugal: se portugueses e franceses vencerem a 1 de Julho, defrontam-se nos quartos-de-final. Em Dortmund, perante uma Polónia já eliminada, o jogo ficou decidido por dois penáltis na segunda parte: Mbappé e Lewandowski fizeram os golos do empate final (1-1).

O retrato das primeiras jornadas do Euro 2024 tinha mostrado uma França fiel ao perfil que Deschamps incutiu aos *"les bleus"*. Alicerçando o plano de jogo na solidez defensiva e na robustez do meio-campo, onde Kanté, Tchouaméni e Rabiot são o garante da fiabilidade, o seleccionador gaulês confia que o talento dos avançados faça depois a diferença. Porém, neste Europeu, tem havido muito pouco Dembélé e Mbappé, e, sem uma referência fixa na área, a França continua a mostrar pouco poder de fogo no seu ataque.

As contas do Grupo D antes do início da última jornada garantiam que o encontro em Dortmund seria o último da Polónia no Alemanha 2024, mas, para a França, ainda havia cálculos a fazer. Embora já tivessem o apuramento assegurado, os franceses podiam cair para a terceira posição e defrontar a Espanha já nos oitavos-de-final. Por isso, Deschamps não fez qualquer gestão, limitando-se a uma poupança cirúrgica: Griezmann ficou no banco até ao minuto 61.

Sem o lusodescendente, que na equipa de Deschamps joga com total liberdade, assumindo um papel de enorme relevo, a aposta para completar o trio de avançados recaiu em Barcola – o extremo do PSG ainda não tinha sido utilizado. Os primeiros 45 minutos foram desinteressantes. Com a Polónia a jogar de forma descomplexada, mas confirmando que foi das mais selecções mais frágeis da prova, a responsabilidade recaiu por inteiro sobre os ombros dos franceses, que apenas conseguiram criar um par de boas oportunidades de golo, todas bem resolvidas por Skorupski, guarda-redes do Bolonha.

Com tudo a zero a meio da partida, Deschamps não mexeu ao intervalo, mas o arranque dos últimos 45 minutos mostraram outra atitude por parte dos vice-campeões do mundo. Num par de minutos (49' e 50'), Mbappé esteve muito perto de marcar e, se de bola corrida os franceses não encontravam soluções, aos 55', de forma sagaz, Dembélé soube conquistar um penálti, que Mbappé não desperdiçou: ao 6.º jogo, marcou pela primeira vez em Europeus.

A vantagem parecia dar algum conforto aos franceses, mas jogando sempre com demasiada passividade permitiram que a Polónia ganhasse confiança e chegasse ao que queria: aos 77', Upamecano fez falta na área e, à segunda tentativa, Lewandowski conquistou o golo e o empate que atenua o fraco Europeu da Polónia.

A Polónia, já eliminada, não quebrou frente à França

1 FRANÇA

1 POLÓNIA

Jogo no Signal Iduna Park em Dortmund

França Maignan; Koundé, Upamecano, Saliba e Theo Hernández; Kanté (A. Griezmann, 61'), Tchouaméni (Y. Fofana, 81') e Rabiot ●43' (E. Camavinga, 61'); Dembélé (K. Muani, 86'), Barcola (O. Giroud, 61') e Mbappé.
Treinador Didier Deschamps

Polónia Skorupski; Bednarek, Dawidowicz ●89', e Kiwior; Frankowski, Zalewski ●24' (M. Skóraś, 68'), Moder e Zielinski; Urbanski, Szymanski (K. Świderski, 68' ●90+2') e Lewandowski.
Treinador Michal Probierz

Árbitro Marco Guida (Itália)
VAR Massimiliano Irrati (Itália)

Golos 1-0 Mbappé (56' p.), 1-1 Lewandowski (79' p.)

BARTOON LUÍS AFONSO

O fim do calvário de Julian Assange

Sementes de alfarroba

Carmo Afonso

Julian Assange chegou a acordo com as autoridades norte-americanas. Vai declarar-se culpado, perante um tribunal dos Estados Unidos na ilha de Saipan, de um crime de conspiração para obter e divulgar documentos confidenciais de defesa nacional. Esta foi a parte final do preço a pagar pela liberdade. Tenham presente que Assange está detido desde dezembro de 2010 e que, desde então, viveu num absoluto calvário pessoal e judicial.

O tipo de crime de que estava acusado, e em relação ao qual se está a declarar culpado, foi criado para punir espiões na Primeira Guerra Mundial. Contudo, se atentarmos à sua descrição, constatamos que coincide em muito com aquilo que faz parte do trabalho do jornalismo de investigação: obter informação confidencial e divulgá-la publicamente.

Nunca saberemos como teria o tribunal julgado o caso de Julian Assange, concretamente se interpretaria o seu trabalho, que era também jornalístico, como tendo essa natureza ou se o condenaria como pretendido pelo Departamento de Justiça dos EUA. Mas temos boas razões para crer que as suas perspetivas não eram boas e que poderia ser condenado a uma pena até 175 anos de prisão, como já tinha sido previamente anunciado.

O acordo de Assange pode ter evitado uma sentença que marcaria uma ameaça à liberdade de todos os jornalistas. Falo de uma ameaça concreta: as decisões dos tribunais abrem precedentes e condicionam futuras decisões. Julian Assange salvou-se a si mesmo ao aceitar aquele acordo. Mas eventualmente fez muito mais do que isso.

A maior ou menor empatia que as pessoas sentem pela situação de Julian Assange tem sobretudo a ver com convicções políticas e muito pouco com a avaliação do seu caso, questões de justiça ou questões humanitárias. É um facto que parte do centro-esquerda e dos liberais nunca perdoará Julian

Assange por ter divulgado *emails* de Hillary Clinton, que revelavam que instigou a guerra da Líbia, em 2011, enquanto se afirmava defensora da paz. São pessoas que nunca engrossaram as fileiras dos que exigiram a sua libertação. Essa divulgação de *emails* teve lugar durante a campanha para as presidenciais norte-americanas em 2016 e faz sentido que tenha contribuído para a derrota de Hillary Clinton nessas eleições.

A questão que se coloca é: há alguma coisa para perdoar?

Faço parte do grupo, à esquerda, que teria preferido que Hillary Clinton tivesse ganhado as eleições em 2016, da mesma maneira que agora desejo que seja Biden a ganhar as próximas. Nesse sentido, não agradeço a Assange a divulgação dos *emails* durante a campanha. E acredito que escolheu aquele momento consciente das consequências.

Parte da esquerda mais à esquerda tem tendência para desconsiderar a gravidade da divulgação daqueles *emails* durante a campanha. Essa posição prende-se sobretudo com o facto de considerarem Hillary Clinton e Trump "igualmente maus". Reparem que não estamos a falar de uma avaliação ética ou jurídica da divulgação dos *emails*, mas, sim, de puro desprendimento em relação ao resultado das eleições. É verdade que Hillary Clinton e Trump eram maus, mas não é verdade que fossem igualmente maus. Não se pode cair neste erro. Desculpar Assange em função de um erro não pode ser uma coisa acertada.

Porque deveremos então desculpar Assange e celebrar a sua libertação?

Antes de mais, porque não foi ele que verdadeiramente tramou Hillary Clinton. O que tramou Hillary Clinton foi a verdade sobre Hillary Clinton; foram os *emails* que a própria escreveu. Não é justo que se culpe quem os divulgou e que se desculpe quem os escreveu.

Acima de tudo, porque a divulgação dos *emails* de Hillary Clinton não integra as acusações que recaíram sobre Assange. Nada disso está em causa no seu enredo judicial. É fundamental separar as águas. É isso que seria pedido, exigido até, ao tribunal que viesse a julgar Julian Assange e ninguém se deve autodispensar do mesmo exercício. A justiça não pode ser uma vingançazinha por uma coisa que aconteceu lá atrás e que nos ficou atravessada.

Julian Assange trouxe para o domínio público informações gravíssimas, das quais nunca teríamos conhecimento e que nos dizem respeito. Devemos-lhe isso. E devemos-lhe também ter posto a nu que as sociedades democráticas em que vivemos não são santuários da liberdade e dos direitos humanos. O dia da sua libertação tem de ser um dia de alívio.

Advogada